

Carla Neves Almeida Gomes

**SOCIEDADE CIVIL E OS PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO DO
PATRIMÔNIO: o caso dos Programas Monumenta e PAC Cidades
Históricas em Ouro Preto**

Belo Horizonte

2016

Carla Neves Almeida Gomes

**SOCIEDADE CIVIL E OS PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO DO
PATRIMÔNIO: o caso dos Programas Monumenta e PAC Cidades
Históricas em Ouro Preto**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Orientadora: Stael de Alvarenga Pereira Costa

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

G633s Gomes, Carla Neves Almeida.
Sociedade civil e os programas de reabilitação do patrimônio
[manuscrito] : o caso dos Programas Monumenta e PAC Cidades
Históricas em Ouro Preto / Carla Neves Almeida Gomes. - 2016.
141 f. : il.

Orientadora: Stael de Alvarenga Pereira Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Participação social - Teses. 2. Patrimônio - Políticas públicas -
Teses. 3. Cidades históricas - Teses. 4. Ouro Preto (MG) - Teses. I.
Pereira Costa, Stael de Alvarenga. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 302.14

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berté, Escola de Arquitetura/UFMG

Carla Neves Almeida Gomes

"SOCIEDADE CIVIL E OS PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO: o caso dos Programas Monumenta e PAC Cidades Históricas em Ouro Preto."

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin (UFOP)



Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira (EA/UFMG)



Profa. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa (EA/UFMG - orientadora)

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e aos meus irmãos, que possibilitaram a realização do desejo de ser mestre. A UFMG e ao MACPS por me proporcionar uma segunda experiência dentro de uma Universidade pública e ampliar a minha visão crítica acerca das Universidades, do ensino e do mundo em geral.

A minha querida orientadora Stael de Alvarenga Pereira Costa pela sua colaboração neste trabalho, sua sensibilidade e compreensão ao longo deste período e, por todos os ensinamentos que, com certeza, me fizeram uma pessoa e profissional melhor.

Ao professor Leonardo Castriota pela confiança e ensinamentos durante todo o mestrado e, em especial, durante o estágio de docência. Aos alunos de graduação da Arquitetura e do curso de Conservação e Restauro, turmas que tive o prazer de acompanhar no estágio, que tornaram essa experiência agradável, me ajudaram a confiar em meu potencial e reafirmar o meu desejo de me tornar professora.

Por fim, agradeço aos meus amigos, pessoas que me acompanham sempre e me apoiam nas minhas escolhas. Com carinho especial, agradeço a Luciane Faquineli e Maria Leticia Ticle, companheiras no curso de mestrado, pelos momentos de trocas de experiência e diversão juntas.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar como acontece a participação da sociedade civil no que tange às políticas relacionadas ao patrimônio. Para a investigação, optou-se por um estudo de caso que aborda os programas Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas em Ouro Preto, já que os mesmos citam o acréscimo de conhecimento do patrimônio e a participação da população nas diferentes etapas, respectivamente. A fim de identificar precedentes desta participação social no contexto das políticas de patrimônio, na cidade, foi feita uma análise documental, além de entrevistas junto aos órgãos competentes. A população também respondeu a formulários, neste caso optou-se por um recorte geográfico, limitando-se aos moradores dos bairros do Pilar e Antônio Dias por estarem inseridos no perímetro urbano tombado e pela relevância dos mesmos no contexto histórico da cidade. Foi feita uma revisão bibliográfica sobre a importância da participação social e a maneira com que essa acontece que possibilitou a reflexão final deste trabalho que questiona se a representatividade da sociedade civil junto aos órgãos de gestão do patrimônio é efetiva e o papel do governo municipal fomentar as discussões com essa população.

Palavras-chave: Participação social. Programa Monumenta. PAC Cidades Históricas. Ouro Preto.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the civil society's participation in policies related to the heritage management. For research, we chose a case study that addresses Programa Monumenta and Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, in Ouro Preto, as they aim the increase of knowledge about the heritage and the participation of people in different stages of its management, respectively. In order to identify some previous social participation in the context of policies related to heritage in the city, a documental analysis was performed, as well as interviews with the competent bodies. The population also responded to forms, in this case we chose a geographic limit, which included the residents of Pilar and Antonio Dias neighborhoods, for being inserted in the urban perimeter recognized as a national and World Cultural Heritage and also for the relevance of them in the historical context of the city. A literature review on the importance of social participation and the way it happens allowed the final reflection of this work that questions if the representativeness of civil society in discussions related to the heritage management is effective and the role of municipal government as the responsible for the promotion of discussion with this population.

Keywords: Social participation. Programa Monumenta. PAC Cidades Históricas. Ouro Preto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das áreas de preservação determinadas pela Portaria nº. 312/2010 do IPHAN	39
Figura 2 - Mapa das faixas edificáveis e dos imóveis tombados isoladamente, de acordo a Portaria nº. 312/2010 do IPHAN.....	40
Figura 3 - Mapa da área tombada na cidade de Ouro Preto em 1931Fonte: Ouro Preto, 2009.....	41
Figura 4 - Ações e números totais do programa no período de março a novembro de 2015	49
Figura 5 - Intervenções em espaços e imóveis públicos selecionados pelo Programa Monumenta na cidade de Ouro Preto, conforme o Relatório de Cumprimento do Objeto, fornecido pela Secretaria de Patrimônio e Cultura da cidade	56
Figura 6 - Imóveis privados selecionados pelo Programa Monumenta em Ouro Preto, cedido pela Secretaria de Cultura e Patrimônio por meio do relatório de Cumprimento do Objeto	59
Figura 7 - Imagem do Vale dos Contos no ano de sua abertura ao público.....	65
Figura 8 - Foto do Vale dos contos no ano de 2016.....	66
Figura 9 - Foto do paisagismo da Ponte Seca em 2016	67
Figura 10 - Mapa dos setores 314610705000001 e 314610705000051 – Bairro do Pilar	82
Figura 11 - Mapa dos setores 314610705000003, 314610705000052 e 314610705000004 – Bairro Antônio Dias.....	82
Figura 12 - Quadro das característica da amostra dos dois bairros	88
Figura 13 - Gráfico dos aspectos positivos e negativos apontados ao mencionar os bairros do Pilar e Antônio Dias	90
Figura 14 - A paisagem de Ouro Preto.....	90
Figura 15 - Gráfico - Menção à igreja como o mais importante dos bairros	91
Figura 16 - Gráfico – Opinião da população sobre a quem recorrer em situação de risco – Moradores do bairro do Pilar	92
Figura 17 - Gráfico – Opinião da população sobre a quem recorrer em situação de risco – Moradores do bairro Antônio Dias	93

Figura 18 - Gráfico – Porcentagem de imóveis considerados tombados, ou não, por seus moradores.....	95
Figura 19 - Gráfico – Opinião das pessoas sobre o tombamento do imóvel	96
Figura 20 - Gráfico – Porcentagem de moradores que admitem morar em imóvel tombado em relação aos pedidos de autorização em caso de reforma	97
Figura 21 - Gráfico – Porcentagem de moradores que não admitem morar em imóvel tombado em relação aos pedidos de autorização em caso de reforma	98
Figura 22 - Gráfico – Moradores que já ouviram falar sobre o programa Monumenta	100
Figura 23 - Gráfico – Pessoas que sabem algo sobre o que foi o programa Monumenta	101
Figura 24 - Gráfico – Pessoas que já ouviram falar sobre o PAC Cidades Históricas	101
Figura 25 - Gráfico – Pessoas que sabem algo sobre o PAC Cidades Históricas ..	102
Figura 26 - Gráfico – Conhecimento das pessoas em relação a convocações para participação social.....	102
Figura 27- Gráfico – Conhecimento das pessoas em relação ao COMPATRI	103
Figura 28 - Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro do Pilar sobre o Monumenta, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade	105
Figura 29 – Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro Antônio Dias sobre o Monumenta, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade	105
Figura 30 - Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro do Pilar sobre o PAC Cidades Históricas, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade	106
Figura 31 - Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro Antônio Dias sobre o PAC Cidades Históricas, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade	106
Figura 32 – Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro do Pilar sobre COMPATRI, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade	107
Figura 33 -Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro Antônio Dias sobre o COMPATRI, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade	107
Figura 34 – Foto da placa de sinalização colocada na cidade durante o programa Monumenta	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEOP – Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto

APA – Área de Preservação Especial

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AP – Área de Preservação

APARQ – Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental

COMPATRI – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto

FAMOP – Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto

FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto

FUNPATRI – Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Cultural - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PAC Cidades Históricas – Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UEPs – Unidades Gestoras de Projetos

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO E AS PERSPECTIVAS PARA A SUA GESTÃO	18
2.1	A gestão do patrimônio	18
2.2	A importância da participação social	23
2.3	Ouro Preto e a participação	29
2.4	Uma análise sobre a participação social em Quebec	32
3	AS AÇÕES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EM OURO PRETO	36
3.1	A cidade de Ouro Preto no contexto da preservação do patrimônio	36
3.2	Estudos relevantes na cidade de Ouro Preto	42
3.3	O cenário administrativo Municipal da preservação do patrimônio em 2015 ..	44
3.3.1	A Secretaria de Patrimônio	44
3.3.2	Casas do Patrimônio	45
3.3.3	Casas do Patrimônio – Projetos Sentidos Urbanos	46
3.3.4	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto – COMPATRI	50
3.3.5	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto - FUNPATRI	53
4	OS PROGRAMAS MONUMENTA E PAC CIDADES HISTÓRICAS	55
4.1	O Programa Monumenta em Ouro Preto	55
4.1.1	A situação de algumas obras do Programa Monumenta em 2016	64
4.2	O PAC Cidades Históricas	68
4.2.1	A abrangência do PAC Cidades Históricas	69
4.2.2	O PAC Cidades Históricas Em Ouro Preto	71
4.3	Reflexões sobre a possibilidade de gestão compartilhada	73
5	CENÁRIO ATUAL SOBRE OS PROGRAMAS E A PRESERVAÇÃO DA CIDADE: O PONTO DE VISTA DA POPULAÇÃO	79
5.1	A pesquisa nos bairros Antônio Dias e Pilar	79
5.2	A elaboração da pesquisa	80

5.2.1	O cálculo amostral e recorte da pesquisa	81
5.2.2	A pesquisa de campo	84
5.2.3	A tabulação dos dados	84
5.3	Resultados alcançados.....	85
5.3.1	Identificação	85
5.3.2	As características pessoais da amostra do bairro do Pilar	86
5.3.3	As características pessoais da amostra do bairro Antônio Dias	86
5.3.4	Comparação das amostras obtidas nos bairros do Pilar e Antônio Dias	87
5.3.5	O bairro e a cidade	89
5.3.6	A situação do imóvel em relação às políticas de preservação	94
5.3.7	O conhecimento acerca dos programas Monumenta e PAC – Cidades Históricas	100
5.3.8	Considerações obtidas através dos formulários	108
5.4	Impressões da pesquisadora.....	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	120
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NOS MORADORES DOS BAIRROS DO PILAR E ANTÔNIO DIAS	123
	APÊNDICE B – QUESTÕES ABORDADAS NA ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. WANDERSON JOSÉ ROLLA GOMES – SUPERINTENDENTE DE PATRIMÔNIO E CULTURA E COORDENADOR DE CONTRATOS E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DURANTE O PROGRAMA MONUMENTA – EM 25 DE JANEIRO DE 2016	124
	APÊNDICE C – QUESTÕES ABORDADAS NA ENTREVISTA CONCEDIDA POR ANA PAULA PAIXÃO - FUNCIONÁRIA DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO E CONSELHEIRA TITULAR DO COMPATRI REPRESENTANDO A SECRETARIA – EM 25 DE JANEIRO DE 2016.....	125
	APÊNDICE D – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS EDIFICAÇÕES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA MONUMENTA EM OURO PRETO – FOTOS RETIRADAS PELA PESQUISADORA EM 2010.....	126
	APÊNDICE E – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELO PAC CIDADES HISTÓRICAS EM OURO PRETO ATÉ JANEIRO DE 2016	141

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, “SOCIEDADE CIVIL E PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO: o caso dos Programas Monumenta e PAC Cidades Históricas em Ouro Preto”, avalia de que forma tem ocorrido a participação popular nas políticas patrimoniais nessa cidade. O foco é a participação da sociedade civil nos dois programas mencionados. A ampliação do conceito de patrimônio se destaca, pois, proporciona o surgimento de novas alternativas de gestão para o patrimônio, entre elas a gestão compartilhada.

A pesquisa está inserida na linha de Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído, uma vez que discute uma nova possibilidade de gestão do patrimônio. As políticas de patrimônio surgem, no Brasil, a partir de um grupo seleto de pessoas – os Modernistas – que destacam a importância da preservação da arquitetura colonial como patrimônio nacional. Ou seja, há uma imposição de um estilo a ser preservado, o que interfere na gestão desse patrimônio quando esse conceito se amplia para o de Patrimônio cultural, não se restringindo apenas a um estilo arquitetônico, mas abrangendo variadas formas de manifestação dos povos.

Nesta pesquisa, acredita-se que a participação social de forma efetiva pode minimizar as lacunas aparentes na gestão do patrimônio, contribuindo para o reconhecimento da responsabilidade dos cidadãos como parte e agentes gestores desse patrimônio e, não, o compreendendo como algo imposto e punitivo. A inclusão da sociedade civil como agente responsável pela preservação do patrimônio é um tópico discutido por profissionais da área, há décadas e, a proposta de gestão compartilhada se manifesta, no Brasil, por meio de dois programas de revitalização urbana realizados em âmbito federal.

O processo de revitalização urbana deve envolver profissionais diversificados, uma vez que deve-se considerar aspectos variados do contexto da cidade, como: social, econômico, cultural e, no caso de Ouro Preto, ícone do patrimônio nacional, os valores atribuídos ao patrimônio local. Sendo assim, a interdisciplinaridade permeará o trabalho, na medida em que a gestão do patrimônio costuma envolver grupos de profissionais de diversas áreas – arquitetos, engenheiros, antropólogos, sociólogos,

entre outros – e, por se tratar do debate sobre a gestão compartilhada, o trabalho busca debater também a importância da introdução de novos atores na prática.

A cidade de Ouro Preto foi escolhida para a realização do estudo de caso, por ser pioneira, no que diz respeito às políticas públicas em relação ao patrimônio no Brasil. Como a cidade está sempre envolvida nas ações relacionadas à preservação do patrimônio nacional, acredita-se então, que um estudo sobre as inovações na gestão do mesmo, nessa cidade, pode revelar os esforços e as lacunas, desse tipo de ação, que podem se repetir em outras cidades do país.

Para a pesquisa foi considerado o centro histórico, no entanto, focou-se em dois bairros, o Antônio Dias e o Pilar. Esses bairros são remanescentes dos dois primeiros arraiais que deram origem a cidade. A representatividade deles na cidade é perceptível, uma vez que abrigam as duas igrejas matrizes: a Matriz de Nossa Senhora do Pilar e a Matriz de Nossa senhora da Conceição de Antônio Dias.

A atividade mineradora, principal atividade econômica e que deu origem aos primeiros arraiais, determinou a ocupação da cidade. Logo na sua formação, a cidade já se divide entre os proprietários das minas e seus empregados, explica Vasconcellos (1977), que ressalta a diversidade que compunha a população de Ouro Preto em seus primórdios e atenta para a forma como as diferentes classes sociais se organizavam e se impunham perante as outras.

O autor ainda destaca que, no período de criação de Vila Rica, a população dos dois arraiais foi composta por pessoas de classes sociais diferentes e que, conseqüentemente, se diversificavam quanto aos seus interesses. Toda essa distinção social culminou em interações particulares, que refletem na preservação da memória, e naturalmente, no patrimônio.

Os homens de cor, imitando, como podiam, os grandes do lugar, tinham suas festas à parte, em geral religiosas também, a que não faltavam, por vezes, memorações de passadas glórias, como reisados e congadas ou reminiscências de cultos pagãos. (VASCONCELLOS, 1977, p.39).

No entanto, o processo de escolha do que é memorável e representativo para uma sociedade é estudado por Le Goff (2003), que destaca diferença das classes sociais, como uma sobressai às outras, desde os primórdios, também no que diz respeito à preservação da memória. O autor explicita o status envolvido na criação das bibliotecas, grandes coleções e até mesmo na confecção de túmulos, pelos homens influentes de cada época e atenta para a forma como a manutenção da memória ligada a esses, acaba por manipular a memória coletiva.

As reflexões de Le Goff (2003) reforçam o foco deste trabalho nos bairros Antônio Dias e Pilar, bem como instigam a investigação para verificar se ainda há excluídos, em 2015, quando se trata de preservação da memória social, que um aspecto relevante para a gestão do patrimônio após a evolução do seu conceito.

O conceito de patrimônio evoluiu ao longo dos anos, até que se aderiu a outras categorias de bens. Choay (2006) expõe que por muito tempo os gestores do patrimônio só se preocupavam em preservar os edifícios religiosos e alguns castelos, o que confirma a colocação de Le Goff (2003) sobre a manipulação a memória coletiva. No entanto, segundo Choay (2006) foi após a Revolução Francesa, que se passou a considerar necessária a preservação de outros tipos de bens e, desde então, o conceito de patrimônio se expande e surgem novas categorias de patrimônio como, o imaterial, o ambiental e urbano, a paisagem cultural etc.

As políticas patrimoniais são recentes no Brasil. Segundo Reis (2012), embora já houvesse alguma menção à proteção do patrimônio a nível federal, assegurado pela Constituição Federal de 1934, somente em 1937, que com o impulso do movimento modernista, a revolução de 30 e a necessidade de o Estado se afirmar enquanto nação, que é criado o primeiro órgão responsável pela preservação do patrimônio: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O Brasil acompanhou e aderiu às novas categorias de patrimônio que surgiram ao longo dos anos, o que desperta para a necessidade de discussão sobre a gestão desse patrimônio. Castriota (2009) afirma que, ao se pensar em cidades inteiras como patrimônio, o tombamento já não é mais um instrumento eficaz para a

proteção de diversos tipos de bens. A discussão transcende a criação de novos instrumentos capazes de abarcar a tipologia diversa de patrimônio e, nos últimos anos, muito se fala sobre a gestão compartilhada.

O mesmo autor expõe a necessidade do envolvimento de novos atores no processo de gestão do patrimônio. Busca-se então, envolver membros do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, visando não só a preservação do bem, mas o bem-estar da população e a conscientização da mesma para a sua responsabilidade para com os seus bens.

Os dois programas patrimoniais que são objeto de estudo desse trabalho: o programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento para as cidades Históricas, o PAC Cidades Históricas, surgem no Brasil, no contexto da gestão compartilhada.

O Programa Monumenta visou a requalificação dos espaços públicos, restauração de monumentos e financiamento para o restauro de imóveis privados, contemplou 26 municípios ao longo de todo o território nacional. Este programa não visava de fato a gestão compartilhada, mas teve como desafio unir as estratégias de preservação do patrimônio ao desenvolvimento local, além de ter como fim desejado, um acréscimo no grau do conhecimento público e de atitude favorável em relação ao patrimônio.

O programa Monumenta foi também base para a criação de um segundo programa, o PAC Cidades Históricas, iniciado em 2009, contempla 44 cidades e prevê a sociedade como participante em todas as etapas do plano de ação.

A cidade de Ouro Preto foi contemplada com os dois programas que, por terem como objetivo incrementar a conscientização e o envolvimento da população acerca do patrimônio, e por serem programas recentes, são a escolha para o estudo de caso nessa cidade.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se dá a participação da sociedade civil, nos dois programas mencionados, bem como identificar e discutir se há excluídos no processo de escolha de seus representantes.

Parte-se do pressuposto de que a participação da sociedade civil nas políticas patrimoniais, ainda seja escassa. Acredita-se também que, por se tratarem de dois programas recentes e com objetivos inovadores, que essa ainda esteja sendo feita de forma muito preliminar.

Há algum tempo a participação da população é recomendada, conforme a Constituição Federal de 1988, que inclui a sociedade civil como responsável pela preservação do patrimônio, mas que nem sempre a envolve nos processos de gestão. Supõe-se que, no caso da cidade de Ouro Preto, haja divergências quanto à participação popular nos bairros Antônio Dias e Pilar, considerando as diferenças sociais no momento da consolidação da cidade, como já citado anteriormente.

Para essa investigação e para a transcrição desta dissertação, foi elaborada uma revisão bibliográfica sobre a participação social na gestão do patrimônio e sua conexão com conceitos como: memória coletiva, pertencimento e cidadania. Foi realizada pesquisa de campo, sendo essa realizada em duas etapas, a análise documental e entrevistas com representantes de órgãos relacionados à proteção do patrimônio na cidade, além da aplicação de formulários nos moradores dos dois bairros estudados.

A análise documental foi realizada junto aos órgãos municipais de patrimônio a fim de identificar se esses se mobilizam para incluir a população em suas ações. A análise estatística dos formulários é a parte quantitativa-descritiva da pesquisa de campo, que busca a verificação de uma hipótese. A opção por aplicação de formulários se deu pela necessidade de uma representação estatística efetiva – foi feito um cálculo amostral. A hipótese de diferença na participação da sociedade civil baseada no bairro em que reside foi descartada e os demais aspectos analisados serão descritos ao longo dos capítulos.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos cujo primeiro é esta introdução que expõe os tópicos a serem discutidos nos capítulos a seguir. O segundo capítulo expõe a evolução do conceito de patrimônio e suas implicações na busca de novas estratégias de gestão, capazes de proteger as novas categorias de patrimônio.

Discute-se a importância da participação nas tomadas de decisão sobre o tema e apresenta-se uma pesquisa realizada em Quebec, publicada em 2016, que trata da participação da população junto a um conselho de patrimônio. Essa pesquisa foi incluída pela proximidade do tema da mesma com o dessa dissertação e, acredita-se que aspectos abordados no caso de Quebec podem fomentar a discussão sobre a forma que essa participação acontece em Ouro Preto.

O terceiro capítulo é composto pela pesquisa documental e pelas entrevistas realizadas com representantes dos órgãos de preservação. Discute-se a evolução da estrutura administrativa da cidade, no que diz respeito às instituições relacionadas à preservação do patrimônio, desde o seu tombamento até o ano de 2015.

O quarto capítulo apresenta os programas em estudo, suas propostas e abrangência nacional. E feita também, uma análise sobre os mesmos em Ouro Preto destacando o andamento das obras do PAC Cidades Históricas e a manutenção das intervenções realizadas durante o programa Monumenta.

O quinto capítulo consiste em informações extraídas do formulário de pesquisa aplicado nos moradores dos bairros Antônio Dias e Pilar. É apresentado como esse documento foi elaborado, o cálculo amostral, o perfil dos entrevistados, além da tabulação dos dados que auxiliam na compreensão da percepção da população sobre a cidade, os bairros e os programas estudados.

O sexto capítulo são as considerações finais. Os aspectos relevantes de cada capítulo são discutidos, a fim de registrar o que é feito, os pontos fortes e as deficiências, em relação à participação social proposta pelos programas estudados em Ouro Preto.

A partir dessa análise, almeja-se contribuir para o avanço dos estudos sobre a participação social na gestão do patrimônio, no país, de modo a incluir nessa discussão, diretrizes que potencializem esse tipo de ação e interação local. Compreender que a cidade de Ouro Preto não é apenas um produto turístico, apesar de que se pode utilizar da atividade turística para o desenvolvimento econômico local e manutenção do seu patrimônio e, atender as necessidades da população autóctone para que, se sentindo valorizados, sejam guardiões do seu patrimônio.

2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO E AS PERSPECTIVAS PARA A SUA GESTÃO

Este segundo capítulo consiste em uma análise da evolução do conceito de patrimônio e, conseqüentemente, a forma que essa interfere nas tomadas de decisão em relação ao mesmo.

Essa abordagem é importante para o estudo, na medida em que, de acordo com o que se entende por patrimônio, em cada época, aspectos distintos desse são valorizados e, sendo assim, a necessidade do envolvimento de novos atores é identificada.

Ainda nesse capítulo, por meio de uma revisão bibliográfica, será abordada a relevância da participação social nas ações relacionadas à preservação do patrimônio e a perspectiva de que as políticas de patrimônio alcancem a efetividade do respaldo popular. Essa é a proposta dos programas Monumenta e PAC Cidades Históricas que, em um estudo de caso na cidade de Ouro Preto, são o objeto de estudo dessa pesquisa.

2.1 A gestão do patrimônio

O conceito de patrimônio como temos em 2015, é fruto de uma evolução de noções preliminares, como a de “monumento”. Choay (2006) descreve a diferença e a evolução do conceito de “monumento” ao de “monumento histórico”, a partir dos quais, as políticas patrimoniais foram criadas e modificadas, ao longo do tempo, de acordo com a visão preservacionista de cada época.

Para a autora, “o monumento tem por finalidade fazer reviver o passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração”, (CHOAY, 2006, p. 26).

Foi a partir de diferentes concepções como essas, que após a Revolução Francesa, em 1789, a França passa a não privilegiar somente a arte sacra como patrimônio e cria o termo “patrimônio histórico”. Nesse momento, já se compreende o patrimônio como algo pertencente à nação e surgem então, ainda no final do século XVIII, as primeiras políticas de patrimônio que se espalharam mais tarde pelo mundo.

Esse movimento vai gerar o que Choay (2006) denomina “tripla extensão” do conceito de patrimônio, sendo ela: tipológica, cronológica e geográfica. Sendo assim, admite-se a relevância de variados estilos arquitetônicos, de monumentos de períodos da história e localização distintos. Ou seja, a partir desse momento, sente-se a necessidade de preservar outros tipos de monumentos, e não somente os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos, como foi estabelecido, anteriormente, pela Comissão dos Monumentos Históricos, criada na França, em 1837.

Sant’Anna (2003, p.49) reafirma a expansão do conceito de patrimônio e aponta a necessidade de se pensar em novas estratégias de proteção ao mesmo, ao exprimir que “retirar um objeto de seu contexto social de uso e produção, declará-lo patrimônio, conservá-lo como uma peça única e colocá-lo num museu não abrange todas as situações em que é possível reconhecer um valor cultural e preservá-lo”.

A partir dessa expansão, é possível pensar em cidades inteiras como patrimônio, e não somente monumentos isolados, como se compreendia em um primeiro momento. Essa percepção de patrimônio cultural abrange a concepção de que o mesmo é produto de construção social, no espaço, ao longo do tempo, o que caracteriza mais uma tipologia de patrimônio, que é a paisagem cultural.

Essa nova concepção acerca do patrimônio que, em diferentes momentos, engloba novas categorias como: patrimônio imaterial, patrimônio ambiental e urbano e,

inclusive, a paisagem cultural, evidencia a necessidade de desenvolvimento das políticas patrimoniais, para que essas sejam eficazes e adaptáveis à proteção de cada tipo específico de bem.

A discussão acerca da conduta preservacionista em relação ao patrimônio se mantém de maneira distinta em alguns países, desde o seu princípio. Isso é justificável pelo fato do reconhecimento de um bem como patrimônio ser compreendida a partir da atribuição de valores por parte da população ou do estado. Sendo assim, como trata-se de atribuição de valores, esse reconhecimento do patrimônio e as políticas em relação ao mesmo variam em culturas diferentes, como na Inglaterra e na França, (CHOAY, 2006).

A autora ressalta que a Revolução Industrial provocou reações diferentes nos dois países. Na França, o processo de industrialização estimulou o culto ao moderno e a ideia de progresso, sendo possível perceber, portanto, a ameaça iminente de vandalismo. Esse processo determinou a intervenção do Estado em prol da defesa da preservação do patrimônio.

Castriota (2009) discute o surgimento das políticas de patrimônio no Brasil e nos Estados Unidos, que tem seu início distinto, podendo ser comparado, respectivamente, pela França e pela Inglaterra.

Em virtude das diferentes influências no que diz respeito ao patrimônio, bem como a diferença cultural dos dois países, Castriota (2009) destaca que, o valor atribuído ao patrimônio é distinto, em ambos.

No Brasil, valoriza-se a estética, ao passo que nos Estados Unidos atribui-se maior importância ao valor evocativo, (CASTRIOTA, 2009). A diferente valorização do patrimônio é determinante no estabelecimento de políticas para a proteção do mesmo.

Outro ponto discrepante entre os dois países, que auxilia a compreensão da maneira de gerir o patrimônio, é o contexto em que a necessidade de preservação e a atribuição de valores estão inseridas.

No caso dos Estados Unidos, o intenso movimento imigratório que aconteceu no final do século XIX e início do século XX, foi considerado uma ameaça a cultura protestante e anglo-saxônica e, atentou a sociedade civil que, buscando impor a cultura local como dominante perante os imigrantes, opta pela sua preservação, é o que explica Castriota (2009).

Sendo assim, nesse país, as políticas patrimoniais nas esferas governamentais surgem posteriormente a iniciativa da população em relação a preservação do patrimônio.

Segundo Castriota (2009) ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil, as políticas patrimoniais foram criadas a partir da busca pela identidade nacional, ou seja, foram idealizadas pelo Estado.

A questão da identidade nacional foi colocada em voga pelos modernistas que, ressaltam a importância da identidade nacional e “redescobriram” Minas Gerais por meio de uma expedição realizada nas cidades coloniais mineiras, na qual os intelectuais classificam Ouro Preto e sua arquitetura colonial, como manifestações da civilização brasileira, ressalta Castriota (2009).

O autor atenta para os perigos de uma identidade nacional idealizada por um grupo seleto de brasileiros e sua influência na população como um todo.

No caso brasileiro, diferentemente do norte-americano, fica visível a aproximação entre a história da arquitetura e a preservação do patrimônio: a versão produzida pelos modernistas vai ser hegemônica em nosso País, em seus focos, e, principalmente, em seus silêncios. (CASTRIOTA, 2009, p.76).

Apesar do protagonismo da sociedade civil como gestora do patrimônio nos Estados Unidos, pode-se dizer que esse movimento nem sempre consegue garantir a representatividade dos diversos grupos da população, por meio de seu patrimônio, é o que demonstra Hayden (1995).

A autora expõe a discussão entre o sociólogo Herbert J. Gans e a crítica de arquitetura Ada Louise Huxtable, em 1970. Gans escreve um artigo para o New York

Times criticando a comissão de preservação de Nova Iorque por sua posição elitista que tinha a proteção do patrimônio focado nos bens que representavam a memória dessa classe social.

Huxtable, membro da Comissão editorial do New York Times, defende a comissão e argumenta que o órgão também inclui edifícios “vernaculares” na proteção do patrimônio. Entretanto, Gans escreve um segundo texto, quantificando e atentando para como a maioria dos edifícios e distritos históricos remetem a memória da elite. O autor destaca então a necessidade de se discutir o que é preservado no país e de tornar a preservação mais inclusiva e significativa para todos.

Hayden (1995) discute também a necessidade dessa inclusão ao explicitar que muitas vezes os planejadores urbanos americanos ignoraram a história da parte feminina da classe trabalhadora e de diversos grupos étnicos que habitavam a cidade. A autora propõe situar a história dessas mulheres, e de outros grupos étnicos, nos espaços públicos, por meio de projetos desenvolvidos por historiadores, designers e artistas, acreditando na possibilidade de minimizar os efeitos dessa exclusão em um primeiro momento.

Ainda destacando que há classes sociais e momentos ofuscados da história, pela supervalorização de outros aspectos, representativos de apenas uma parcela da população, Le Goff (2003) desloca a discussão para o conceito de memória. O autor expõe que, muitas vezes, a memória pode ser objeto de manipulação e exemplifica que, desde que se começa a colecionar ou a preservar algo, há disputas entre classes sociais em relação ao que é memorável.

O mesmo autor chama atenção para a forma como a memória de algumas classes foi omitida em meio a esse processo e ressalta então, que é comum na história das sociedades grupos se organizarem a fim de definir o que é memorável ou o que deve ser esquecido.

As possíveis consequências perceptíveis por uma comunidade a partir da manipulação da memória, seja ela constituída pela imposição de uma identidade nacional, ou não, fomentam a discussão sobre a importância da participação social

no que diz respeito ao patrimônio cultural. Patrimônio esse, que só se torna representativo, quando é atribuído valor por parte dessa população, em relação ao que é memorável ou não.

2.2 A importância da participação social

As pessoas influenciam diretamente na criação e no desenvolvimento das cidades e seus bairros, por meio das suas necessidades e valores (LYNCH, 2010). Da mesma maneira, as formas pré-estabelecidas desse espaço, podem interferir no modo de vida das gerações futuras. Sendo assim, pode-se dizer que um estudo sobre a memória coletiva torna-se essencial para a compreensão e gestão de uma cidade.

Essa relação entre a cidade e/ou seus bairros e a memória coletiva se faz pertinente para que sejam revelados aspectos embutidos na história daquela comunidade, que a partir da identidade representativa dessas pessoas, e não de grupos isolados, a cidade possa ser gerida da melhor maneira para todos, buscando o bem-estar social, a preservação do patrimônio e seu desenvolvimento.

A palavra “memória” remete à capacidade de armazenar informações do passado, no entanto, o termo “memória coletiva”, diz respeito à memória de grupos de pessoas que dividem em um mesmo tempo, o lugar em que moram, suas crenças, seus valores, etc.

O estudo da memória coletiva é importante para desvendar uma série de aspectos da história de um povo, em determinado tempo e espaço. Os diversos tipos de registros - oral, escrito, fotográficos, registros por meios digitais, etc. - variam ao longo do tempo e assim como eles, os valores de cada época podem colocar certos aspectos da história em evidência, ofuscando outros.

O autor Jaques Le Goff (2003) a fim de discutir a ligação da memória com a história aprofunda-se na discussão sobre a memória coletiva, a forma como essa se mantém e afeta a compreensão da história. No entanto, a história a partir da interpretação da

memória coletiva, é considerada em sua continuidade, e não somente um conjunto de fatos ligado ao passado, como muitas vezes é compreendida.

Enfatizando a memória social como um instrumento importante para compreender a relação do tempo com a história, o autor salienta que, muitas vezes, a preservação da mesma aconteceu para que algumas classes sejam elas, religiosas, hierárquicas - no caso dos impérios, das monarquias e outros regimes governamentais - afirmassem seu poder perante as outras classes sociais.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003 p.422).

O autor explicita que memória e história, que são dois conceitos diferentes, foram por muito tempo, confundidos. Sendo assim, reduzindo a história ao que era memorável, permitiu-se que a manipulação da memória por algumas classes, estabelecesse uma relação de domínio ao longo dos anos. Não somente no passado, mas também no presente e no futuro, já que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva...” (LE GOFF, 2003, p.469).

Em conformidade com Le Goff, Paoli (1992) contesta a forma como a história é repassada para as pessoas, muitas vezes omitindo fatos importantes, e assim, essas informações vão sendo repetidas até que a história seja perceptivelmente, passível de verificação.

Le Goff, (2006) atribui a memória coletiva, a função de desvendar o passado para que este seja útil na contemporaneidade e expõe que:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p.471).

Ainda sobre a maneira que a história, e também a memória coletiva, devam ser compreendidas em relação ao tempo, Chauí (1992, p.43), reforça que “a memória,

seja como história da sociedade, seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres tem o papel de nos liberar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetição”. Afirmando, desta forma, que a memória é um instrumento útil para nos encontrarmos no presente e buscar o reconhecimento dos valores atribuídos não somente pelas classes dominantes.

A partir da consciência do controle da memória coletiva e de suas consequências ao longo dos anos, pode-se concluir que, o estudo da mesma, a fim de identificar aspectos que não foram considerados pelas classes dominantes, torna-se um novo caminho para qualquer política de intervenção e para as pessoas relacionadas a essa memória.

Sobre a construção e conservação das cidades, Lynch (2007) enfatiza que elas são resultado da atividade de diversos agentes, embora haja dominadores e dominados. O autor ressalta também as diferentes formas de criação e múltiplas realidades, possíveis de se encontrar dentro de uma mesma cidade.

No entanto, a homogeneização do ambiente construído é o que tem sido identificado ao se observar a cena urbana contemporânea, uma vez que, com a globalização as diferenças regionais começam a desaparecer é o que afirma Castriota (2009). O autor explica que, em contato com outras culturas, ao mesmo tempo em que as peculiaridades regionais são identificadas, elas são modificadas. Muitas vezes, ao invés da valorização desses aspectos da cultura regional, outros aspectos de diferentes culturas são englobados fazendo com que certas tradições se percam, dando origem a uma cultura de imitação.

Buscando melhor discussão sobre os sentidos dos espaços, o autor atenta para a necessidade da discussão sobre o “lugar”, compreendido por ele como “... não apenas uma localização, mas uma valorização específica imbuída de valores humanos...” Castriota (2009, p. 113) diferenciando assim o termo “lugar” de “espaço”, entendendo que o lugar é o que dá sentido ao espaço.

Para ressaltar a importância e as formas de apropriação do espaço, Reis Filho (1992, p.167) exprime que:

Contudo, é preciso destacar que esse processo ocorre em diferentes escalas temporais e espaciais. Sendo que as formas de apropriação do espaço – tanto pelos indivíduos quanto pelo coletivo – irão variar de acordo com tais escalas. Assim a construção da identidade, da consciência política, dependerá da forma pela qual se dá a citada apropriação.

Ou seja, o lugar é um produto das relações humanas, no qual está contida a memória coletiva que, a partir de seus valores atribuídos e da forma de apropriação dos mesmos, culminará na identidade social. Pode-se concluir assim que, a cidade e seus bairros, que são também produto das relações humanas, podem ser considerados lugares de memória.

A cidade pode ser vista como história, um padrão de relações de grupos humanos, um espaço de produção e de distribuição, um campo de força física, um conjunto de decisões interligadas ou uma arena de conflitos. Existem valores incorporados nessas metáforas: continuidade histórica, equilíbrio estável, eficiência produtiva, decisão e administração capazes, interação máxima ou evolução da luta política. Certos intervenientes transformam-se em elementos decisivos na modificação de cada perspectiva: líderes políticos, famílias, grupos étnicos, investidores importantes, técnicos de transporte, a elite que toma decisões, as classes revolucionárias. (LYNCH, 2007, p. 44).

É a partir desta ideia, que percorrendo sobre o contexto social em que está inserido a cidade, Magaldi (1992) compreende que a problemática urbana, será melhor entendida se estudada de forma dinâmica de modo que se revelem os conflitos gerados por formas históricas que a sociedade vai assumindo e como ela se apropria do espaço.

Para Carsalade (2009) o bem cultural tem uma função social de situar o homem no tempo e no espaço, gerando a sensação de pertencimento, de identidade coletiva que através desse reconhecimento de uma comunidade estimula o afeto e a cidadania. É preciso então, pensar no tipo de intervenção a ser feita em um bem cultural para que este não perca suas ligações com o passado, mas que também possibilite o usufruto das gerações futuras enfatiza.

Para que as intervenções no patrimônio atinjam sua função social, Carsalade (2009) propõe pensarmos em dois conceitos: a relatividade, já que tratar-se de patrimônio é tratar-se de valores, e relação que é ligada aos limites em relação ao outro sujeito ou

objeto. O autor expõe que um bem pode não ser significativo para um grupo, mas que pode ser muito significativo e passível de reconhecimento de outro grupo, e por isso, deve ser respeitado.

O mesmo autor considera que a consciência histórica faz com que o homem seja capaz de relativizar sua opinião sobre as coisas, e também sobre o bem histórico. E assim, a relação dos homens com os outros seres e com o mundo deve se dar com respeito. Respeito esse que ao se tratar de preservação é o respeito à preexistência.

eticamente o sujeito não pode abdicar de sua participação na construção do mundo e na transformação da vida, a postura ética de respeito à alteridade e à preexistência não pode levar a inação e nem criar obstáculo à contribuição que cada um deve ter com o seu tempo e a sua gente. É importante que se frise, então, que a postura ética pressupõe a ação efetiva do sujeito na perspectiva da sociedade, mas sem deixar de ser sujeito. (CARSALADE, 2009, p.80).

Sobre a relação do sujeito com o objeto de preservação, Carsalade (2009, p.81) reforça a questão dos valores atribuídos ao patrimônio e explica que “... não é o objeto que gera as identidades, apenas a simboliza, representa valores anteriormente gerados que se agregam em torno dele”. Ele conclui então que, buscando a ética no que diz respeito ao patrimônio é preciso estar atento a outros tipos de manifestações, e não apenas às provenientes de grupos dominantes.

Se tratando de planejamento e realizações de projetos no âmbito do patrimônio cultural é essencial compreender a identidade, os valores e os sentidos atribuídos a eles pelos homens Reis Filho (1992) reafirma a importância de se compreender a memória local.

Políticas e projetos urbanos que desconsiderem os valores sociais, que ignorem a identidade local causam um mal estar social. Neste contexto, Magaldi (1992) considera que as cidades brasileiras visam incessantemente o progresso e a modernidade, o que reduz o reconhecimento da importância do passado. Afirma então, que a pouca relevância atribuída ao passado e a fragilidade de órgãos públicos de preservação e planejamento urbano são fatores muito graves considerando o elo entre o “antigo” e o “novo”.

A autora concorda que as pessoas se apropriam dos espaços por se identificarem com os mesmos por algum motivo, por sua memória que está ali embutida nas formas de organização dos mesmos e muitas vezes por conflitos ali vivenciados. A negligência ao se buscar entender o passado dos espaços para discutir o presente, é interpretada por Magaldi (1992) como destruição dos direitos à cidadania.

Considerando cidadania como “a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos”, (PAOLI, 1992, p. 26) concorda com Magaldi, ao exprimir que, no Brasil, a cidade é destituída de cidadania, uma vez que a história não parece ter papel formador de identidades. Mostra assim, mais uma vez, a necessidade de debates sobre o tema.

Desta forma, a memória é o que deve ser contemplado em uma política de preservação do patrimônio coletivo, que seja embasada no fato de que a cidadania depende deste vínculo do presente com o passado, afirma Paoli (1992). E garante também que todos os detalhes devem ser tomados em consideração, mesmo os pensamentos utópicos, o que foi reprimido ou silenciado.

Paoli (1992) considera que somente resgatando todo e qualquer tipo de memória coletiva, levando em conta até mesmo o que não teve relevância até o atual momento é que se poderá constituir uma política de preservação embasada em outro horizonte historiográfico.

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência comum. (PAOLI, 1992, p.27).

Enfatiza que “orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie a sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como o sentimento de “fazer parte” de sua feitura múltipla”, conclui Paoli (1992, p.28).

Sobre a necessidade de se desvendar aspectos que foram omitidos pela manipulação da memória coletiva, a fim de diminuir as diferenças entre as classes

sociais e, em busca de políticas públicas de maior inclusão social, Hayden (1995) considera que uma forma de se atingir o bem estar de todos seria a discussão entre historiadores, residentes, planejadores e preservacionistas na tomada de decisões sobre a cidade. Assim explica:

Place has to be at the heart of the urban landscape history, not on the margins, because aesthetic qualities of the building environment, positive or negative, need to be understood as inseparable from those of natural environment. (HAYDEN, 1995, p 18).

A autora acredita que só desta forma, valores sociais, históricos e estéticos, que embasam as narrativas sobre a identidade cultural podem ser interpretados para projetar maiores e mais duradouros projetos de gestão para a cidade como um todo.

Diante dessa exposição, considerando a forma como as políticas de preservação foram executadas ao longo dos anos, pelo julgamento de especialistas sobre o que é memorável nota-se que, a proposta de gestão compartilhada pode diminuir as lacunas causadas pela possível desigualdade participativa entre as classes além de proporcionar uma gestão da cidade, dos bairros e de seu patrimônio mais abrangente e eficaz.

O impasse existente entre o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio histórico e cultural deve se fundir para que os objetivos sejam alcançados em conjunto, no qual os órgãos de preservação possam padronizar as linguagens e leituras da cidade, o que facilitaria a elaboração em conjunto de planos de preservação da cidade como um todo, principalmente de sua paisagem. (SALGADO, 2013, p.165).

Uma população consciente de seu patrimônio é tomada pelo sentimento de pertencimento e, se sentindo parte dele pode atuar sobre o mesmo e auxiliar na sua preservação. Desta forma, pode-se dizer que programas Monumenta e PAC Cidades Históricas trazem então, a esperança de uma gestão mais justa e igualitária.

2.3 Ouro Preto e a participação

Simão (1996) destaca a relevância do conjunto preservado de Ouro Preto, considerado o maior com a tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII, estilo

valorizado pelos órgãos de preservação no Brasil, no início de suas atividades. A autora atribui sua boa conservação ao fato do núcleo tombado ter se mantido funcional, ao longo dos anos e da cidade não ter se tornado, como tantas outras, uma cidade dormitório.

No entanto, Simão (1996) destaca a atuação do IPHAN, a partir de 1938, na cidade, que atuou como instrumento operacional, político e até mesmo jurídico, uma vez que a administração municipal era precária.

A autora afirma que muitos estudos foram desenvolvidos na cidade, a partir da década de 70, e, no entanto ressalta a dificuldade de implementação das proposições:

Iniciativas de Estudos e propostas de planejamento urbano para Ouro Preto se concretizaram logo no início dos anos 70, numa reação relativamente rápida em relação ao momento em que a cidade começa a evidenciar perdas mais significativas do seu patrimônio cultural. Todas elas, no entanto, se caracterizam pela ausência de sustentação política que acabou por impossibilitar a sua implantação, limitando-as a apenas algumas contribuições setoriais. (SIMÃO, p.115, 1996).

Ao expor a situação da cidade de Ouro Preto em meados da década de 90, Simão (1996) expõe que o Executivo municipal passa a optar pela valorização de seu patrimônio como alternativa para melhores condições de vida, conectando assim, o patrimônio a vida dos cidadãos.

Sendo assim, Simão (1996) destaca a ênfase atribuída em todo o país sobre a consciência ambiental e a preservação da memória naquele momento e ressalta que a população de Ouro Preto também estava ampliando a sua compreensão sobre o patrimônio cultural local.

A autora exemplifica momentos da história da cidade, em que a população, mesmo que não estivesse envolvida diretamente com as questões da preservação do patrimônio, reconheceu o seu valor e a necessidade de sua manutenção. Entre os exemplos estão: as oscilações da atividade mineradora na região, apontadas como possibilidade por parte da população de reconhecer a importância do patrimônio e como fonte de renda, e, a ocupação desordenada das encostas que por meio do

risco geológico, alerta para a necessidade da preservação e auxílio dos órgãos competentes.

No entanto, Simão (1996) faz algumas ressalvas quando se refere à consciência da população de Ouro Preto sobre o seu patrimônio:

Não que este nível de consciência tenha atingido um estágio tal que tenham sido eliminados os conflitos da cidade com a preservação do seu patrimônio cultural – estes conflitos existirão sempre, uma vez que seu pano de fundo é o conflito maior que é o limite entre o interesse individual e o interesse coletivo. Ainda que a comunidade manifeste uma aceitação racional dos valores do patrimônio coletivo, cada iniciativa individual de intervenção – seja a ampliação de uma edificação, seja a simples colocação de uma placa comercial, o desdobramento de um lote ou parcelamento de um vazio urbano – carrega, potencialmente, contradições de interesse coletivo. Da mesma forma, a situação de pobreza que induz à ocupação desordenada das encostas reconhecidamente inadequadas permanece como um fator de constante pressão. (SIMÃO, p.117, 1996).

A autora expõe ainda que há fragilidade nas estratégias de planejamento, focada na vontade dos dirigentes, que fica evidente nos conflitos entre os proprietários dos imóveis e os órgãos de preservação.

Em um projeto de diretrizes para intervenções urbano-arquitetônicas na cidade, Simão (1996) atenta para a necessidade de um novo tipo de gestão, a “Conservação Integrada” do patrimônio cultural e natural, com o objetivo de preparar a população para o uso adequado da cidade. Trata-se, no entanto, da primeira menção ao envolvimento da comunidade autóctone nas práticas e gestão do patrimônio, na cidade.

Para esse projeto, a autora ressalta que foi valorizado o trabalho in loco e o cotidiano. Buscou-se compreender a relação entre a população e a cidade, para que, aliada ao conhecimento técnico-científico, fosse possível pensar em uma nova metodologia de gestão, Simão (1996).

No entanto, apesar de o esboço desse projeto citado, em 1996, por Simão, explicitar a necessidade do estudo dos valores atribuídos pela população e o envolvimento da mesma na gestão, programas mais recentes como o Monumenta e o PAC Cidades Históricas se enaltecem por estar promovendo essa inclusão anos mais tarde.

Instiga-se a investigação de como tem sido feita a participação popular, que está há décadas entre os discursos de preservação do patrimônio dentro e fora do Brasil. É preciso, contudo, estudar casos dessa participação, a fim de identificar suas lacunas e deficiências para que a discussão acerca da gestão compartilhada avance. Para isso, apresentamos um estudo contemporâneo que ocorreu na cidade de Quebec.

2.4 Uma análise sobre a participação social em Quebec

O estudo, publicado em 2016¹ analisa a participação popular, o que contribui para as análises a serem elaboradas nessa pesquisa, bem como fomenta a discussão sobre as possíveis lacunas na consolidação da mesma, é o caso do conselho criado para auxiliar na gestão do patrimônio do Vieux-Québec.

A cidade de Quebec, assim como Ouro Preto, é inscrita na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, no caso daquela cidade a inscrição ocorreu em 1985. O conselho, que é objeto de estudo para investigar a participação popular no que diz respeito a preservação do patrimônio, foi criado em 2012.

Dormaels (2016) analisa as ferramentas utilizadas pelo município, no caso do Vieux-Québec, para identificar as conquistas e elencar como as mesmas são avaliadas pela população local, que é uma das partes envolvidas.

O autor adota a perspectiva fenomenológica de patrimônio, ou seja, ele assume que o patrimônio é uma construção social, resultante de uma produção coletiva de significados atribuídos a um objeto. Emprega também a abordagem empírica que, primeiramente é descritiva e posteriormente analisa interpretativamente o fenômeno complexo que envolve os diversos atores.

A pesquisa se baseia em como uma estrutura de gestão participativa, que inclui atores locais, pode ser estabelecida em uma cidade reconhecida como patrimônio

¹ DORMAELS. Mathieu. Participatory Management of na Urban World Heritage Site: the table de Concertation du Vieux-Québec. Emerald: Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, v. 6, n. 1, May, 2016.

mundial. Para essa investigação, o autor considera que o Conselho deve ser a iniciativa de gestão participativa por meio da qual é possível compreender as condições necessárias para que se obtenha sucesso nesse tipo de ação.

Em busca de informações sobre o funcionamento do Conselho, o pesquisador assistiu, como ouvinte, a três reuniões do órgão, a fim de assimilar a dinâmica de trabalho durante essas reuniões, para identificar as estratégias usadas pelos diversos atores e avaliar qual, e como ocorre a distribuição de responsabilidades, de cada um, perante o órgão.

Foram também realizadas seis entrevistas com membros do Conselho, além da análise de documentos relacionados a ele e suas atividades. Todo o material foi usado para identificar questões implícitas ou explícitas, a fim de traçar a evolução e o desenvolvimento das iniciativas para, dessa forma, juntar a percepção dos participantes sobre o órgão e a partir de então, destacar suas forças e deficiências.

Sobre a cidade de Quebec, Dormaels (2016) ressalta que a consulta pública foi relevante para o desenvolvimento e implementação das políticas públicas. A cidade começou a apresentar associações de bairro na década de 90 e no momento da pesquisa já havia 28 associações, o que permite o autor afirmar que a existência dessas organizações confirmam a mobilização local e o diálogo entre a municipalidade e a população já existe há algum tempo.

Sobre o Conselho do Vieux-Québec, o autor expõe que, em um primeiro momento, o órgão apresenta poucas lacunas. A maioria das pessoas se diz satisfeita com as ações realizadas, além do destaque da representatividade do mesmo junto à administração municipal.

Analisando a estrutura do Conselho, Dormaels (2016) identificou suas quatro funções, sendo elas: comunicação, informação e produção de conhecimento, coordenação de ações e discussões sobre projetos que envolvam o sítio.

Outro ponto de análise foi a diversidade dos participantes e a relação entre o “status” e a participação deles. Dormaels (2016) destaca a participação de moradores,

empreendedores e instituições, no entanto, ressalta a ausência de representação de alguns atores porque não aceitaram o convite, ou por não serem convidados. Entre os grupos que não possuem representatividade no Conselho destacam-se as comunidades religiosas e o departamento de turismo.

Foram identificados dois grupos distintos de participantes. O primeiro, composto por representantes eleitos ou nomeados, que tem o poder de decisão e que não são remunerados pela presença, são eles: representantes das associações comerciais ou de moradores e chefes de instituições. O segundo grupo, é composto por representantes de instituições públicas ou funcionários públicos federais, que não tem poder de decisão e que são remunerados, já que, a participação deles no conselho é considerada como uma atividade que faz parte do seu trabalho.

O que se sobressai, de acordo com Dormaels (2016) é o fato de os participantes do primeiro grupo serem mais ativos e contribuem mais para as discussões do que os do segundo grupo, que são praticamente observadores.

De maneira geral, o estudo aponta alguns tópicos que refletem o sucesso do Conselho, entre eles:

- O fato das autoridades municipais gerenciarem a diversidade de representação dos atores envolvidos;
- A reduzida insatisfação de alguns participantes, porém justificada pela recente criação do conselho;
- A credibilidade do órgão internamente, entre os participantes e a cidade, e externamente, na opinião do público e junto aos parceiros privados, e;
- A capacidade de estabelecer objetivos comuns, apesar de interesses diversos dos participantes.

O autor identificou três possíveis ameaças ao Conselho, são elas:

- A necessidade de ser sensível ao cotidiano local e, não apenas fomentar ações esporádicas;
- O risco de se prolongar entre a coleta de informações e as ações, e;

- A necessidade de se criar regras para o funcionamento do conselho, a fim de garantir a manutenção do consenso no estabelecimento de ações.

Após analisar as deficiências e potencialidades do Conselho do Vieux-Québec, Dormaels (2016) enumera quatro condições que podem ser realçadas e para embasar a implementação de iniciativas, como a implantada em Quebec, em outras situações. As condições são: a vontade política, a representatividade – aqui destaca-se a ausência de representantes envolvidos com o turismo, uma vez que trata-se de uma cidade considerada Patrimônio Mundial -, a credibilidade e os recursos.

A pesquisa realizada por Dormaels, ao analisar a gestão participativa no Conselho de Vieux-Québec, por meio de suas potencialidades e inaptidões, estabeleceu aspectos que devem ser considerados ao se investigar casos análogos, como o caso da participação da sociedade civil nas políticas e ações relacionadas ao patrimônio em Ouro Preto.

A fim de analisar alguns desses aspectos na cidade de Ouro Preto, faz-se necessário um estudo capaz de listar quais são os órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio na cidade e como ocorreu a evolução dos mesmos, ao longo dos anos. Essa análise é o que se apresenta no capítulo seguinte.

3 AS AÇÕES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EM OURO PRETO

O terceiro capítulo é a exposição da pesquisa documental e entrevistas, realizadas com funcionários vinculados aos órgãos de preservação do patrimônio em Ouro Preto. Serão relatadas algumas ações atribuídas à salvaguarda do patrimônio na cidade, ao longo dos anos, além de abordar a estrutura administrativa de proteção ao patrimônio, na cidade, em 2015.

O relato dessas ações contribui para o estudo, no sentido de auxiliar na compreensão sobre a evolução das políticas de preservação do patrimônio na cidade, até o momento. O estudo dessas políticas permite que seja feita uma análise comparativa entre o que é idealizado e planejado, com a forma que elas são, de fato, realizadas em 2015. Isso possibilita um acréscimo na discussão sobre o possível distanciamento entre o que se propõe e o que é realizado, no âmbito da salvaguarda do patrimônio.

3.1 A cidade de Ouro Preto no contexto da preservação do patrimônio

A cidade de Ouro Preto está diretamente vinculada ao surgimento e a evolução das políticas patrimoniais no país. A antiga Vila Rica, em conjunto com outras cidades coloniais mineiras, foi fonte inspiradora dos modernistas que, na década de 20, em busca de uma identidade nacional, voltam à atenção para a necessidade de preservação dessas cidades (Castriota, 2009).

Mesmo antes da criação dos órgãos responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio, Ouro Preto recebe o título de “Monumento Nacional”, pelo Decreto nº 22.928, de 12 de Julho de 1933. Esse documento considera que a cidade merece ser conservada pelos acontecimentos de “alto relevo histórico” e por sua arquitetura colonial, compreendida como “verdadeira obra de arte”, como disposto nos cinco artigos abaixo:

- Art. 1º Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente.
Art. 2º Os monumentos ligados à História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da Cidade de Ouro Preto, ficam entregues à vigilância e guarda do Governo do Estado de

Minas Gerais e da Municipalidade de Ouro Preto, dentro da orbita governamental de cada um.

Art. 3º Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o governo do Estado de Minas e a Municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação e assim incorporados ao patrimônio artístico e histórico do Monumento Nacional erigido pelo presente decreto.

Art. 4º Em virtude deste decreto nenhuma alteração ou modificação advirá no organismo municipal da Cidade de Ouro Preto e, bem assim, em todas as suas relações de dependência administrativa com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Nota-se que o Decreto trata a preservação da cidade de modo bastante preliminar e, não explicita ações para a preservação, ou penalidades no caso de descumprimento. Outro destaque é o artigo 1º, no qual o governo Federal se exime da responsabilidade na conservação da cidade, ao definir que não haverá ônus ao Governo Federal. Fica evidente que esse título apenas confere prestígio à cidade, que naquele momento, ainda não teria propostas ou fiscalização no que diz respeito à preservação.

A primeira medida que traz as especificidades para a proteção do patrimônio é o Decreto-Lei 25/1937 que dispõe o Tombamento. Esse instrumento foi utilizado na cidade de Ouro Preto, imediatamente após a criação do SPHAN, em 1937, quando todo o conjunto arquitetônico de Ouro Preto foi tombado, em 1938.

O Decreto-Lei 25/1937 é um documento que esclarece o que é o tombamento, bem como os quatro livros do tombo – Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas – além de descrever os efeitos do tombamento e punições no caso de seu descumprimento.

Entre os principais efeitos do tombamento, que se aplicam a uma cidade, pode-se destacar a necessidade da concessão de autorização prévia pelo IPHAN ao reformar, restaurar ou demolir qualquer imóvel. Alia-se a isso, o fato de que há possibilidade de o órgão custear a manutenção dos imóveis, quando notificado ao mesmo pelo proprietário, e comprovado que esse não tem condições financeiras para tal. Além disso, há preferência do direito de adquirir o imóvel por parte da

União, do Estado e do Município, nessa ordem, quando pessoas naturais ou jurídicas de direito privados, optar pela venda.

O tombamento da cidade de Ouro Preto, em 1938, se deu no Livro do Tombo das Belas Artes, o que reflete a ligação das políticas com a evolução do conceito de patrimônio. Até aquele momento, o seu reconhecimento estava conectado a ideia de excepcionalidade e, posteriormente, com a evolução desse conceito, a cidade foi inscrita em mais dois Livros do Tombo, como demonstrado abaixo:

- Livro do tombo das Belas Artes – Inscrição n°. 39 em 04/03/1938
- Livro do Tombo Histórico – Inscrição n°. 512 em 15/09/1986
- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Inscrição n°. 98 em 15/09/1986.
-

A delimitação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, ou sítio Tombado, enumera 10 “pontos” da cidade, de acordo com a Portaria n°. 312/2010 do Iphan:

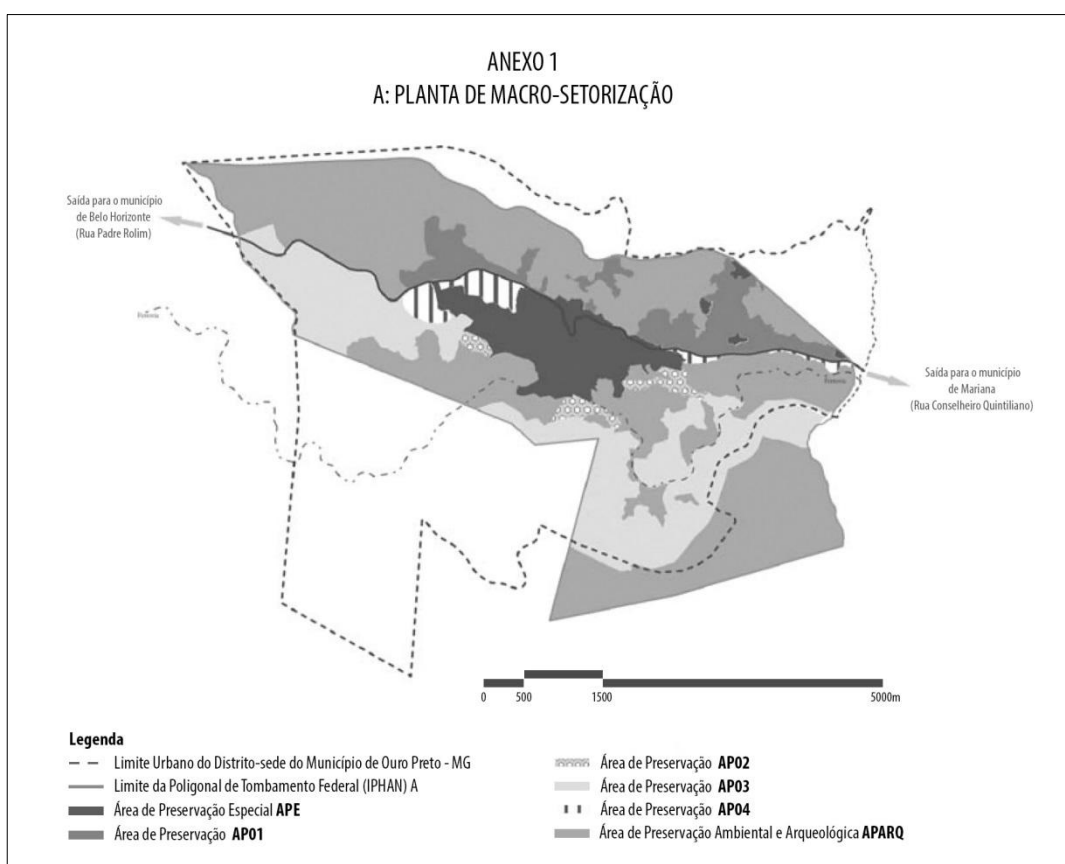
Partindo-se da capela de São João (ponto um), situado na Serra de Ouro Preto, vai-se em linha reta até o topo do Morro situado à direita de quem olha a frontaria da Capela do Bom Jesus do Taquaral (ponto dois). Desse ponto segue-se na direção sul, pela divisa com o Município de Mariana, até encontrar o Parque Estadual do Itacolomi (ponto três), de onde se prossegue, pela divisa com Mariana, até o Morro do Cachorro (ponto quatro), onde está implantada a torre da EMBRATEL. Desse ponto toma-se uma linha reta até a portaria da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ponto cinco), infletindo-se daí para o Centro de Convergência localizado na área central do Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (ponto seis). Desse ponto segue-se até a subestação da CEMIG (ponto sete), de onde se inflete na direção Oeste, pela cumeada da Serra, até a Rodovia Rodrigo Mello Franco de Andrade (Estrada do Contorno) (ponto oito). Percorre-se esta estrada até o trevo com a Rodovia dos Inconfidentes (ponto nove), seguindo-se daí pela Estrada de São Bartolomeu até o local da Serra de Ouro Preto denominado Pedra de Amolar (ponto dez), indo-se desse, pela cumeada da Serra de Ouro Preto, até a Capela de São João (ponto um), fechando-se assim o perímetro.

A mesma Portaria define também, três diferentes áreas de preservação para o sítio tombado, que serão submetidas, as disposições mencionadas no Decreto-Lei 25/1937, com mais ou menos rigidez, de acordo com a área que está inserida. As três áreas de preservação são:

- **ÁREA DE PRESERVAÇÃO ESPECIAL – APA** – Abrange a área com maior concentração de bens de interesse cultural, bem como as áreas verdes e bens tombados isoladamente.
- **ÁREA DE PRESERVAÇÃO – AP** – Corresponde às áreas com menos concentração de bens arquitetônicos de interesse cultural, geralmente são as áreas que fazem limite com a APA.
- **ÁREA DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA, ARQUEOLÓGICA E AMBIENTAL – APARQ** – Corresponde às áreas de baixa densidade construtiva, mas de relevância geológica ou interesse, arqueológico, histórico, ambiental e paisagístico.

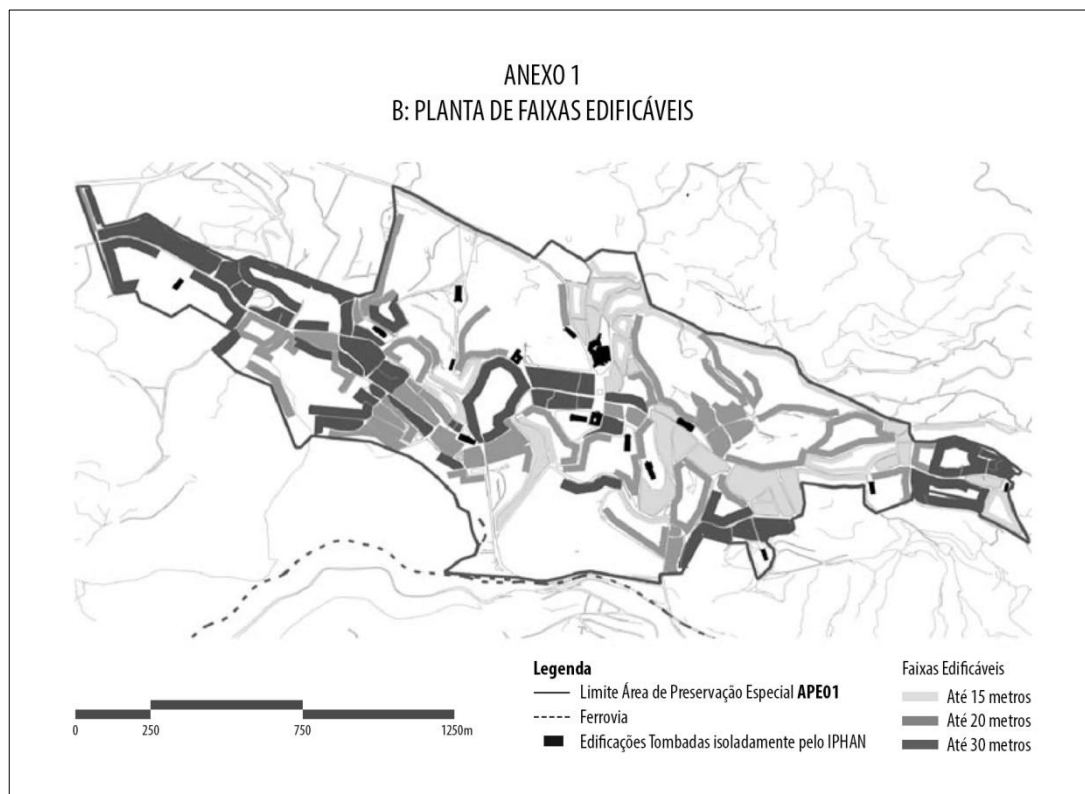
Os mapas correspondentes às áreas de preservação e as faixas edificáveis, destacando os imóveis isolados tombados pelo IPHAN, são apresentados abaixo:

Figura 1 - Mapa das áreas de preservação determinadas pela Portaria n°. 312/2010 do IPHAN



Fonte: Ouro Preto, 2010.

Figura 2 - Mapa das faixas edificáveis e dos imóveis tombados isoladamente, de acordo a Portaria n°. 312/2010 do IPHAN



Fonte: Ouro Preto, 2010.

Apesar de o Tombamento, que é previsto pelo Decreto-Lei 25/37, aplicado à cidade em 1938, ser o primeiro em nível nacional, especificar a delimitação do perímetro urbano preservado, propor diretrizes e punições que contribuíssem para a preservação da cidade de Ouro Preto, em nível municipal já havia documentos que atentavam para a preservação do município.

Em 1931, o Decreto Municipal n°. 13, sancionado pelo então prefeito da cidade, João Baptista Ferreira Velloso, ressalta o aspecto colonial da cidade e propõe a sua preservação. Nesse documento é restringida a possibilidade de construção de prédios e edifícios que destoem do estilo colonial e foi proposto, que os já existentes, deveriam ser modificados para se adaptar ao mesmo estilo.

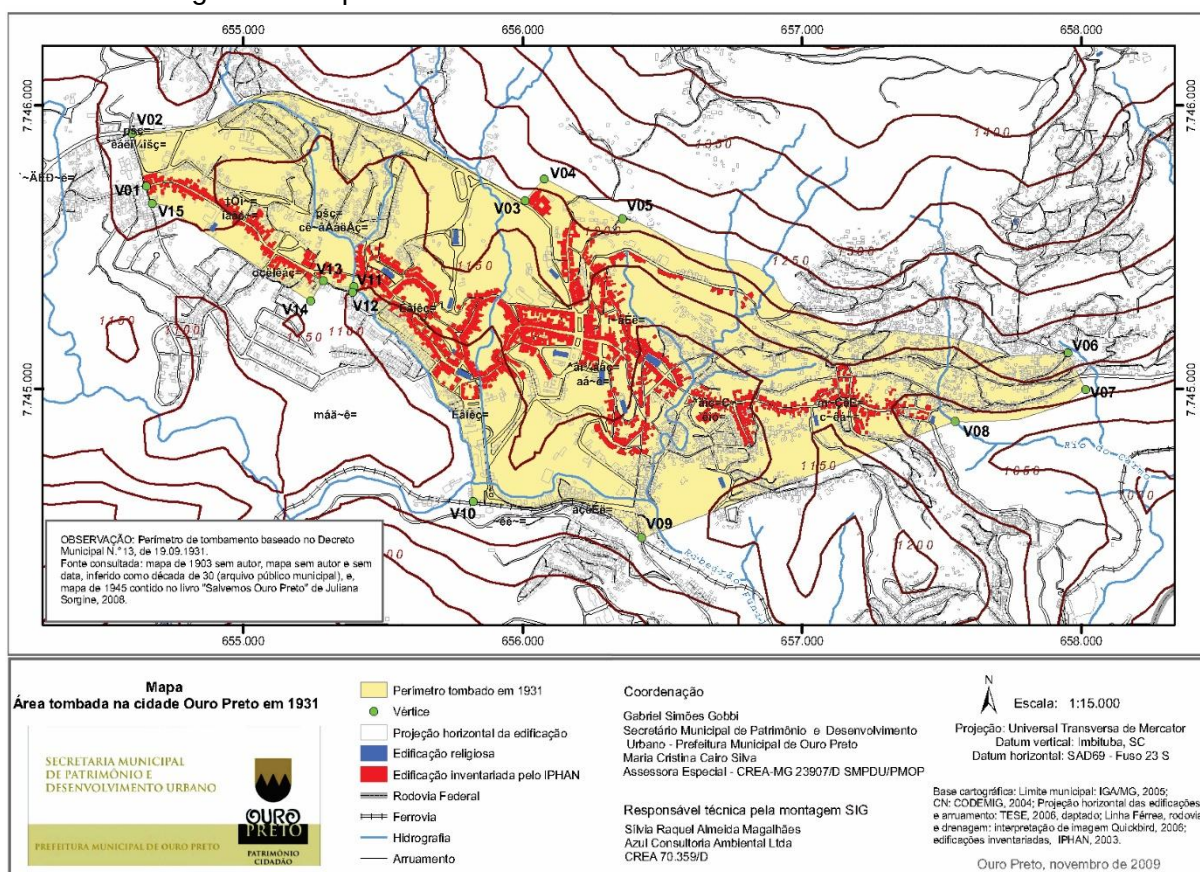
Em 1932, foi sancionado o Decreto Municipal n°. 25, pelo mesmo prefeito, em que ainda é exaltado o estilo colonial e restringe de forma mais específica as possíveis alterações das construções. Nesse documento, foi reforçada a necessidade de adaptação dos imóveis de estilos diferentes, ao estilo colonial, proibida a pintura de

elementos de cantaria das construções e estabeleceu que essas deveriam ser removidas quando já tivessem sido feitas. Além disso, foi determinada a necessidade de alvará da prefeitura em caso de construção, reconstrução, reparos e limpeza, e, atribuiu multa aos serviços feitos clandestinamente e demolições.

Esses dois decretos são parte de um processo municipal que apenas em 2010, por meio do Decreto nº. 2.239 e do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto foi ratificado o Decreto 13/1931, tornando o Distrito Sede de Ouro Preto tombado municipalmente.

A seguir, o mapa indicativo do perímetro urbano tombado em nível municipal:

Figura 3 - Mapa da área tombada na cidade de Ouro Preto em 1931



Fonte: Ouro Preto, 2009

Outro acontecimento em que a cidade, mais uma vez, foi pioneira, foi a inscrição na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, em 1980. O título, que é conferido pela UNESCO, não interfere diretamente no que diz respeito à preservação do

patrimônio, uma vez que, segundo Bo (2003), os recursos concedidos pela organização, no caso brasileiro são marginais. Entretanto, o autor ressalta que a ação da UNESCO confere prestígio ao sítio e, também, reforça a “autoestima” da população.

A inscrição na lista legitima internacionalmente o patrimônio brasileiro, mas não substitui a responsabilidade de proteção do patrimônio por parte da União, dos Estados e dos Municípios, que são também responsáveis pela sua gestão. Sendo assim, pode-se ressaltar a contribuição da organização que, através dos monitoramentos realizados nos sítios inscritos na lista, estimula estudos e se envolve em parcerias em projetos organizados pelos governos federais, como é o caso do programa Monumenta.

3.2 Estudos relevantes na cidade de Ouro Preto

Sempre a frente das ações ligadas ao patrimônio e, por muito tempo, ter sido considerada um exemplo da arquitetura a ser preservada no país, Ouro Preto passa a ser um laboratório para estudos voltados ao seu planejamento e patrimônio.

Um estudo de destaque foi o relatório que a UNESCO incumbiu ao arquiteto português Alfredo Viana de Lima, em 1968. Segundo Machado (2014), este plano concebia a cidade como “obra de arte” e propunha adaptação da cidade ao que era anteriormente por meio de medidas que eram repudiadas pela população local. O trabalho foi ampliado a uma segunda visita a cidade em 1970 e resultou em proposições relacionadas ao paisagismo, à restauração e à estrutura urbana de Ouro Preto (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975).

Ainda na década de 70, o Governo Brasileiro e o Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de estender os estudos à cidade de Mariana, e também aprofundá-los abordando os aspectos sociais, econômicos, infraestruturas e administrativos, solicitam a Fundação João Pinheiro a elaboração do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.

Este trabalho foi realizado em etapas. Primeiramente, foi feito o levantamento e análises de documentos que resultaram na elaboração de diagnósticos. Foi desenvolvido um documento referente à estrutura urbana de cada uma das cidades, o que permitiu a execução de um diagnóstico integrado, voltado ao sistema interurbano. A partir de então, foram definidas estratégias que culminaram em proposições para esse sistema e também para a estrutura urbana de cada cidade. Sendo assim, foram propostos projetos que deveriam ser realizados em cada município.

Cabe aqui ressaltar algumas lacunas e propostas descritas no plano, de acordo com a realidade das cidades, na década de 70. Destacou-se a necessidade de uma reforma administrativa para possibilitar a solução ou minimização de deficiências em vários setores. Foi identificado um grande número de ações paralelas acontecendo ao mesmo tempo por órgãos públicos e privados.

No entanto, já compreendendo os municípios como os órgãos mais envolvidos e beneficiados com as melhorias locais, concentrou-se na identificação de um método que desse subsídio aos municípios para a implantação das proposições feitas pelo plano.

Sendo assim, foca-se no patrimônio das duas cidades como possível fonte de renda e propõe-se o desenvolvimento de atividades locais que sejam propulsoras da atividade turística. Acredita-se que assim, o poder público e a economia local seriam fortalecidos, além de essa possibilidade ser uma fonte de renda não destrutiva do ambiente urbano, como no caso da mineração, que sempre foi destaque no território.

Não há estratégias de engajamento e participação social explícitas no plano, entretanto, por se tratar também de um instrumento para a captação de recursos para a preservação das cidades envolvidas e, por julgar a importância delas no cenário nacional, afirma-se que “não haverá de faltar a cooperação de todos”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p.4).

A estratégia de desenvolvimento local, principalmente vinculada à atividade turística, como possível impulso ao envolvimento da população e geração de recursos para a preservação do patrimônio, é citada ainda em políticas mais recentes como o programa Monumenta e o PAC Cidades Históricas.

3.3 O cenário administrativo Municipal da preservação do patrimônio em 2015

Em comparação ao o que foi observado em 1975, no Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, em 2015, é possível verificar que há avanços na estrutura administrativa municipal.

O documento, de 1975, explicita a necessidade de reorganização administrativa no município e propõe um projeto de Lei, dispondo sobre essa nova organização. No entanto, propõe-se a criação de órgãos para o planejamento urbano, desenvolvimento econômico e turismo.

A Lei Orgânica do Município, de 28 de março de 1990, dispõe sobre o patrimônio e prevê a sua preservação em conjunto com a comunidade por meio do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural e atribui ao mesmo, a responsabilidade de elaborar um plano permanente de proteção ao patrimônio.

Apesar de o tombamento da cidade ter acontecido na década de 30, e mesmo que já houvesse intenção de se preservá-la por parte do município, os órgãos públicos de preservação surgem, somente após a inscrição da cidade na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, como será abordado a seguir.

3.3.1 A Secretaria de Patrimônio

A Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto foi criada em 2006. No entanto, em 2013, o Departamento do Patrimônio se desvinculou do departamento responsável pelo Desenvolvimento Urbano e se juntou à Cultura. Origina-se então a Secretaria de Patrimônio e Cultura que em vigor na estrutura administrativa em 2015.

Entre as ações que são de competência da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, destacam-se: desenvolver projetos e atividades relacionadas à cultura e patrimônio, divulgar e promover as atrações e culturais do município, desenvolver/ou incentivar a capacitação de pessoal para serviços especializados ligados patrimônio e cultura, promover a valorização dos bens culturais junto às diversas instituições e a população, promover a cultura local, fiscalizar a execução de projetos de construção, reforma e ampliação de imóveis, no sítio tombado pelo Decreto-Lei 25/1937, apoiar os conselhos municipais vinculados a esta Secretaria, entre outros.

3.3.2 Casas do Patrimônio

Em Ouro Preto, em 1979, foi criada a primeira estrutura que incorporava o IPHAN à administração local. Naquele momento, vinculado a UFOP, a prefeitura e a outros órgãos. André Henrique Macieira de Souza, Chefe do Escritório Técnico de Ouro Preto, depõe que o Escritório Técnico, propriamente dito, só se constituiu na cidade em 1983.

A atividade de gestão do patrimônio foi exclusivamente exercida pelo IPHAN até em 1993, quando a prefeitura aderiu ao órgão e criou o GAT – Grupo de Assessoramento técnico – que atuou como um conselho responsável pela aprovação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, pela implantação de projetos territoriais e de legislação urbanística, (SIMÃO, 1996).

Os escritórios técnicos do IPHAN possuem um corpo técnico e chefia, são sediados nos conjuntos urbanos tombados e tem como objetivo administrar o patrimônio tombado e/ou registrado desses locais. Em algumas cidades, as sedes do IPHAN se tornaram Casas do Patrimônio, visando ampliar os diálogos entre o órgão a sociedade civil e os poderes públicos locais. As casas do patrimônio são fruto de ações que vem sendo desenvolvidas pelo IPHAN, desde 2000, que buscam estruturar e consolidar trabalhos de ações educativas que reforcem o conhecimento e a preservação do patrimônio.

Longe de se restringir à instalação de uma estrutura física, as Casas do Patrimônio constituem, antes, um desafio: ampliar os espaços de diálogo com a sociedade a partir da Educação Patrimonial, multiplicando locais de

gestão compartilhada e de construção das políticas públicas de Patrimônio Cultural. É o primeiro passo para transformar as sedes do IPHAN e instituições parceiras da sociedade civil em pontos de referência sobre o Patrimônio Cultural, fomentando a criação de novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educacionais formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas não formais e demais segmentos sociais e econômicos. (IPHAN, 2014, p.36).

No ano de 2009, na cidade de Nova Olinda, aconteceu o 1º seminário de avaliação e planejamento das Casas de Patrimônio, que resultou na Carta de Nova Olinda.

Esse documento estabelece algumas diretrizes para a atuação das Casas do Patrimônio como: as premissas; os objetivos; estratégias; a formação da rede das Casas do Patrimônio; os aspectos estruturais; aspectos operacionais e algumas recomendações do IPHAN.

São citados cinco objetivos, todos ligados a aproximação da sociedade com os órgãos públicos responsáveis pelo Patrimônio Cultural. Almeja-se compreender e fortalecer os vínculos dessa população com o seu patrimônio e incentivar a participação dos mesmos na gestão do patrimônio cultural, fomentando a apropriação, a valorização da identidade e a conexão dessas ações com o desenvolvimento social e econômico.

Em 2015, no *website* das Casas do Patrimônio, constam sete Casas do Patrimônio no Brasil, sendo elas: Casa do Patrimônio de Belém; Casa do Patrimônio de João Pessoa; Casa do Patrimônio de Laguna - Cineclube Laguna; Casa do Patrimônio de Ouro Preto – Sentidos Urbanos; Casa do Patrimônio do Vale Ribeira; Casa do Patrimônio Região dos Lagos e Casa do Patrimônio do Rio de Janeiro.

A Casa do Patrimônio de Ouro Preto foi uma das primeiras a ser criada, em 2009 e seus representantes estiveram presentes no evento que produziu a Carta de Nova Olinda e é situada na Praça Tiradentes no centro da cidade, no imóvel conhecido como Casa da Baronesa.

3.3.3 Casas do Patrimônio – Projetos Sentidos Urbanos

A casa do Patrimônio de Ouro Preto está vinculada ao programa “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”.

O “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” foi criado em 2008, por meio da metodologia de percursos sensoriais interpretativos, utilizada na disciplina chamada Percepção e Interpretação do Patrimônio Ambiental Urbano, ofertada no curso de Turismo da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, pelo professor Juca Villaschi e que gerou um projeto de extensão.

Com a criação da Casa do Patrimônio de Ouro Preto, em 2009, o IPHAN, em parceria com a UFOP (Departamento de Turismo, Departamento de Jornalismo e Departamento de Artes Cênicas), a FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto – Prefeitura de Ouro Preto (Secretaria de Educação e Secretaria de Planejamento), adotou a metodologia como fio condutor de suas ações e transformou o Sentidos Urbanos em um programa de ações educativas que vão além dos roteiros sensoriais.

O programa desenvolve várias ações, sendo elas:

- Roteiros Sensoriais – roteiros por percursos do centro histórico com ênfase na percepção sensorial.
- Projeto Comunica Morro – consiste em oficinas em oferecida a adolescentes na Escola Municipal Professora Juventina Drumond nas quais o tema patrimônio é usado para a produção de material de comunicação (radio, jornal, etc).
- Projeto “eu também sou patrimônio” – utiliza de atividades de educação patrimonial para trabalhar a identidade, o pertencimento para sensibilizar a comunidade.

Algumas ações pontuais, e para grupos específicos, também são realizadas ao longo do ano, envolvendo temas relacionados ao patrimônio, como: memória e identidade. Alguns grupos que trabalham em conjunto com o programa são: Guarda Municipal, Coral Canto Crescente, professores e gestores da Fundação de Arte de Ouro Preto, alunos do Projeto de Educação Integral da Escola Estadual Marília de Dirceu, entre outros.

A Casa do Patrimônio de Ouro Preto está cadastrada junto a outras Casas do Patrimônio por meio de um *website* que informa sobre o funcionamento das mesmas. Nesse endereço eletrônico é possível encontrar um *link* que conduz o usuário ao *blog* do Programa Sentidos Urbanos em que são divulgadas as atividades organizadas pela equipe, além de informação sobre as ações desenvolvidas a cada mês e os *blogs* das outras casas do Patrimônio, mais uma vez.

Na cidade de Ouro Preto, pode-se dizer que a Casa do Patrimônio, a partir das atividades que são realizadas, atinge às premissas básicas citadas na Carta de Nova Olinda. Premissas essas que englobam: a garantia de um espaço de difusão do conhecimento, promoção de ações educativas nas áreas de Patrimônio Cultural, meio ambiente e turismo, disponibilização de informações sobre o patrimônio, estímulo à participação da população na gestão da proteção do Patrimônio Cultural, disponibilização de oficinas e o fortalecimento da atuação em redes sociais de cooperação institucional com a comunidade.

Abaixo, as ações relacionadas às atividades realizadas pelo Projeto Sentidos Urbanos é demonstrada em números referentes ao período de março a novembro de 2015:

Figura 4 - Ações e números totais do programa no período de março a novembro de 2015

NÚMEROS TOTAIS DO PROGRAMA SENTIDOS URBANOS: PATRIMÔNIO E CIDADANIA							
MARÇO A NOVEMBRO DE 2015							
TIPO	QUANT.	NOME	MÊS INICIAL	MÊS FINAL	Nº DE ENCONTROS	Nº DE PESSOAS IMPACTADAS	
						Por	Total
Roteiros	31	Roteiro Sensoriais	Abril	Novembro	31	386	
Ações Continuadas	6	Comunica Morro	Maio	Outubro	13	15	228
		Laboratório de Afeto	Agosto	Novembro	19	30	
		Coral Canto Crescente	Agosto	Outubro	9	27	
		Guarda Municipal	Junho	Novembro	12	48	
		Espaços Urbanos	Agosto	Novembro	10	10	
		Mais educação	Maio	Outubro	78	98	
Ações Pontuais	8	Formação e Nivelamento da	Março	Março	10	15	257
		Projeto Girassol	Junho	Julho	3	15	
		Visitas a Obra	Setembro	Outubro	5	120	
		Dom Velloso	Agosto	Agosto	2	20	
		Vídeo Cabine	Agosto	Setembro	2	15	
		Roteiros com ARO	Outubro	Outubro	5	49	
		Ação com Coordenadores	Setembro	Setembro	1	13	
		Demonstração Prática de Jogos	Agosto	Setembro	2	10	
Ações de Promoção	2	Oficinas do 3º Festival de História – Fhist	Outubro		12	30	39
		I Encontro de Educação Integral	Outubro		1	9	
Total de Pessoas Impactadas Pelo Programa Sentidos Urbanos							865
Número das Redes Sociais 2015 – Março a Novembro							
		Blog		Facebook		Total	
Número de Postagens		33		59		92	
Número de acessos / Alcance das publicações		5.278		15.589		20.867	

Fonte: programasentidosurbanos.blogspot.com.br

Em entrevista concedida pelo Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, em Ouro Preto, foi explicitado que Escritório Técnico e Casa do Patrimônio são coisas diferentes e, que no caso, o escritório é procurado com maior frequência pelas pessoas para resolver problemas ligados aos imóveis tombados. Foi dito também que há uma pequena biblioteca, mas que as pessoas não costumam frequentar o prédio para estudos ou conhecimento do patrimônio. No entanto, a responsável pela Casa do Patrimônio não se encontrava no local.

Nenhum visitante foi visto nas instalações, que é toda equipada com murais, televisão, folders e material informativo sobre o patrimônio local. Essa informação, junto à ênfase dada pelo Chefe do Escritório Técnico, sobre a diferença desse órgão com a Casa de Patrimônio, instiga a pensar que o projeto Sentidos Urbanos funciona com seus roteiros e atividades que transcendem ao imóvel situado na Praça Tiradentes, mas que este tem uma estrutura pouco utilizada.

3.3.4 Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto – COMPATRI

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, prevê em seu artigo 1º o pluralismo partidário e, em parágrafo único, expõe que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O pluralismo político transcende o pluralismo partidário e se solidifica por meio das diversas associações representantes dos interesses da sociedade civil como um todo, ou de grupos mais específicos. No entanto, a garantia dos direitos se faz por meio de políticas públicas, e entendendo a participação social como elemento essencial para elaboração dessas políticas, a mesma constituição prevê a criação dos conselhos municipais.

A primeira ideia de conselho surge com a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS, que descentraliza e traz participação da população no setor de saúde. Mais tarde, esse modelo foi replicado para as diversas áreas da administração municipal. Esses conselhos são organizados de acordo com a abrangência das políticas

públicas que devem ser discutidas em âmbito municipal, caracterizando assim, a representação mais próxima e direta da comunidade local.

Na cidade de Ouro Preto, em 2015, existem 22 conselhos ou similares em funcionamento. A prefeitura mantém também a Casa dos Conselhos, que é um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Governo que auxilia no funcionamento dos conselhos municipais. Cada conselho funciona de acordo com o seu regimento interno, tem sua agenda de reuniões e é composto por conselheiros não remunerados, representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil.

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI) foi criado pela Lei Orgânica do Município e regulamentado pela Lei Municipal 64/02. Esse é um órgão permanente, consultivo e de assessoramento. O conselho é vinculado à Secretaria de Cultura e Patrimônio, que fornece suporte técnico e administrativo.

Em 27 de setembro de 2011, a Lei Municipal nº708 revogou a Lei municipal 64/02, passando o COMPATRI a vigorar de acordo com a nova legislação que alterou, basicamente, as representações.

O conselho é partidário entre o Poder Público e a sociedade civil, e é composto por, oito representantes do poder público:

- 1 da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano
- 1 da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- 1 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
- 1 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- 1 do IPHAN
- 1 do IEPHA
- 1 representante de Instituições Federais de Ensino;
- 1 da Fundação de Artes de Ouro Preto (FAOP).

E oito representantes da sociedade civil:

- 2 da Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto (FAMOP)

- 2 representantes de entidades preservacionistas de Ouro Preto
- 2 representantes das entidades culturais em atuação em Ouro Preto
- 1 da Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto
- 1 da Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP).

Ao conselho, competem ações como: propor bases da política de preservação municipal; emitir pareceres sobre tombamento e registro, bem como seus cancelamentos; estabelecer diretrizes para a preservação do patrimônio cultural e natural e seu entorno e aprovar ou revogar projetos urbanísticos.

O conselho se reúne regularmente em reuniões ordinárias ou extraordinárias, e suas atas são disponibilizadas no endereço eletrônico da Prefeitura, no Diário Oficial, podendo ser consultadas por qualquer pessoa e a qualquer tempo.

Em entrevista concedida por Ana Paula Paixão, funcionária da Secretaria de Cultura e Patrimônio e Conselheira Titular do COMPATRI representando a Secretaria, foi relatado que as reuniões ordinárias acontecem mensalmente e há reuniões extraordinárias. Essas ocorrem com maior frequência no segundo semestre quando se trata de organizar documentos para o ICMS Cultural.

A conselheira relata que as reuniões e as pautas a serem discutidas são divulgadas ao público com antecedência, por meio do endereço eletrônico da prefeitura, no Diário Oficial. No entanto, destaca que a participação de representantes da sociedade civil, que não sejam os conselheiros já estabelecidos para essa representação é bastante pontual e, muitas vezes, fica restrita a situações em que a pessoa está requerendo algo.

Geralmente, participam das reuniões, profissionais ou estudantes das áreas afins, em sua maioria, jovens. Quando há a presença dessas pessoas, elas geralmente opinam e sabem do que a reunião irá tratar, o que leva a crer que elas leem previamente as convocações no *website* da prefeitura, observa a Conselheira.

Questionada sobre discussões acerca dos programas Monumenta e PAC Cidades Históricas, nas reuniões do conselho, a conselheira ressalta que não era membro do

conselho durante o programa Monumenta, e que em relação ao PAC Cidades Históricas, só houve uma reunião, quando o programa foi apresentado ao conselho.

Outros aspectos relevantes foram pontuados durante a entrevista, como o fato de o atual presidente e vice-presidente do conselho serem representantes da sociedade civil, o que segundo a entrevistada, traz uma nova perspectiva para as discussões. Ela exemplifica explicando que algumas demandas da sociedade, como a necessidade de explicação acerca das obras de restauração dos chafarizes, que estava sendo realizada no momento da entrevista, por meio do PAC Cidades históricas, foi percebida e colocada em pauta, a pedido do Vice-presidente que é representante da FAMOP, pelo seu contato direto com a população.

Esse exemplo citado pela conselheira reforça a lacuna entre a proposta de gestão compartilhada do programa e o que se tem feito, de fato, na cidade. Esse relato demonstra que os esclarecimentos precisaram ser solicitados por um representante da sociedade civil, quando a população já deveria ter conhecimento da obra em todas as suas etapas, antes mesmo do seu início. Conclui-se então, que os moradores não estão envolvidos, como proposto, no processo de gestão do patrimônio.

3.3.5 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto - FUNPATRI

O FUNPATRI foi uma exigência do Programa Monumenta para prover a estabilidade financeira ao programa, no entanto, atingiu proporções maiores e se tornou útil para as cidades. Esse instrumento de gestão foi mais duradouro que o programa, passando a ser gerido por um Conselho Curador.

O conselho consultor promove reuniões e, segundo a ata da oitava reunião realizada pelo fundo, em 28 de Dezembro de 2011, recebeu a visita do arquiteto consultor do MONUMENTA/IPHAN/UNESCO, Maurício Goulart. Nessa ocasião o consultor informa que está presente para tratar da prestação de contas final do Monumenta e discutir sobre as ações previstas para o PAC Cidades Históricas em Ouro Preto.

Além disso, Maurício Goulart reconhece a importância do trabalho realizado pelos conselheiros, uma vez que os mesmos representam também a comunidade.

Além da gestão da verba liberada para execução das intervenções previstas pelo Monumenta, o fundo gere verbas relacionadas ao ICMS Cultural e do Ministério Público, como multas ou outras.

As reuniões do fundo, também são divulgadas no endereço eletrônico da prefeitura, por meio do Diário Oficial, e qualquer pessoa pode participar ou ter acesso às atas das reuniões no mesmo endereço eletrônico das convocações.

A consolidação de órgãos vinculados ao patrimônio na estrutura administrativa municipal é uma ação essencial para que os objetivos de programas federais sejam alcançados nos municípios. A interação entre esses órgãos, em Ouro Preto, durante os programas Monumenta e PAC Cidades Históricas serão detalhados no capítulo a seguir.

4 OS PROGRAMAS MONUMENTA E PAC CIDADES HISTÓRICAS

Este quarto capítulo apresenta os programas de reabilitação de núcleos históricos escolhidos para o estudo de caso: o Programa Monumenta e o PAC Cidades Históricas.

Além da descrição sobre cada um dos dois programas, a abrangência, os objetivos e parcerias, há destaque para as ações implementadas pelos mesmos na cidade de Ouro Preto. Discute-se também, a situação em que se encontram algumas obras do programa Monumenta, em 2016, bem como o andamento do PAC Cidades Históricas.

4.1 O Programa Monumenta em Ouro Preto

Na cidade de Ouro Preto, todas as intervenções realizadas pelo programa Monumenta se encontram inseridas no perímetro urbano tombado pelo IPHAN. O Convênio 039/2000, firmado entre o Ministério da Cultura e o Município de Ouro Preto, teve início em 26/05/2000 e terminou em 04/12/2011. O valor total do convênio foi de R\$ 15.059.648,17, em que, até o final de sua execução, foi de R\$ 12.902.015,15, sendo que R\$ 9.120.305,54 corresponde à parte Concedente (financiador) e R\$ 3.781.709,61 à parte Conveniente (o município).

Em entrevista concedida pelo Sr. Wanderson José Rolla Gomes, Superintendente de Patrimônio e Cultura e Coordenador de Contratos e Controle Orçamentário durante o Programa Monumenta, foi relatada a não realização de duas das obras previstas.

Trata-se da mudança da rede de fiação aérea aparente, para subterrânea, que, segundo ele, não aconteceu por problemas relacionados à verba alocada e a transição do programa Monumenta para o PAC Cidades Históricas. Por outro lado, o Projeto Arquitetônico e Paisagístico do Largo da Ponte do Antônio Dias, que não foi realizado devido à dificuldade no processo desapropriações que seriam necessárias na área, relata o Superintendente.

Para os projetos de restauração foi feita licitação pública para selecionar os restauradores que realizavam o projeto de acordo com as especificidades de cada um. A verba foi repassada ao município de acordo com cada obra licitada, geralmente feita em frações, de acordo com o andamento da mesma.

Para a gestão financeira do programa, uma das exigências era que fosse criado um Fundo de Patrimônio. Esse fundo, conhecido como FUNPATRI, tem contato direto com a Secretaria de Cultura e Patrimônio que age na Licitação das obras e na gestão da verba.

A descrição sobre a realização das intervenções em espaços e imóveis públicos, conforme o Relatório de Cumprimento do Objeto, de 2012, fornecido pela Secretaria de Patrimônio e Cultura de Ouro Preto é demonstrada abaixo:

Figura 5 - Intervenções em espaços e imóveis públicos selecionados pelo Programa Monumenta na cidade de Ouro Preto, conforme o Relatório de Cumprimento do Objeto, fornecido pela Secretaria de Patrimônio e Cultura da cidade

Nome da Obra	Data de Conclusão da Obra	Valor (R\$)	Uso proposto	Grau de Utilização do Uso Proposto	Observação:
Telhado Capela das Dores 1ª Etapa	10/04/2002	128.073,45	Capela (religioso)	Uso total (100%)	Obra concluída
Restauração da Capela das Dores	09/09/2005	330.012,49	Capela (religioso)	Uso total (100%)	Obra concluída
Ponte do Antônio Dias (Ponte de Marília)	12/05/2003	80.166,70	Espaço Público	Uso total (100%)	Obra concluída
Restauração da Casa do Folclore	28/08/2003	149.221,17	Escola de Música e Café	Uso parcial (80%) Escola de Música instalada.	Obra concluída
Paisagismo do Adro e Largo da Igreja de N. Sra da Conceição do Antônio Dias	28/08/2003	90.918,07	Espaço Público	Uso total (100%)	Obra concluída

Restauração da Ponte Seca	29/11/2004	140.500,00	Espaço Público	Uso total (100%)	Obra concluída
Restauração da Ponte do Rosário	10/08/2006	101.272,35	Espaço Público	Uso total (100%)	Obra concluída
Aquisição de imóveis (anexo Teatro)	12/03/2007	98.250,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mobiliário Urbano de Ouro Preto	26/07/2007	309.306,85	Requalificação de Espaços	Uso Total (100%)	Obra concluída
Sinalização Interpretativa	16/05/2008	84.987,34	Requalificação de Espaços	Uso Total (100%)	Obra concluída
Paisagismo da Casa da Baronesa	24/03/2008	110.993,13	Espaço Público	Uso Total (100%)	Obra concluída
Anexo ao Teatro Municipal	07/07/2008	138.698,49	Apoio ao Teatro Municipal	Uso Total (100%)	Obra concluída
Forro Gamela da Cs. Baronesa	19/11/2008	30.244,48	Sede do IPHAN	Uso Total (100%)	Obra concluída
Sinalização indicativa - vale dos contos	03/07/2008	100.254,00	Espaço Público	Uso Total (100%)	Obra concluída
Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos	10/11/2008	3.957.168,00	Espaço Público	Uso Total (100%)	Obra concluída
Restauração da Cs. Baronesa	26/08/2006	367.565,79	IPHAN	Uso Total (100%)	Obra concluída
Restauração da Casa de Gonzaga	08/02/2006	343.228,44	S. M. Turismo	Uso Total (100%)	Obra concluída
Restauração do Teatro Municipal (Casa da Ópera)	07/07/2007	701.894,85	Casa espetáculos	Uso Total (100%)	Obra concluída
Terminal de Integração Barão de Camargos	08/07/2009	469.738,59	Terminal Passageiros	Uso Total (100%)	Obra concluída
Restauração Casarão Rocha Lagoa	19/05/2010	445.900,28	Secretaria M. de Patrimônio	Uso Total (100%)	Obra Concluída

			e Desenvolvi mento Urbano		
Restauração do Solar Baeta Neves	26/07/2010	373.529,31	Secretaria M. de Agropecuária	Uso Total (100%)	Obra Concluída
Restauração da Casa dos Inconfidentes	13/07/2010	345.475,28	Museu e local visitação	Em implantação Museu	Obra Concluída
Restauração Anexo do Teatro (2ª Etapa)	01/10/2010	123.313,77	Apoio ao Teatro Municipal	Em implantação	Obra Concluída
Restauração da Ponte do Palácio Velho	23/09/2010	100.195,57	Espaço Público	Uso Total (100%)	Obra Concluída
Paisagismo da área Montante à Ponte Seca	27/08/2011	333.893,58	Espaço Público	Uso Total (100%)	Obra Concluída
Paisagismo da Casa do Folclore	29/09/2011	186.182,56	Espaço Público	Uso Total (100%)	Obra Concluída

Fonte: Ouro Preto, 2012.

No caso dos imóveis privados, houve dois lançamentos de edital, com 45 selecionados e 10 desistentes/reprovados, totalizando então, 35 obras concluídas até o momento do Relatório de Cumprimento do Objeto, sendo o gasto total, um montante de R\$ 1.582.641,66.

Os proprietários dos imóveis privados tiveram as obras financiadas e com possibilidade de parcelamento em até 20 anos a juros zero. A Caixa Econômica Federal foi o agente financeiro responsável por essa ação, que segundo Bonduki (2010), foi complicada, em virtude das demoradas gestões e superada com a flexibilização das regras. O montante recebido, referente ao financiamento, deve ser retornado ao fundo de patrimônio criado pelo programa.

A descrição dos imóveis privados selecionados, o orçamento individual e a descrição das obras estão demonstrados no quadro a seguir:

Figura 6 - Imóveis privados selecionados pelo Programa Monumenta em Ouro Preto, cedido pela Secretaria de Cultura e Patrimônio por meio do relatório de Cumprimento do Objeto

Nome do Beneficiário	Localização do Imóvel	Data de Concessão	Tipo de Intervenção	Valor do Financiamento	Contrapartida
José Luiz Trópia Sayão Lobato	Rua São José, 171 Centro	12/04/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	66.500,00	-
Maria da Conceição F. dos Santos	Rua Felipe dos Santos, 98 – Antônio Dias	15/06/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	27.000,00	-
Eunice de Jesus G. Amaro	Rua do Pilar, 85 – Pilar	15/06/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	8.335,06	-
Anísio Nicolau Fernandes	Rua do Aleijadinho, 88/90 – Antônio Dias	15/06/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	18.520,00	1.000,00
Liria Tofollo Suzana-	Rua Costa Sena, 151 – Centro	27/07/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	6.500,00	-
José da Silva Reis	Rua Getúlio Vargas, 145/167 – Rosário	27/12/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	250.000,00	40.000,00
Soraya Mansur Barbosa Barros	Rua Alvarenga, 460 – Cabeças	01/06/2007	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	57.391,79	-
Maria José Alves dos Santos	Rua Xavier da Veiga, 179 – Centro	06/05/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	16.385,00	
Paulo Efigênio da Silva	Rua Xavier da Veiga, 47 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	34.521,50	
José Carlos Lopes	Rua dos Paulistas, 136 – A. Dias	06/05/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	42.900,00	
Geraldo Vitor Cotta	Rua Alvarenga, 58 – cabeças	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	48.502,00	
Eunice Ferreira	Rua Dr. João Veloso, 93 – Alto da Cruz	06/05/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	6.860,00	

Maria das Mercês Pompéia	Rua Rodrigo Silva, 36 – Vila Aparecida	06/05/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas.	47.930,00	
Anna Maria de Grammont M. de Araújo	Rua Cláudio Manoel, 96 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	45.178,75	10.000,00
Ione Martins Villela Penna	Rua Cláudio Manoel, 22/26 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	62.798,10	
Ivete Martins Villela	Rua Henrique Adeodato, 139 – Centro.	08/09/2010	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	98.389,66	
Maria do Pilar Faria Penna	Praça Monsenhor Castilho Barbosa, 31 – Pilar	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	49.979,98	
Lúcia Maria da Costa Simões Gobbi	Rua Getúlio Vargas, 94 – Rosário	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	8.000,00	
Maria de Lourdes Marques Lana	Rua Bernardo Vasconcelos, 113 – A. Dias	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	16.362,00	
Suely Maria Perucci Esteves	Rua Alvarenga, 370 – Cabeças.	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	29.778,00	
Maria do Carmo Cardoso Rodrigues	Rua do Pilar, 130 – Pilar	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	27.450,00	
Maria José Silveira Aragão Gesteira	Rua Paraná, 142 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	39.580,00	
Ilza Maria de Oliveira Perdigão	Rua Pandiá Calogeras, 49/59 – Barra	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	48.900,00	
Vânia Maria Joana de Carvalho	Rua Conselheiro Quintiliano, 360 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	49.610,00	
Edinéia Araújo Barbosa	Ladeira de Santa Efigênia, 49 – A. Dias	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	43.050,00	10.000,00

Rosa de Lima Barbosa leite	Rua Xavier da Veiga, 65 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	12.598,80	
Daniel Hemer Drummond	Rua Getúlio Vargas, 136 – Rosário	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	24.000,00	
Rasmire Valarini	Rua Costa Sena, 285 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	27.968,00	
Gabriel Márcio Nahim Trópia	Rua Conde de Bobadela, 42 – centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	29.530,00	
Anaíde Soares Guimarães	Rua Senador Rocha Lagoa, 117 – Centro	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	26.600,00	
Paulo Antônio de Souza	Rua Barão do Ouro Branco, 58	04/12/2009	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	18.008,24	3.200,00
Nelson Orsini Garcia do Carmo	Rua Alvarenga, 733 – Cabeças	12/04/2010	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	115.503,16	
Maria Nazareth Gonçalves de Lima	Rua Conde de Bobadela, 159 – Centro	26/05/2010	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	65.000,00	
Mariléia Abdo Freitas Marteleto	Rua Senador Rocha Lagoa, 159/167 – centro	12/04/2010	Recuperação Telhado, estrutura, fiação elétrica e fachadas	49.960,00	

Fonte: Ouro Preto, 2012.

Após perceber que as obras do Programa Monumenta em Ouro Preto, foram, em sua maioria, concluídas com êxito², Gomes (2010) investiga qual a percepção dos moradores das áreas circunvizinhas às obras realizadas pelo programa acerca do patrimônio.

Nessa pesquisa, foram entrevistados 41 moradores, com idade superior a 17 anos, de sexo e escolaridade variados, moradores da cidade por um período superior a 10 anos, sendo esses, habitantes de bairros diversos da cidade. A pesquisa teve o

² O registro fotográfico dos espaços/imóveis contemplados pelo programa Monumenta encontra-se no apêndice D.

objetivo de identificar a importância atribuída pela população à história da cidade e a preservação do patrimônio. Os moradores foram também questionados sobre o programa Monumenta e a participação deles em atividades/oficinas que tenham abordado a educação patrimonial e preservação do patrimônio.

No que diz respeito ao conhecimento da história da cidade, 58% dos entrevistados dizem conhecer bem e, 38% acham importante ter este conhecimento. Destes, 15,7% atribuem à importância desse conhecimento ao auxílio aos turistas ou a divulgação da cidade enquanto destino turístico e, 60,5% atribuem a compreensão da história da cidade à possibilidade de preservação e valorização por parte dos próprios moradores.

Direcionando a pesquisa para a prática de atividades de educação patrimonial, que foram previstas pelo programa Monumenta, Gomes (2010) relata que 68,2% dos entrevistados disseram nunca ter tido contato com programas de educação patrimonial, porém 95,2% destes acham importante compreender o patrimônio cultural da cidade.

No que diz respeito ao Programa Monumenta, 34,1 % dos entrevistados afirmaram não conhecê-lo, 36,5% alegam ter ouvido falar sobre, mas não sabem do que se trata. No entanto, somente 28,2% dos entrevistados relataram conhecê-lo, descrevendo as parcerias estabelecidas pelo mesmo e alguns de seus objetivos.

Apesar dos questionários terem sido aplicados em áreas próximas aos imóveis contemplados pelo programa, 60,9% dos moradores que responderam a pesquisa expuseram que não conhecem nenhuma edificação contemplada pelo programa e, somente 4,8%, ouviu falar ou fez parte de alguma oficina ligada ao mesmo, é o que expõe Gomes (2010).

Quando perguntados sobre a importância das obras de preservação do patrimônio, Gomes (2010) relata que 26% dos entrevistados apontam o auxílio financeiro como o mais importante e 73,9% acham que é importante para a cidade, para a preservação do patrimônio, da memória e da história local.

Em um segundo momento de sua pesquisa, Gomes (2010) entrou em contato com as escolas públicas de Ouro Preto, a fim de identificar a prática de atividades de educação patrimonial e, se essas estão ligadas a iniciativas do Programa Monumenta.

Havia, em 2010, 19 escolas públicas na cidade de Ouro Preto, não envolvendo os distritos, das quais 14 são municipais e 5 estaduais. Foram entrevistados diretores e/ou vice-diretores, pedagogas e, em uma delas pelo professor idealizador do projeto de educação patrimonial, totalizando o esboço de 13 escolas. As escolas: Municipal Juventina Drummond, Municipal São Sebastião, Municipal Professor Adhamir Maia, Municipal de Educação Infantil reino da Alegria, Estadual de Ouro Preto (Polivalente) e Estadual Dom Pedro II, não quiseram responder o questionário. Entre as escolas entrevistadas, somente a APAE e a Escola Estadual Marília de Dirceu relataram não trabalhar a educação patrimonial com seus alunos. As demais relataram ter atividades educativas em relação a patrimônio organizadas como iniciativa da própria escola, muitas vezes sem o incentivo de outros órgãos, segundo Gomes (2010).

A autora identificou que, geralmente, as atividades patrimoniais são realizadas pelos próprios professores, em disciplinas diversas, cada um enfocando o que lhe convém. No entanto, em 30,7% das escolas são realizadas pelos professores de História e Geografia por afinidade maior com o tema. Foi também relatado, por 30,7% das escolas, o apoio da Terezinha Lobo Leite, Geógrafa e Historiadora, que tem atividades relacionadas com a educação patrimonial junto à Secretaria de Cultura de Ouro Preto. Órgão que, durante o programa Monumenta, não era vinculado diretamente à Secretaria de Patrimônio do município.

Gomes (2010) observa então que, apesar de haver atividades de educação patrimonial nas escolas de Ouro Preto, nenhuma das escolas entrevistadas relatou ter recebido qualquer material para a prática, vindos do programa Monumenta. Questiona-se esse fato, tendo em vista o montante de 20,445 milhões disponibilizados para atividades de promoção do patrimônio e a maneira como essa quantia foi investida. Os relatos da população instigam a acreditar que a verba foi

direcionada para material de divulgação do patrimônio visando o turismo e, mais uma vez, deixando de lado a população local.

4.1.1 A situação de algumas obras do Programa Monumenta em 2016

Passado seis anos do fim do Programa Monumenta, cabe discutir a situação de algumas obras realizadas pelo mesmo na cidade de Ouro Preto. O programa, que almejava a sustentabilidade do patrimônio, por meio de incentivo do desenvolvimento econômico e social, também teve foco em ações para reabilitar locais que pudessem proporcionar a qualidade de vida urbana.

Bonduki (2010) revela que, embora parques sejam comuns nas cidades contemporâneas, eles não estavam sempre presentes no momento da criação de algumas cidades coloniais brasileiras. O autor destaca que as praças sempre existiram, mas que se constituíam por espaços públicos ajardinados.

A proposta de criação de jardins Botânicos e passeios públicos acontece, pela primeira vez, em Belém, em 1796. Bonduki (2010) ressalta o Aviso Régio de 1778, quando governadores de quatro províncias, foram ordenados a implantar espaços públicos com a mesma finalidade, em São Paulo, Salvador, Olinda e Ouro Preto.

O autor afirma que a criação do Horto Botânico de Ouro Preto aconteceu com a imposição desse documento e no entanto, o projeto foi interrompido e o local ficou abandonado. Em 1825, voltou-se a pensar na criação de jardins botânicos e, dessa vez, o horto foi transferido para uma área situada no Passa-Dez de Cima, cerca de dois quilômetros do Núcleo histórico.

A área, situada no núcleo histórico de Ouro Preto, em que se projetou o horto botânico logo após o Aviso Régio, ficou inativa por quase dois séculos até que ressurgiu o interesse do governo federal em recuperá-la.

Essa intervenção acontece durante a execução do Programa Monumenta, que possibilita a realização de intervenções nesse sentido, requalificando áreas verdes para contribuir com a preservação do patrimônio e a qualidade de vida dos moradores.

A “Recuperação e tratamento paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos”, trata da transformação das áreas verdes e livres no centro histórico de Ouro Preto, em que, um parque urbano foi o projeto-âncora do programa na cidade, (BONDUKI, 2010).

O investimento total foi de 3.957.168,00 milhões, sendo a obra mais dispendiosa realizada na cidade. Foram feitos platôs e áreas equipadas com bancos e mesas, um anfiteatro para pequenos eventos, com capacidade para 60 pessoas, pontes metálicas e muretas de pedras que formam as trilhas, além do represamento de águas oriundas do morro, formando um pequeno lago, (BONDUKI, 2010).

O Vale dos Contos possui 32 hectares de extensão e une a Igreja do Pilar, a Casa dos Contos e a Rodoviária, possui banheiros, lanchonete e quadra poliesportiva.

O projeto mostra que um núcleo histórico tombado pode ser dinâmico e se transformar sem que seu patrimônio seja afetado, criando-se áreas para uso da população e alterando a imagem da própria cidade, com a intervenção de novos percursos e pontos de observação da paisagem. Quem já conhece Ouro Preto ou mora lá tem uma razão a mais para voltar a explorá-la, deleitando-se com os ângulos de vista inusitados, agora propiciados pela abertura do parque. A cidade está diferente e mais convidativa. (BONDUKI, p. 201, 2010).

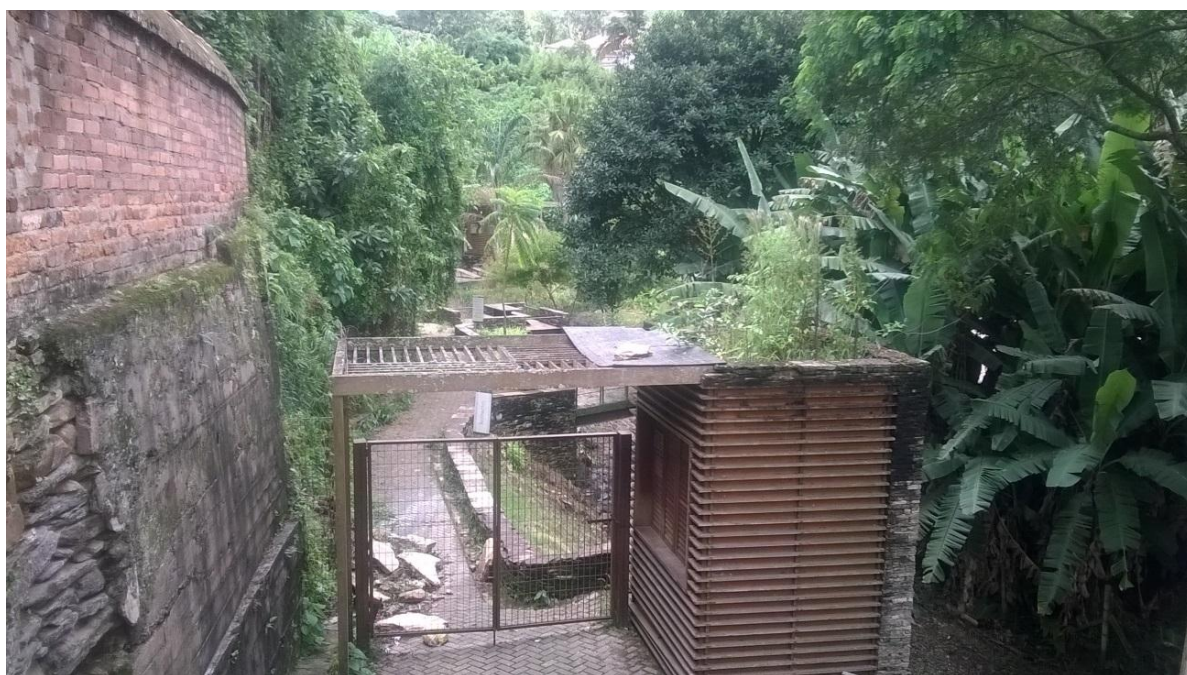
As fotos ilustrativas da estrutura desenvolvida pelo Monumenta no Vale dos Contos em sua inauguração e em 2016 são apresentadas a seguir:

Figura 7 - Imagem do Vale dos Contos no ano de sua abertura ao público



Fonte: http://www.ouopreto.mg.gov.br/portal_do_turismo_2014/atrativos/lazer-e-entretenimento/parques-jardins-pracas/vale-dos-contos

Figura 8 - Foto do Vale dos contos no ano de 2016



Fonte: Gomes, 2016

Obras de menor porte também foram realizadas com o mesmo intuito de reaproveitamento das áreas verdes para benefício da população. Entre elas

destacam-se: A Ponte do Rosário, o caminho que margeia o córrego e o paisagismo da Ponte Seca, que também foram objetos de intervenção do programa Monumenta.

No entanto, o que se percebe é o descaso com a manutenção desses locais que impedem que os mesmos sejam usufruídos pela população. Cabe aqui questionar a gestão municipal, responsável pelos cuidados dessas áreas verdes, criadas para ser utilizadas pela população local e que, se encontram, seis anos após o fim do programa, deterioradas. O que evidencia outro fator relevante que é a não apropriação desses espaços, pela população, que terminam por se tornar depósitos de lixo.

As áreas ao redor da Ponte do Rosário e Ponte Seca permanecem, por muito tempo, sujas, com o mobiliário urbano deteriorado (alvo de vandalismo) e com a vegetação proeminente, impedindo a entrada de pessoas e propiciando a propagação de insetos e outras espécies de animais que podem causar doenças a população. A situação descrita acima é ilustrada pela foto a seguir:

Figura 9 - Foto do paisagismo da Ponte Seca em 2016



Fonte: Gomes, 2016.

No caso do Vale dos Contos, a população pouco pode usufruir do mesmo. O parque se encontrou fechado durante longos períodos desde a sua inauguração. Ao ser questionado sobre o motivo de o parque ser fechado em diversos momentos, o

Sr.Wanderson José Rolla Gomes, Superintendente de Patrimônio e Cultura, responde que maiores informações sobre o parque deveriam ser obtidas na Secretaria de Meio Ambiente, pois ele acredita que o parque se fecha nos períodos de chuva, por risco de deslizamentos.

Bonduki (2010) discorre sobre a necessidade do parque ser apropriado pelos moradores da cidade. O autor acredita que os moradores se sentem lesados pelas limitações geradas pela proteção advinda do tombamento e da criação do parque. Expõe que isso pode fortalecer os diálogos entre a preservação e as demais políticas urbanas e sociais, minimizando esse tipo de conflito.

No entanto, segundo o autor, o movimento no local diminui significativamente fora de temporadas e fins de semana, o que possibilita classifica-lo como equipamento turístico e não um equipamento que faz parte do cotidiano dos moradores.

Contudo, percebe-se, no caso do Vale dos Contos e das intervenções em áreas verdes, realizadas pelo Monumenta, que ainda há carência de sensibilização da população para o maior envolvimento e responsabilidade junto ao patrimônio da cidade. O que leva a discussão para a esfera municipal, que é responsável pela manutenção desses espaços e que deve ser o elo entre as políticas públicas e a comunidade.

O programa Federal, sucessor ao Monumenta, o PAC – Cidades históricas traz a junto às suas propostas o acréscimo no envolvimento das municipalidades junto aos programas de preservação, definindo-as como responsáveis pelo patrimônio.

4.2 O PAC Cidades Históricas

O PAC Cidades Históricas teve início em 2009, com o fim do Monumenta. Tem o intuito de se beneficiar da experiência do programa anterior de interação do governo municipal na gestão de verbas para a preservação de edificações públicas e privadas, buscando sua ampliação. No entanto, busca avançar no sentido de ampliar a participação popular nas diversas etapas de elaboração do Plano de Ações,

proporcionar o engajamento de profissionais de setores diversos da administração pública e abarcar outros tipos de obras voltadas a habitação social.

Segundo Bonduki (2010) o tema habitação social é algo recente nos núcleos históricos se relaciona com a manutenção da população nesses locais que muitas vezes, estão sujeitas ao processo de gentrificação. Entretanto, o autor relata que no Monumenta não se avançou consideravelmente nesse aspecto, o que se torna, então, um desafio para o PAC Cidades Históricas.

Em uma primeira etapa, o programa almejou contemplar 143 municípios, disponibilizando para tal, 7 bilhões. Entretanto, em 2013, o programa foi reformulado, passando a contemplar 44 cidades e com redução orçamentária para 1,9 bilhões.

O PAC Cidades Históricas é um programa realizado por meio do IPHAN, em parceria com os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além de envolver agências como o BNDES e Caixa Econômica Federal.

4.2.1 A abrangência do PAC Cidades Históricas

As 44 cidades contempladas estão situadas em 20 estados e compreendem: sítios reconhecidos como patrimônio pela UNESCO, sítios com acervo em precárias condições, conjuntos representativos do processo de ocupação do país e complexos ferroviários de valor cultural. Do orçamento previsto, 1,6 bilhões deve ser destinado a obras em imóveis e espaços públicos e 300 milhões, para o financiamento de imóveis privados.

As cidades contempladas pelo programa são: Antonina (PR), Aracaju (SE), Aracati (BA), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Cuiabá (MT), Diamantina (MG), Fernando de Noronha (PE), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Goiás (GO), Jaguarão (RS), João Pessoa (PB), Iguape (SP), Itaparica (BA), Laguna (SC), Manaus (AM), Maragogipe (BA), Marechal Deodoro (AL), Mariana (MG), Natal (RN), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Parnaíba (PI),

Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Sabará (MG), Salvador (BA), Santo Amaro (BA), São Cristóvão (SE), São João Del Rei (MG), São Luís (MA), São Luiz do Paraitinga (SP), São Miguel das Missões (RS), Serro (MG), Sobral (CE), Vassouras (RJ) e Vila de Paranapiacaba – Santo André (SP).

Os objetivos do programa são: requalificação urbanística visando o desenvolvimento econômico, social e cultural; investimento em infraestrutura urbana e social; ampliação do investimento em recuperação de imóveis privados; recuperação de monumentos e imóveis públicos de interesse social; o fomento das cadeias produtivas locais e promover o intercâmbio, formação e capacitação de agentes técnicos e gestores.

Entre os resultados esperados, destaca-se, mais uma vez, a ampliação da interlocução com a sociedade por meio de atividades educativas de promoção e divulgação do patrimônio.

O programa, que ainda está em andamento, e possui reduzidas ações consolidadas³ e há dificuldade de se encontrar informações detalhadas sobre o mesmo. Em reportagem exibida por um noticiário televisivo, em 8 de novembro de 2015, foi relatado que apenas 8 das 245 obras previstas foram concluídas nos seis anos do programa.

São elas: restauro de uma ponte e uma escola de artes, em Goiás (GO); o restauro de um mercado, em Belém (PA), o restauro de dois sobrados e uma praça, em São Luís (MA) e restauro de uma escola e uma biblioteca, em Penedo (AL). Essas obras totalizam 16, 4 milhões investidos, o que representa menos de 1% do investimento total o previsto pelo programa.

Na mesma reportagem, a presidente do IPHAN no final do ano de 2015, Jurema Machado, destacou problemas encontrados, tais como: projetos de restauro mal elaborados pelos órgãos municipais. Ela explica que o IPHAN local pode contribuir

³ O registro fotográfico das ações realizadas pelo PAC Cidades Históricas até janeiro de 2016 está disponibilizado no Apêndice E.

na elaboração dos mesmos, no entanto, frisa que as equipes são insuficientes para tal.

Sabendo da situação das obras a serem realizadas, cabe investigar, no caso desse programa, que também contempla a cidade de Ouro Preto, o que tem sido feito e como se dá a participação popular e o investimento em ações educativas.

4.2.2 O PAC Cidades Históricas Em Ouro Preto

O termo de compromisso, assinado com o IPHAN, para que as obras PAC Cidades Históricas ocorressem na cidade de Ouro Preto foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 14 de março de 2014. A partir da assinatura desse documento, a Prefeitura de Ouro Preto está apta a lançar editais para contratação de projetos de restauração.

As obras serão realizadas com a verba anunciada pela Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2013, totalizando o investimento de 36,46 milhões para a cidade de Ouro Preto.

As ações selecionadas pelo PAC Cidades Históricas para a cidade de Ouro Preto são:

- Restauração dos Chafarizes do Centro Histórico
- Restauração de 9 edificações – Capela das Dores, Capela do Bom Jesus das Flores, Igreja de N. S. do Rosário, Capela do Senhor do Bonfim e 5 Passos da Paixão
- Restauração da Capela de São João
- Restauração da Capela de São Sebastião
- Restauração da Igreja Matriz de São Bartolomeu
- Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio (Glaura)
- Restauração da Igreja de São Francisco de Paula
- Restauração da Igreja de São Francisco de Assis
- Restauração da Igreja Matriz de N.S. da Conceição

- Requalificação urbanística do entorno da Capela do Padre Faria (N.S. do Rosário dos Pretos)
- Restauração da Capela de N.S. da Piedade
- Restauração da Capela de Santana
- Restauração da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia
- Instalação de Segurança eletrônica em Bens Protegidos
- Restauração da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos.

Segundo o Sr. Wanderson José Rolla Gomes, Superintendente de Patrimônio e Cultura, em entrevista realizada em 25 de janeiro de 2016, duas obras estão em andamento, sendo elas: a restauração dos chafarizes do centro histórico e Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1ª Etapa) - Restauração Arquitetônica.

As duas obras, no entanto, receberam críticas da população. Quanto aos chafarizes, foi questionada o valor investido na restauração de cada (1,5 milhão para a restauração dos 22 chafarizes) e a duração das obras, que mantém os mesmos cercados por tapumes. A restauração da igreja causou estranheza pela mudança da cor que era mantida por mais de 60 anos.

As obras devem contratadas, fiscalizadas e geridas pela Secretaria de Patrimônio e Cultura em parceria com o IPHAN. O Superintendente de Patrimônio e Cultura esclarece que, mesmo alguns chafarizes estejam prontos, permanecem cercados. Isso se deve a intenção de liberá-los do tapume todos em um só dia e ao fato de que, os que estão prontos estão sendo testados a fim de detectar qualquer necessidade de reparo.

Quanto à obra de restauração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Sr. Wanderson explica que foi feito um processo de prospecção de pintura, que revelou que a cor original não se tratava da cor anterior da igreja.

No entanto, essas críticas aos projetos de restauro por parte da população, apontam para a necessidade de encontros para esclarecimento sobre as obras e prestação

de contas junto à comunidade, o que deveria acontecer a todo o tempo em um programa que se diferencia da experiência anterior – o Programa Monumenta - por incluir a população no processo de gestão do patrimônio.

4.3 Reflexões sobre a possibilidade de gestão compartilhada

Os dois programas estudados nessa pesquisa propõem a experiência de gestão compartilhada. Sendo assim, além da integração de setores diversos das políticas (políticas urbanas, ambientais, patrimoniais, sociais, entre outras), almeja-se a participação das esferas pública (União, o Estado e o Município), bem como a privada e sociedade civil.

Castriota *et al* (2010) mencionam a conservação integrada como proposta desses programas. Entende-se por conservação integrada: a integração entre planejamento urbano e preservação do patrimônio, reconhecendo a necessidade de englobar as políticas sociais e com destaque a participação popular.

O programa Monumenta, segundo Castriota *et al* (2010), tem sua gestão compartilhada, uma vez que essa é feita por meio de equipes formadas por técnicos dos municípios ou estados, em conjunto com o IPHAN, que formam as Unidades Gestoras de Projetos (UEPs). Essas acompanham e conduzem as ações do programa e são geridas pela Unidade Central de Gerenciamento, com sede no Ministério da Cultura.

Desta forma, acredita-se na possibilidade de minimizar a desarticulação entre as diversas instâncias do governo, que é apontado como fator de alta relevância que, geralmente, impossibilita a implementação de ações de preservação do patrimônio, segundo Castriota *et al* (2010).

Quanto ao PAC - Cidades Históricas, Castriota *et al* (2010) reforçam estarem presentes, mais uma vez, os princípios da conservação integrada e destacam que, no aspecto da gestão, o programa se estrutura na ideia de que as municipalidades devem ser responsáveis pela conservação.

Muitas vezes os municípios se mostram despreparados já nas primeiras etapas dos programas, como foi apontado pela presidente do IPHAN, na entrevista televisiva concedida em 8 de novembro de 2015, que destacou a baixa qualidade dos projetos de restauro, apresentados ao órgão pelas instituições municipais.

Castriota *et al* (2010) relatam a mesma deficiência em relação aos planos de ação elaborados pelos municípios e apresentados ao IPHAN, pela qualidade insuficiente na elaboração e abrangência dos mesmos, o que desequilibra a distribuição de recursos entre as cidades. Conclui-se que devido a esses fatores, alguns municípios são prejudicados pela ineficácia de seus planos, que não contemplam todos os aspectos necessários.

No entanto, apesar de haver uma evolução significativa no que diz respeito à preservação do patrimônio na cidade, o que se percebe ao estudar a estrutura administrativa e os dois programas, na cidade de Ouro Preto é que a administração municipal ainda não se conscientizou do seu papel como principal responsável pela gestão.

Esse aspecto tem recebido de Castriota (2009) a reflexão de que os conflitos de ordem institucional inviabilizam a implementação de ações propostas para a cidade de Ouro Preto, e destaca o caso do Plano elaborado pela Fundação João Pinheiro, em 1975.

O autor explica que, nesse caso, o Estado era o responsável pelo plano urbano, o órgão federal, no caso o SPHAN, era responsável pela preservação da cidade, a inspeção, coordenação, projetos e manutenção de museus e, a Prefeitura, era a principal responsável pela administração da cidade e controle do uso do solo.

Relata que, naquele momento, era comum, a administração municipal, movida por interesses locais, entrar em conflitos com o SPHAN. Além disso, o autor relata que na opinião de um arquiteto do SPHAN, “o governo local costuma se omitir da responsabilidade pela conservação do patrimônio local, fazendo o trabalho do SPHAN ainda mais difícil”, Castriota (p.165, 2009).

Como foi abordado nesse capítulo, ao contrario do que havia em 1975, há, em 2015, muitos órgãos envolvidos na preservação do patrimônio na cidade de Ouro Preto. Entretanto, nota-se que a criação desses órgãos é recente, sendo todos criados após a cidade ser inscrita na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1980.

Os órgãos da administração municipal vinculados à proteção do patrimônio são ainda mais recentes, como a secretaria de Patrimônio, que foi criada em 2006, o COMPATRI, que foi criado com a Lei Orgânica do Município em 1990 e reformulado em 2011, e o FUNPATRI, criado em 2011.

Nota-se que criação da Secretaria de Patrimônio durante o período do Programa Monumenta, pode ser um indicativo de que o programa contribuiu para o desenvolvimento administrativo local. O FUNPATRI é outro exemplo de evolução da gestão municipal propiciada pelo programa, já que a criação do mesmo era uma exigência feita aos municípios.

Segundo relatos do representante da Secretaria de Cultura e Patrimônio, entrevistado nessa pesquisa, a relação do órgão municipal com o IPHAN é positiva além de considerar as duas instituições parceiras. Essas se reúnem com frequência e tomam decisões com conjunto, já que cabe à secretaria fiscalizar as exigências relacionadas a preservação do patrimônio, atribuídas pelo IPHAN. Sendo assim, percebe-se que as divergências citadas previamente em relação ao IPHAN e o município parecem ter sido minimizadas.

No entanto, percebe-se que, em programas federais, como no caso do programa Monumenta e PAC – Cidades Históricas, os órgãos municipais ainda participam de forma marginal, limitados a executar o que o governo federal estabelece.

Há o FUNPATRI, que gere a verba, a Secretaria de Patrimônio que coordena as obras, junto ao IPHAN, o conselho de patrimônio ativo, a Casa do Patrimônio estruturada para a promoção do patrimônio local. No entanto não há ações ou alternativas municipais que vão além do trâmite para que as intervenções previstas pelo órgão federal aconteçam.

Os dois programas objetivam o desenvolvimento local para que os mesmos sejam sustentáveis e preservados para as futuras gerações. Sendo assim, com a meta de impulsionar o desenvolvimento local, devem ser implantadas ações pelo governo municipal, que é a esfera governamental capaz de planeja-las com maior eficiência, a partir de um diagnóstico preciso de deficiências, o que parece não estar sendo feito.

Alguns pontos da pesquisa realizada juntos aos órgãos de preservação confirmam a precariedade de iniciativas por parte do município para o sucesso dos programas e também para a proteção do patrimônio de maneira geral. A população, que não participa de maneira efetiva na gestão do patrimônio, acaba por compreender as normas de proteção do mesmo como punitivas e, por não admitirem sua importância, tendem a burlá-las.

A Secretaria de Patrimônio, que poderia se aprofundar nos diagnósticos e atender as necessidades específicas do município em relação ao patrimônio, não promove discussões com a população e, segundo o representante desse órgão, geralmente só avisam o que será feito.

Essa atitude é prejudicial no sentido de que a população se sente lesada e excluída do processo de decisão sobre o patrimônio, que é de todos. Por não ser estimulada, a população não é movida pelo pertencimento e as políticas de patrimônio acabam sendo compreendidas negativamente como punitivas e restritivas.

O COMPATRI é o maior elo entre a população e os órgãos de preservação do patrimônio e, segundo a entrevistada que é membro do conselho, foca-se muito nas questões municipais, ou seja, não se discute amplamente sobre os programas federais implantados na cidade.

Uma dificuldade relatada por essa entrevistada, é a abordagem a ser empregada nas diferentes delimitações do perímetro tombado, com três perímetros de preservação registrados em 3 livros do tombo e, além do tombamento federal, há o tombamento municipal, que também tem o seu perímetro próprio.

Sendo assim, segundo a representante do COMPATRI, o conselho foca as discussões no perímetro de tombamento municipal, o que é um problema já que há também o tombamento federal e vários aspectos relacionados a cada livro do tomo em que o sítio foi inscrito.

O tombamento federal foi o precursor na preservação da cidade, possibilitando o reconhecimento internacional por parte da UNESCO. Além disso, a cidade é contemplada pelos programas em estudo, que são iniciativa do Governo Federal, por ser tombada nessa instância e, sendo assim, é indubitável que assuntos provenientes desse tombamento sejam discutidos no COMPATRI.

A participação popular almejada pela gestão compartilhada é reduzida e se limita a membros de associações e órgãos que representem o povo no COMPATRI. Por mais que as reuniões do COMPATRI e do FUNPATRI convoquem a população, foi relatado que essas convocações são feitas via Diário Oficial, o que permite questionamentos. Será que as pessoas tem o hábito de ler o Diário Oficial? Não haveria outro meio de Comunicação mais eficaz para essa convocação? Há realmente a intenção de que essa participação aconteça?

Um ponto positivo abordado nessa pesquisa é o incremento das denúncias, por parte dos moradores, em relação a danos ao patrimônio, junto ao COMPATRI. Esse fato demonstra um possível acréscimo da conscientização da população sobre a importância do patrimônio e do seu papel como responsável pelo mesmo.

Não é notória a preocupação, em nível municipal, de desenvolvimento de atitudes que ampliem o sentimento de pertencimento nas pessoas, sejam elas ligadas aos programas estudados, ou não. A alternativa implantada por iniciativa do governo federal na cidade, a Casa do Patrimônio, ainda é de pequena abrangência.

Como foi demonstrado no quadro relacionado às atividades realizadas pelo programa Sentidos Urbanos, o número de pessoas envolvidas em suas atividades, no ano de 2015, se limita a 865. No entanto, outro dado em relação a esse programa é o alcance do mesmo quando se trata do ambiente virtual. Foram 20.867 acessos

no ano de 2015, o que demonstra que, mesmo que não sejam todos, moradores da cidade, o Programa Sentidos Urbanos contribui para a difusão do conhecimento acerca do patrimônio de Ouro Preto e, sendo assim, amplia a compreensão de que a preservação do sítio se faz necessária.

Contudo, pode-se concluir que a administração municipal relacionada ao patrimônio é algo recente e evolui lentamente, mesmo Ouro Preto sendo reconhecida nacional e internacionalmente pelo seu patrimônio.

Os programas federais em estudo contribuíram para a melhor definição da estrutura administrativa da cidade, permitiram a maior interação entre eles e o IPHAN, mas não são eficazes no que diz respeito à gestão compartilhada com a comunidade. O déficit desse aspecto dificulta o alcance de alguns objetivos dos dois programas, pois apenas uma população consciente de seu patrimônio se apropria dele e contribui com a gestão do mesmo se tornando guardião.

O governo municipal deve ampliar a sua responsabilidade, junto a comunidade, em relação ao patrimônio e promover a sua manutenção para que os investimentos e esforços de uma política de preservação federal não se percam, como foi mostrado ao discutir a situação atual das intervenções realizadas pelo programa Monumenta.

5 CENÁRIO ATUAL SOBRE OS PROGRAMAS E A PRESERVAÇÃO DA CIDADE: o ponto de vista da população

O quinto capítulo expõe a pesquisa de campo. Serão abordados: a amostra, como se deu a elaboração dos formulários, os resultados obtidos, bem como as impressões e dificuldades apresentadas pela pesquisadora nesta etapa dessa pesquisa.

A pesquisa de campo se fez necessária uma vez que este trabalho busca compreender a percepção da população acerca da cidade de Ouro Preto, levando em conta suas características peculiares - por se tratar de uma cidade preservada – e também a relação dessa população com as ações, políticas e gestão do patrimônio de maneira geral.

A fim de verificar estes aspectos e garantir o contato direto com os moradores, o estudo, que tem foco nos programas Monumenta e PAC Cidades Históricas, concentrou-se nos bairros Antônio Dias e Pilar.

5.1 A pesquisa nos bairros Antônio Dias e Pilar

O estudo é focado nos bairros Antônio Dias e Pilar cuja relevância é reconhecida desde a fundação dos primeiros arraiais. Além disso, considera-se o fato de que a cidade em sua formação foi composta por grupos diversos que se organizaram e fundaram arraiais de acordo com seus interesses.

Sendo assim, cabe ressaltar que os dois bairros em estudo tiveram origens diferentes. A divisão social era explícita na cidade e as diferentes classes sociais praticamente não interagiam, sendo os bairros e até mesmo as festas religiosas distintas de acordo com o poder aquisitivo das pessoas (Vasconcellos, 1977). Desta forma, o estudo visa verificar se há diferença no nível de acesso à informação, no conhecimento e na participação popular entre os moradores dos dois bairros, mediante as políticas de patrimônio em 2015.

Em 2015, além de os bairros abrigarem as duas Igrejas matrizes da cidade, a de Nossa Senhora da Conceição e a de Nossa Senhora do Pilar, também ocupam posições opostas em relação à Praça Tiradentes e estão inseridos no “caminho tronco” da cidade (Vasconcellos, 1977).

Estes bairros, apesar da expansão mais recente da cidade, são referência histórica na cidade e possuem localização favorecida. Sendo assim, acredita-se que – havendo conhecimento e envolvimento da população de Ouro Preto em relação ao patrimônio, em especial acerca dos programas PAC Cidades Históricas e Monumenta – esta população estaria envolvida nesse processo, já que habitam bairros tradicionais e centrais da cidade.

5.2 A elaboração da pesquisa

Após a delimitação do recorte geográfico para execução da pesquisa foi estruturado um formulário a ser respondido pelos moradores dos dois bairros escolhidos.

Marconi e Lakatos (2003, p. 212) definem formulário como: “o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista”.

As autoras consideram também, algumas vantagens na aplicação dos formulários:

Pode ser utilizado em todos os segmentos da população; a presença do pesquisador favorece o esclarecimento de eventuais dúvidas; flexibilidade para ajustar às necessidades da situação; consegue extrair dados complexos; facilita a aquisição de um número representativo de participantes; possibilidade de uma uniformidade nos símbolos utilizados no momento do preenchimento. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 212-213).

O formulário preparado para esta pesquisa foi dividido em quatro partes, entre elas: identificação, tombamento/imóvel, o bairro e os programas.

A primeira parte do formulário é relacionada à identificação e foi pensada para compreender o perfil do morador a fornecer a informação. Foram abordados fatores como faixa etária, naturalidade e escolaridade, a fim de averiguar se eles influenciam na percepção e no conhecimento desses entrevistados, sobre os temas.

A segunda parte, referente ao bairro e à cidade, é composta apenas por questões discursivas e tem como finalidade desvendar a relação do morador com esses espaços. Esta etapa é pensada a partir das colocações de Lynch (1960) que entende os moradores como, elementos envolvidos na formação das cidades e que cuja interpretação é particular e depende de questões relacionadas às experiências passadas de cada indivíduo ou grupo.

A terceira parte do formulário diz respeito à situação do imóvel em relação às políticas de preservação. Nesta etapa objetivou-se compreender a relação do morador com o imóvel. Avalia-se a consciência, o cuidado e as possíveis vantagens e desvantagens advindas do tombamento.

Além disso, foi perguntada a primeira palavra que vem a mente ao mencionar “Ouro Preto” e “Patrimônio”. Estas questões reflexivas tiveram o intuito de perceber se as pessoas relacionam os termos e qual a importância atribuída a ambos, remetendo, mais uma vez, a imagem do lugar preconizada por Lynch.

A quarta e última parte é direcionada ao grau de conhecimento das pessoas em relação aos programas e também sobre convocações para a participação popular de maneira geral e sobre o Conselho Municipal de Patrimônio. Nesta etapa busca-se, de fato, identificar como se dá a participação da sociedade civil nas políticas relacionadas à preservação do patrimônio.

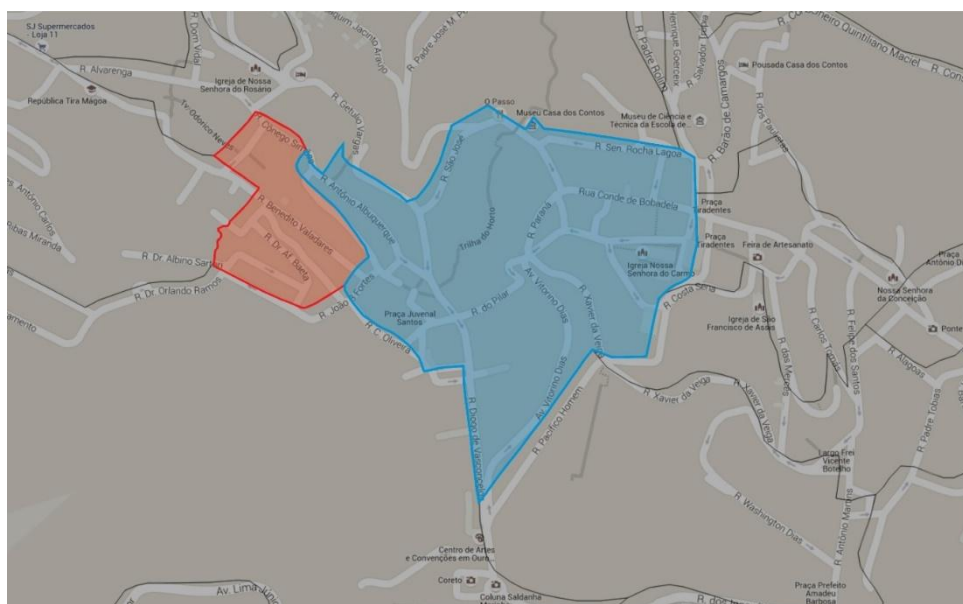
Desta forma, o formulário foi elaborado contendo questões optativas e discursivas, já que – além da identificação de alguns aspectos relacionados à participação popular – considerou-se também a percepção das pessoas acerca dos bairros, da cidade e do patrimônio.

5.2.1 O cálculo amostral e recorte da pesquisa

O cálculo amostral para a pesquisa foi feito de acordo com a delimitação territorial para o estudo que considerou a sinopse por setores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2010.

A sinopse por setores é uma ferramenta virtual que permite explorar os dados por município, subdistrito ou bairro de todos os 361.574 setores censitários. Estes setores são os menores estabelecidos pelo IBGE para coleta dos dados. O bairro Antônio Dias abrange três setores⁴ totalizando 758 domicílios e 1785 habitantes e o bairro do Pilar abrange dois setores⁵, com 434 domicílios e 797 habitantes. A delimitação dos setores censitários apresenta-se nos mapas abaixo, destacados pelas cores azul e vermelho referentes ao bairro do Pilar e amarelo, alaranjado e verde, os setores correspondentes aos do bairro Antônio Dias.

Figura 10 - Mapa dos setores 314610705000001 e 314610705000051 – Bairro do Pilar



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores>

Figura 11 - Mapa dos setores 314610705000003, 314610705000052 e 314610705000004 – Bairro Antônio Dias

⁴ Setores 314610705000003, 314610705000052 e 314610705000004, Censo 2010.

⁵ Setores 314610705000001 e 314610705000051, Censo 2010.

5.2.2 A pesquisa de campo

Os formulários foram aplicados pela pesquisadora e com o auxílio de dois moradores da cidade para que fosse possível atingir o número de formulários determinado pelo cálculo amostral detalhado anteriormente.

A preferência pela pesquisadora na aplicação dos formulários, em sua maioria, justifica-se pelo fato da percepção do local ser um fator relevante para a pesquisa. As impressões da pesquisadora, que também são consideradas relevantes para o trabalho, serão apresentadas posteriormente.

O critério para a participação na pesquisa foi o entrevistado residir em um dos dois bairros selecionados. Contudo, a pesquisa não envolveu apenas as pessoas naturais da cidade de Ouro Preto, já que moradores de curto e longo prazo, inclusive os estudantes, são considerados parte da população e, portanto – podem, devem ter acesso à informação e participar no que diz respeito ao patrimônio e sua gestão.

A coleta de dados foi realizada em três dias e foram entrevistadas pessoas de perfis distintos e residentes de pontos diversos dos dois bairros. Essa variação se faz necessária para trabalhar as diferentes percepções e o engajamento das pessoas em relação aos espaços.

5.2.3 A tabulação dos dados

A tabulação dos dados dos 93 formulários foi feita isoladamente para cada um dos bairros. Cada questão foi analisada individualmente estabelecendo assim o cálculo de porcentagens para as questões optativas. No caso das questões discursivas, considerou-se fatores negativos e positivos, assim como, as características mais citadas.

Para a análise dos dados, primeiramente, foi feita a comparação das porcentagens relacionadas a cada pergunta em relação a cada bairro. Em um segundo momento, cada questão foi analisada em cruzamento com os aspectos pessoais dos moradores. Esta análise possibilitou identificar se há diferença nas respostas entre

os moradores dos dois bairros, e também, quais são os aspectos pessoais relevantes para as diferentes posturas e engajamento da população com o patrimônio.

5.3 Resultados alcançados

A pesquisa permitiu como resultado a análise da compreensão da população e a sua relação com a cidade, os bairros e o patrimônio. Foi possível também destacar quais os fatores mais relevantes que interferem na compreensão por parte da população dos dois bairros em relação aos programas estudados. Desta forma, o objetivo dos formulários foi atingido e o detalhamento de cada item se apresenta a seguir:

5.3.1 Identificação

Os formulários foram respondidos por homens e mulheres de idade entre 17 e 89 anos, naturais da cidade ou não, de profissões e níveis de escolaridade diversificados e moradores de diferentes logradouros dos bairros do Pilar e Antônio Dias. Caracterizando, portanto, um estudo inclusivo e abrangente.

Considera-se o ano de 1980 um marco para a cidade, já que foi neste ano que a UNESCO reconheceu Ouro Preto como Patrimônio Cultural da Humanidade. Este título confere *status* à cidade, atrai turistas de todo o mundo, além de ampliar o debate sobre a necessidade de preservação do patrimônio. Sendo assim, acredita-se que a atribuição deste título pode interferir na percepção do patrimônio por parte das pessoas que se mudaram para a cidade após esse período de 35 anos.

Portanto, para a análise acerca da naturalidade, foi considerado em conjunto os nativos e os moradores que habitam a cidade por mais de 35 anos, uma vez que grande parcela dessa amostra apenas nasceu em hospitais de cidades próximas e mora na cidade desde os primeiros dias de vida.

A análise da amostra de cada bairro é apresentada a seguir e, logo após, apresenta-se o cruzamento dos dados de cada resposta entre os dois bairros.

5.3.2 As características pessoais da amostra do bairro do Pilar

No bairro do Pilar, a maioria dos entrevistados foi composta por homens (58%), seguido de (42%) de mulheres. Destes, a maior parte situa-se na faixa etária de 30 a 60 anos (50%), seguida por percentuais semelhantes (25%) de pessoas na faixa etária de 17 a 30 anos e moradores com mais de 60 anos.

Quando analisada a escolaridade, a amostra do bairro do Pilar apresenta uma pequena parcela de pessoas que estudou somente até o ensino fundamental (12%), seguidos por (30%) que estudou até o ensino médio e (58%) que chegou ao curso superior, tendo-o finalizado, ou não.

Quanto à naturalidade, (58%) da amostra é nascida ou mora na cidade por pelo menos 35 anos, enquanto (44%) das pessoas moram na cidade por um período inferior a 35 anos. No entanto, (35%) dos participantes da pesquisa moram no bairro por um período entre 10 a 30 anos, seguidos por (33%) da amostra que vive no bairro há mais de 30 anos e (32%) que é morador por um período inferior a 10 anos.

5.3.3 As características pessoais da amostra do bairro Antônio Dias

No bairro Antônio Dias, (46%) dos participantes da pesquisa são homens e (54%) mulheres. Destes, (50%) situa-se na faixa etária entre 30 e 60 anos, seguidos por (30%) de moradores que têm entre 17 e 30 anos e (20%) que estão acima dos 60 anos.

Ao analisar a escolaridade, nota-se que apenas (14%) da amostra do bairro Antônio Dias estudou até o ensino fundamental, enquanto (34%) chegou ao ensino médio e (62%) iniciou o ensino superior, tendo-o concluído ou não.

Entre os moradores deste bairro, (76%) dos entrevistados são nativos ou moradores da cidade por pelo menos 35 anos e (24%) deles vive na cidade há menos de 35 anos. No entanto, (58%) destes moradores, vivem no bairro por mais de 30 anos, seguidos por (22%) de moradores que habitam o bairro por um período entre 10 e 30 anos e (20%) que ali residem por menos de 10 anos.

5.3.4 Comparação das amostras obtidas nos bairros do Pilar e Antônio Dias

Ao analisar as amostras obtidas nos dois bairros nota-se que no bairro do Pilar os formulários foram respondidos em sua maioria por mulheres, enquanto no bairro Antônio Dias prevaleceu a maioria masculina. No entanto, a diferença percentual entre os diferentes sexos nos dois bairros não é significativa já que o sexo que se destaca em cada bairro, seja ele masculino ou feminino, não atinge o percentual de (60%).

Quanto à faixa etária, (50%) da amostra dos dois bairros situa-se na faixa etária entre 30 e 60 anos. A outra metade da amostra é dividida quase que homogeneamente entre as pessoas de 17 aos 30 anos e pessoas acima dos 60 anos. Sendo assim, a amostra também é semelhante neste aspecto.

No que diz respeito à escolaridade, a maioria da amostra, mais de 50% nos dois bairros, é composta por pessoas que estudaram até o ensino superior, seguido por pessoas que atingiram o ensino médio e, com minoria da amostra, composta por pessoas que só estudaram até o ensino fundamental.

Nos dois bairros, a maioria dos participantes da pesquisa nasceu ou vive na cidade por mais de 35 anos. Destaca-se a grande diferença percentual entre esta maioria no bairro Antônio Dias, que chega a (78%) da amostra, ao passo que no bairro do Pilar este mesmo índice é de (56%), ou seja, neste segundo bairro há a participação de moradores da cidade por menos de 35 anos em um percentual relevante (44%).

Ao analisar o tempo em que se vive no bairro, os entrevistados do bairro Antônio Dias se destacam ao apresentarem que a maior parte, (58%), mora no local há mais de 30 anos. O mesmo índice no bairro do Pilar é de apenas (33%) e a maioria dos participantes deste bairro habita o local por um período menor, entre 10 a 30 anos.

Sendo assim, pode-se concluir que a pesquisa tem uma amostragem ampla e diversificada no que diz respeito à identidade dos participantes. No entanto, a amostra dos dois bairros não se difere na maioria dos aspectos analisados, tendo destaque apenas: os percentuais elevados de moradores do bairro Antônio Dias, nascidos, ou moradores da cidade por mais de 35 anos, e, destes, o grande

percentual de moradores do bairro por mais de 30 anos, como já demonstrados anteriormente.

Os aspectos relacionados à identificação das pessoas que participaram da pesquisa apresentam-se resumidas no quadro abaixo:

Figura 12 - Quadro das características da amostra dos dois bairros

BAIRRO PILAR	BAIRRO ANTÔNIO DIAS
Sexo: Homens: 58% Mulheres: 42%	Sexo: Homens: 46% Mulheres: 54%
Faixa etária: De 17 a 30 anos: 25% De 30 a 60 anos: 50% Acima de 60 anos: 25%	Faixa etária: De 17 a 30 anos: 30% De 30 a 60 anos: 50% Acima de 60 anos: 20%
Escolaridade: Ensino fundamental: 12% Ensino médio: 30% Superior completo: 33% Superior incompleto: 25%	Escolaridade: Ensino fundamental: 14% Ensino médio: 34% Superior completo: 20% Superior incompleto: 32%
Naturalidade: Nativo ou morador há pelo menos 35 anos: 56% Morador há menos de 35 anos: 44%	Naturalidade: Nativo ou morador há pelo menos 35 anos: 76% Morador há menos de 35 anos: 24%
Tempo que mora no bairro: Menos de 10 anos: 32% Entre 10 e 30 anos: 35% Mais de 30 anos: 33%	Tempo que mora no bairro: Menos de 10 anos: 20% Entre 10 e 30 anos: 22% Mais de 30 anos: 58%

Fonte: Gomes, 2016

5.3.5 O bairro e a cidade

A imagem da cidade, apresentada por (LYNCH, 1960), é estimulada por meio de fatores que variam de acordo com as memórias das pessoas ou de grupos. Entretanto, o autor considera que a homogeneidade de alguns aspectos entre as pessoas analisadas em grupos podem ser cruciais para compreender a imagem que estes têm do espaço.

Presumably this probability can be stated with greater and greater precision as the observers are grouped in more and more homogeneous classes of age, sex, culture, occupation, temperament, or familiarity. Each individual creates and bears his own image, but there seems to be substantial the agreement among members of the same group. (LYNCH, p.7, 1960).

No entanto, é possível considerar que, no caso dessa pesquisa, não se observou distinção entre os fatores pessoais. Já a diferenciação entre os grupos de moradores em relação aos bairros em que vivem foi um fator que interferiu nas respostas obtidas, mesmo que, entre moradores do mesmo bairro, seja possível identificar respostas diferentes, que se baseiam na imagem pessoal deles, em relação ao espaço em que vivem.

A maioria dos moradores, quando perguntados sobre os bairros, atribui a estes características positivas, tendo como destaque a lembrança das Matrizas quando questionados sobre o que lhes vem primeiro à mente.

Entre os fatores positivos podem ser destacados:

- A lembrança da família e da infância;
- O fato de ser bom para morar (tranquilidade, interação social);
- A tradição dos bairros.

Os fatores negativos se divergem entre os bairros. No bairro Antônio Dias são citados:

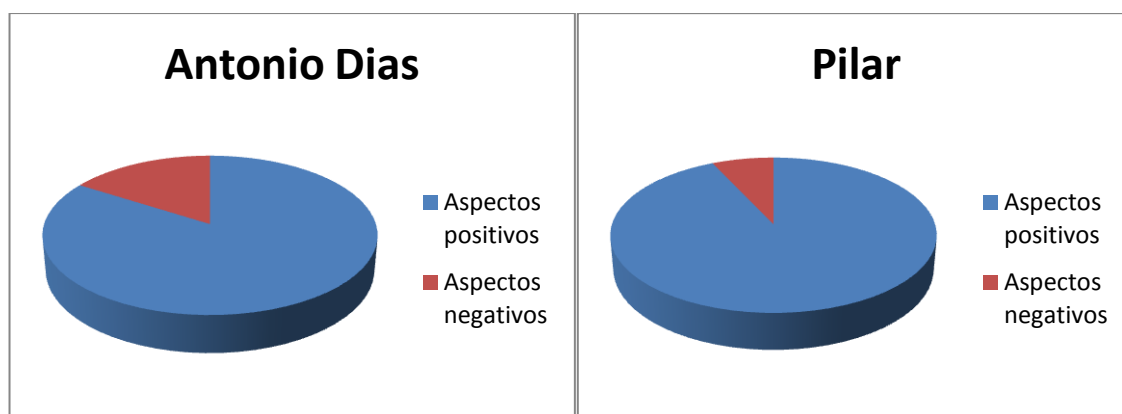
- Abandono;
- Sujeira;
- Desemprego e pobreza.

Já no bairro do Pilar são citados:

- A burguesia (neste caso, referindo-se a pessoas de maior poder aquisitivo);
- A exclusão de alguns.
-

Esses aspectos são apresentados no gráfico a seguir:

Figura 13 - Gráfico dos aspectos positivos e negativos apontados ao mencionar os bairros do Pilar e Antônio Dias



Fonte: Gomes, 2016.

Os lugares destacados como importantes e mais frequentados em cada bairro foram, primeiramente, as Igrejas Matriz, seguidas das casas e do comércio local. Além dessas, foram também apontadas no bairro Antônio Dias: a ponte do Antônio Dias, a mina de Chico Rei, o largo Marília de Dirceu e o Museu do Aleijadinho. Enquanto no bairro do Pilar, destacam-se: o Centro de Convenções, a Prefeitura, a Praça da UFOP e os chafarizes.

Os participantes foram questionados também sobre os lugares importantes da cidade. Entre eles, foram citados: a Praça Tiradentes, os museus, a Casa dos Contos, as igrejas e o Pico do Itacolomi como referência da silhueta urbana. Entretanto, a Rua São José, a Praça Tiradentes, e, mais uma vez, as igrejas, se destacam como lugares mais frequentados fora dos bairros.

A figura a seguir mostra alguns pontos determinantes que compõem a paisagem local

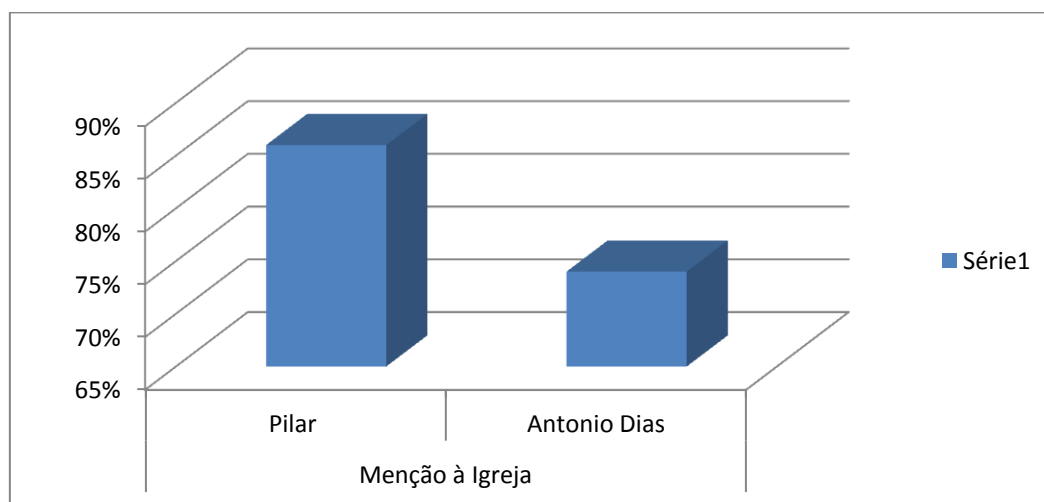
Figura 14 - A paisagem de Ouro Preto



Fonte: Gomes, 2015.

A representatividade das igrejas no cenário dos bairros, por parte dos moradores, foi identificada em grande parte dos formulários. Essa relação é demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 15 - Gráfico - Menção à igreja como o mais importante dos bairros



Fonte: Gomes, 2016.

A importância atribuída aos monumentos é notória, apesar de que quando confrontados com os lugares mais frequentados pelos moradores, quase nunca são coincidentes. Os lugares frequentados pela maioria da população são as igrejas, praças e pontes. Os museus, as minas e os chafarizes são apreciados, mas não

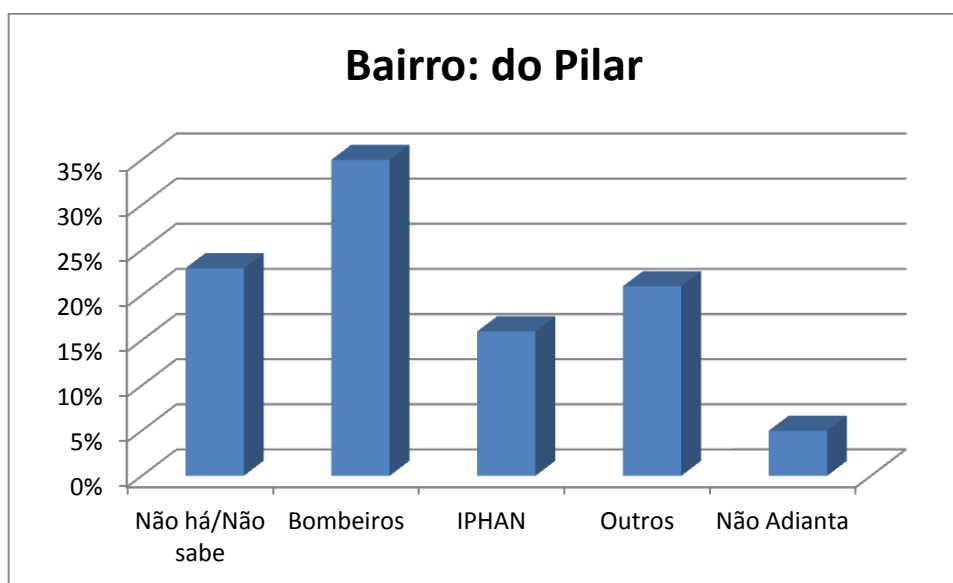
caracterizam pontos de encontro ou de lazer das pessoas. Contudo, há a preocupação em mantê-los preservados.

Sendo assim, a partir do reconhecimento da importância do patrimônio, pergunta-se a quem recorrer em caso de risco às edificações. Essa questão foi uma tentativa de identificar possíveis líderes representantes das comunidades. No entanto, nos dois bairros, a grande maioria indicou instituições, e não representantes civis, como se esperava. Exceto (2%) dos moradores do bairro Antônio Dias que mencionaram o Padre como referência.

Entre os moradores do bairro Antônio Dias e do Pilar, o órgão mais citado para casos como esses foi o Corpo de Bombeiros. Uma parcela de (20%) e (35%), respectivamente, relatou procurá-los. Contatar o IPHAN foi alternativa apontada por (14%) e (16%) dos moradores, respectivamente.

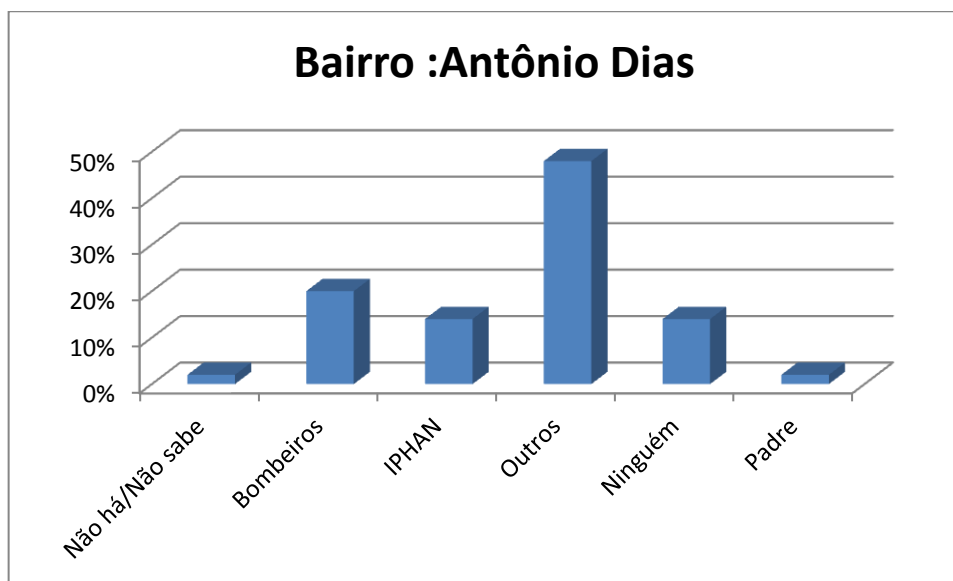
Outros órgãos também foram citados, entre eles: a prefeitura, a defesa civil e as associações de bairro. Alguns dos entrevistados não souberam responder - e também, houve pessoas que alegaram não acreditar que obteriam ajuda, demonstrando a descrença nos órgãos de gestão do patrimônio. Os gráficos abaixo explicitam as porcentagens em relação a cada aspecto citado.

Figura 16 - Gráfico – Opinião da população sobre a quem recorrer em situação de risco – Moradores do bairro do Pilar



Fonte: Gomes, 2016.

Figura 17 - Gráfico – Opinião da população sobre a quem recorrer em situação de risco – Moradores do bairro Antônio Dias



Fonte: Gomes, 2016.

A questão sobre os limites dos bairros e do centro histórico da cidade visou perceber a possível inclusão ou exclusão de áreas urbanas por parte das pessoas, de acordo com a percepção delas sobre o mesmo.

Para a interpretação dessa etapa cabe compreender os cinco elementos estruturais que constituem o ambiente urbano, segundo Lynch (1960) - e que foram identificados nas respostas dadas aos formulários. São eles:

1. **Eixos:** são os canais de circulação. Podem ser representados por ruas, ciclovias, calçadas, etc.
2. **Marcos:** são pontos de referência da cidade. Geralmente são elementos físicos que se tornam auxiliares na orientação das pessoas. Podem ser um semáforo, um obelisco, uma montanha, etc.
3. **Distritos:** são grandes ou médias áreas em que o observador pode se considerar “dentro deles” a partir de algum ponto de identificação desta área.
4. **Pontos nodais:** são focos onde as pessoas se encontram normalmente quando estão em trânsito ou apenas concentrações que ganham importância por algum uso ou um caráter físico.
5. **Barreiras:** são barreiras que separam os espaços urbanos. Podem ser rios, construções, etc.

Houve muita dúvida por parte dos moradores em relação aos limites dos bairros e a abrangência deles foi bastante variada. Foi comum restringir os bairros aos arredores das matrizes (distritos), ao passo que outros, englobaram alguns espaços. Entre moradores do bairro do Pilar foi comum englobar o Rosário e a Rua São José como um só distrito. Já os moradores do bairro Antônio Dias tinham dúvida sobre englobar, ou não, a ladeira de Santa Efigênia (distrito) e o largo de Coimbra (ponto nodal) ao bairro.

Os elementos usados para delimitar o “início” e o “fim” dos bairros e do centro histórico foram também coincidentes aos cinco elementos citados por Lynch (1960). No bairro do Pilar: uma via, como a Rua Benedito Valadares, uma barreira, como a ponte Seca, e um distrito, como a Barra.

No bairro Antônio Dias, foi citado: uma via, a Rua Bernardo de Vasconcelos, um ponto nodal, a Praça Tiradentes, e um distrito, o bairro das Lages.

Ao mencionar o centro histórico, muitos entenderam que a pergunta se referia aos limites do centro da cidade e referenciaram algumas ruas, entre elas: Direita, São José e do Ouvidor (vias) e a Praça Tiradentes (ponto nodal). As pessoas que perceberam a diferença entre os termos, ou não sabiam, ou consideravam toda a cidade.

Esses aspectos reforçam que o morador possui uma percepção própria do espaço pesquisado de acordo com o seu vínculo com o mesmo. A rotina e os hábitos de cada morador, ou grupo de moradores, são determinantes na maneira em que eles englobam ou excluem espaços aos seus bairros. Espaços esses, que podem assim ser interpretados a partir dos elementos citados por Lynch (1960) de, como foi demonstrado anteriormente.

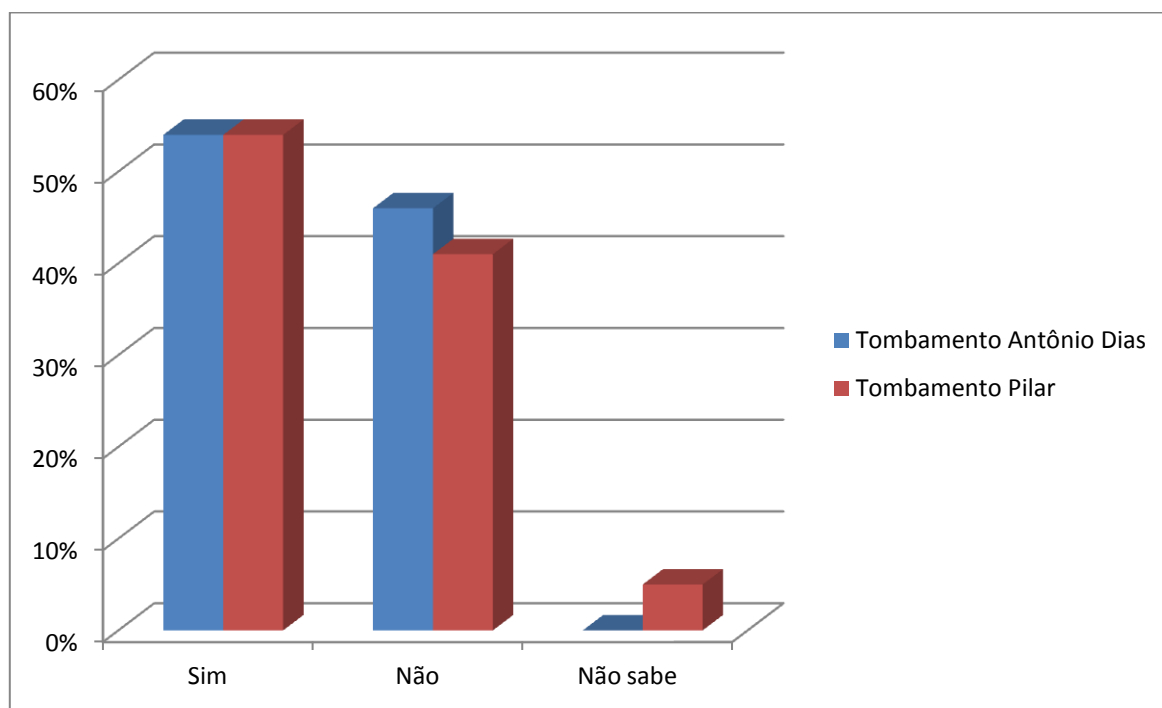
5.3.6 A situação do imóvel em relação às políticas de preservação

A primeira questão desta etapa da pesquisa foi se o imóvel de residência é tombado. Consciente de que o tombamento da cidade de Ouro Preto abrange todo o Conjunto

Arquitetônico e Urbanístico, e reconhecendo que os dois bairros estão contidos no perímetro urbano tombado, visou-se identificar a percepção acerca do tombamento do imóvel. A partir dessa resposta, torna-se possível avaliar a consciência da responsabilidade da população no cuidado desse patrimônio.

A pesquisa aponta que (54%), ou seja, pouco mais da metade dos entrevistados dos dois bairros, admite que sua casa é tombada. Sendo assim, ainda há uma grande parcela da população que não compreende como se deu o tombamento na cidade. Abaixo, o gráfico demonstrativo do percentual dos moradores de cada bairro estudado, que consideram, ou não, seu imóvel tombado:

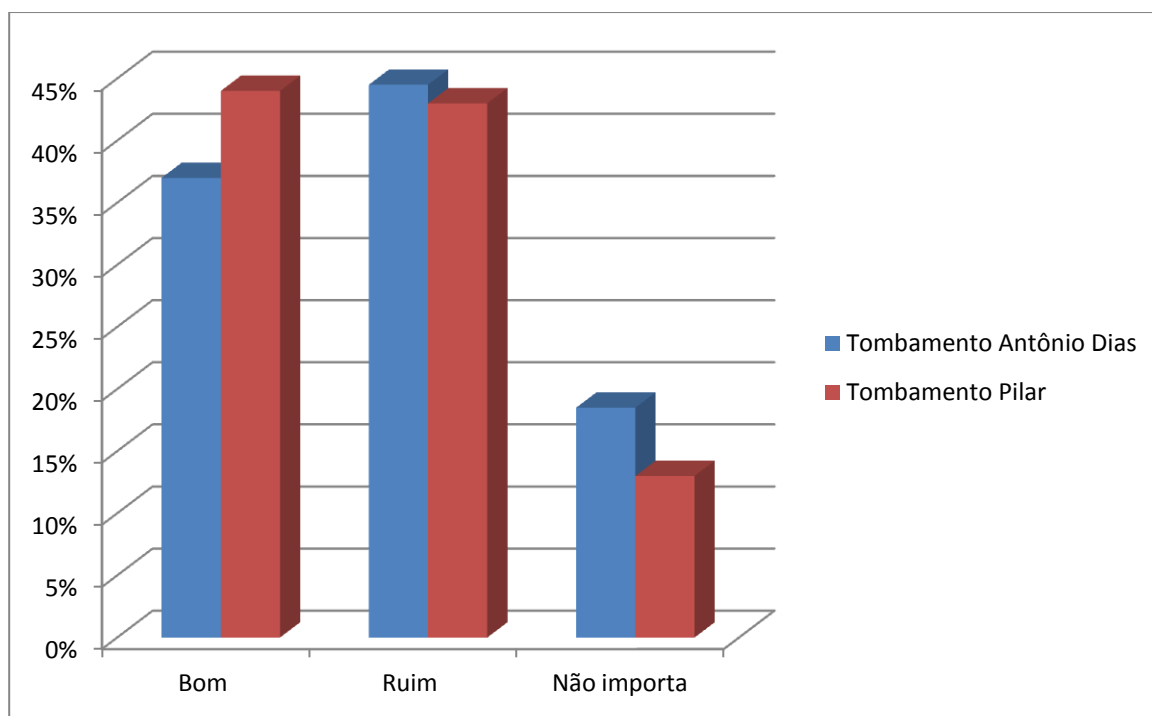
Figura 18 - Gráfico – Porcentagem de imóveis considerados tombados, ou não, por seus moradores



Fonte: Gomes, 2016.

Destes (54%) que consideram seus imóveis tombados, nos dois bairros, foram extraídas respostas que classificaram o tombamento como: bom, ruim ou irrelevante. É o que mostra o gráfico a seguir:

Figura 19 - Gráfico – Opinião das pessoas sobre o tombamento do imóvel



Fonte: Gomes, 2016.

Entre os motivos apresentados para justificar o fato do tombamento ser considerado algo bom, foram relatados a preservação da cidade e da história. Quando considerado ruim, os motivos apresentados foram: a limitação das possibilidades ao reformar a casa e o fato de não ter auxílio para a manutenção do imóvel. Já entre as pessoas consideram indiferente, foi pontuado que só faria diferença se houvesse apoio financeiro e maior interação entre os proprietários e os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, o que segundo eles não acontece.

Cabe ressaltar que entre os entrevistados de escolaridade em nível de ensino médio, a maioria, nos dois bairros, relata que sua casa não é tombada. No bairro do Pilar, este percentual é de (58%) e no bairro Antônio Dias é de (70%). No entanto, a maioria dessas pessoas que identificam os imóveis em que vivem como tombados, nos dois bairros, acha o tombamento bom.

No que diz respeito à reforma dos imóveis, (64%) e (86%) de todos os moradores entrevistados nos bairros Antônio Dias e Pilar, respectivamente, pedem autorização

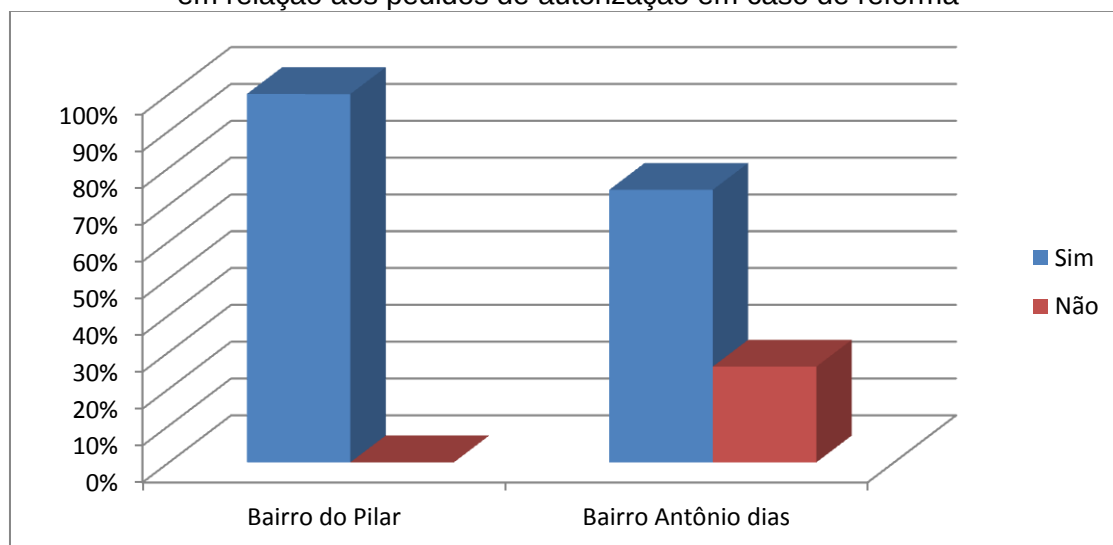
aos órgãos competentes. Entre os que não pedem autorização, muitos alegam nunca ter reformado o imóvel ou morar de aluguel e que, portanto, acreditam que o proprietário é quem deve se responsabilizar por isso.

No bairro do Pilar, entre esses entrevistados, (100%) dos que alegam morar em imóvel tombado dizem consultar o IPHAN ou a Secretaria de Patrimônio, enquanto apenas (57%) dos moradores que não reconhecem o imóvel como tombado fazem a mesma consulta.

No bairro Antônio Dias, entre os entrevistados de escolaridade em nível médio, apenas (40%) dos que identificaram o imóvel de residência como tombado relatam fazer algum tipo de consulta prévia em caso de reforma. Esse percentual é reduzido a (33%) entre os que não identificaram o imóvel como tombado.

A relação entre a compreensão do tombamento do imóvel e a necessidade de contato com os órgãos de preservação merece destaque. Nota-se que, entre as pessoas que admitem morar em um imóvel tombado, uma porção maior relatou entrar em contato e pedir autorização aos órgãos responsáveis, quando vão reformar ou fazer alguma alteração no imóvel. As porcentagens relacionadas ao total de moradores entrevistados nos dois bairros estão expressas no gráfico abaixo:

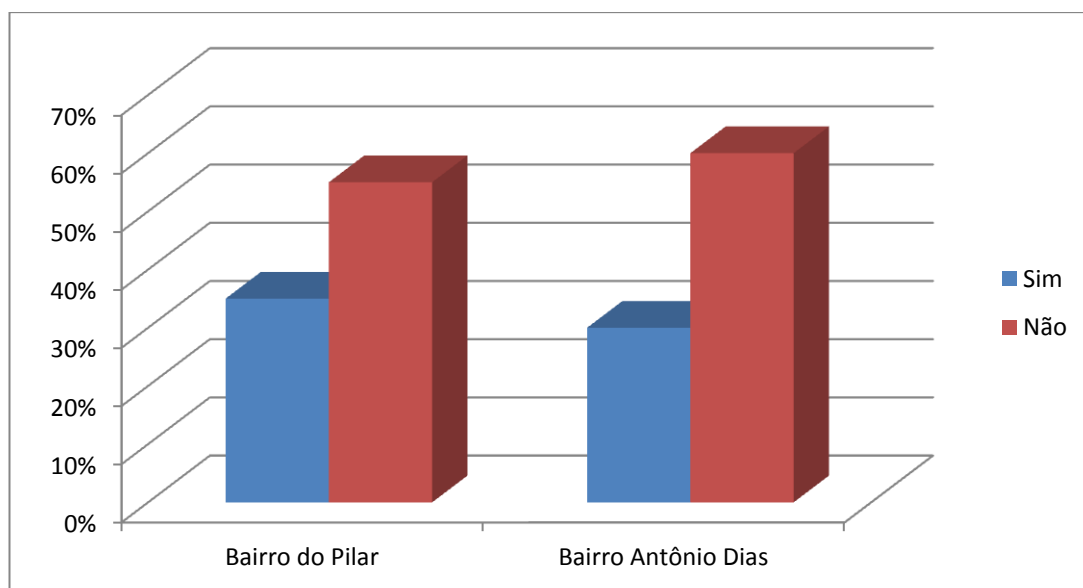
Figura 20 - Gráfico – Porcentagem de moradores que admitem morar em imóvel tombado em relação aos pedidos de autorização em caso de reforma



Fonte: Gomes, 2016.

No entanto, há uma parcela, ainda que pequena, que, mesmo sem saber ou sem considerar o seu imóvel tombado, tem consciência da necessidade de contatar os órgãos responsáveis antes de qualquer intervenção no mesmo. O gráfico abaixo representa esses dados:

Figura 21 - Gráfico – Porcentagem de moradores que não admitem morar em imóvel tombado em relação aos pedidos de autorização em caso de reforma



Fonte: Gomes, 2016.

O órgão mais referenciado para buscar a autorização relacionada a eventuais intervenções/reformas, pelos moradores, geralmente é o IPHAN, sendo também citada a prefeitura, por meio da Secretaria de Patrimônio. A esses órgãos compete a fiscalização da execução de projetos de construção, reforma e ampliação de imóveis, no sítio tombado pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937.

Apesar dos índices já demonstrados, quanto à consulta aos órgãos competentes, (24%) dos moradores de cada bairro já foram notificados e/ou multados por alguma reforma. Entre as causas citadas estão: o fato de não pedir a autorização para a reforma, mudança de telhados, corte de árvores e pintura indevidos.

Como se percebe, o tombamento é polêmico entre os moradores por exigir dos mesmos algumas medidas de cautela e, de certo modo, os responsabiliza pela manutenção de seus imóveis em prol de uma representatividade nacional. Faz-se

necessário então, compreender os valores atribuídos por esses moradores em relação ao patrimônio da cidade e seus bairros.

Sendo assim, em busca de identificar os valores atribuídos à cidade, é perguntada qual a primeira palavra que vem à mente quando se diz “Ouro Preto”. Nessa questão, (90%) e (91%) atribuíram características positivas à cidade nos bairros Antônio Dias e Pilar.

Entre as características que valorizavam a cidade, aparecem:

- a beleza;
- a história;
- o patrimônio (perceptível em expressões como: “patrimônio da humanidade”, “barroco” e “igrejas”);
- o pertencimento (perceptível em expressões como: “minha cidade”, “família” e “casa”);
- o turismo (perceptível nas expressões: “turista”, “movimento de pessoas” e “cidade de todos”), entre outros.

Já entre os que atribuíram características negativas, foi basicamente citado:

- o abandono por parte dos governantes;
- o alto custo de vida (aqui o turismo é visto como negativo, por meio da expressão “preços para turistas”);
- e a má gestão da cidade e do patrimônio.

Quando se pergunta o que vem à mente ao mencionar “Patrimônio”, ainda assim há predomínio de características positivas nos dois bairros, sendo (66%) e (75%) nos bairros Antônio Dias e Pilar, respectivamente. Avaliando as características positivas, nota-se:

- o reconhecimento de que é uma cidade especial e importante para preservar;
- a representatividade histórica;
- o reconhecimento nacional e mundial;
- e o pertencimento (perceptível em expressões como: “para/de todos”, “nosso” e “patrimônio vivo, as pessoas”).

Entre as características negativas atribuídas ao termo “patrimônio”, destacam-se:

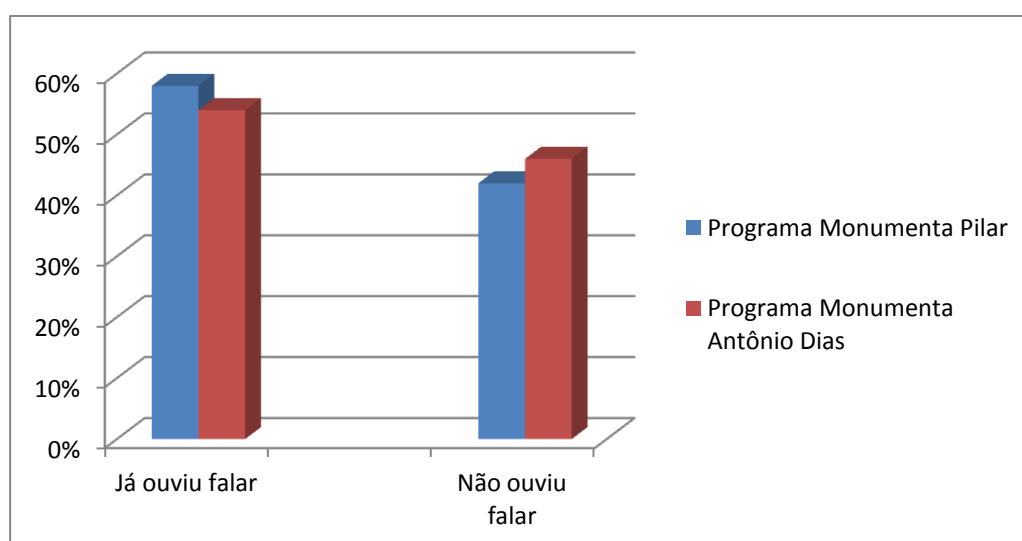
- o abandono;
- a burocracia;
- a necessidade de flexibilidade para alterações nos imóveis;
- e o fato de haver privilegiados (aqui são destacadas as pessoas que tem relação de maior intimidade com os representantes políticos e/ ou dos órgãos de preservação e com alto poder aquisitivo).

5.3.7 O conhecimento acerca dos programas Monumenta e PAC – Cidades Históricas

No que diz respeito ao Monumenta, foi perguntado se as pessoas já ouviram algo a respeito, e também, se sabem o que ele foi. Foi constatado que maioria das pessoas dos dois bairros já ouviu falar sobre ele.

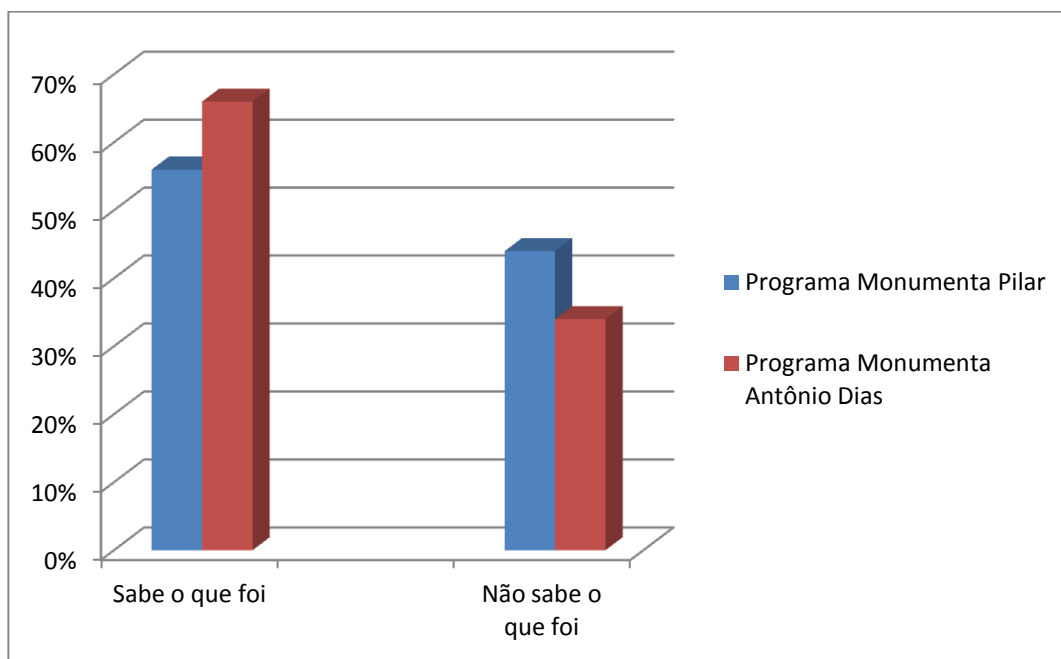
No entanto, uma grande porcentagem dos que alegam já ter ouvido sobre o programa, não sabe dizer do que se trata. Entre as pessoas que alegaram saber sobre o mesmo, foram consideradas, desde aquelas que, simplesmente, relataram ter visto alguma obra isolada feita pelo Monumenta, até as que conseguiam explicar os envolvidos e os objetivos do programa. Os percentuais sobre o conhecimento acerca do programa são demonstrados nos gráficos a seguir:

Figura 22 - Gráfico – Moradores que já ouviram falar sobre o programa Monumenta



Fonte: Gomes, 2016.

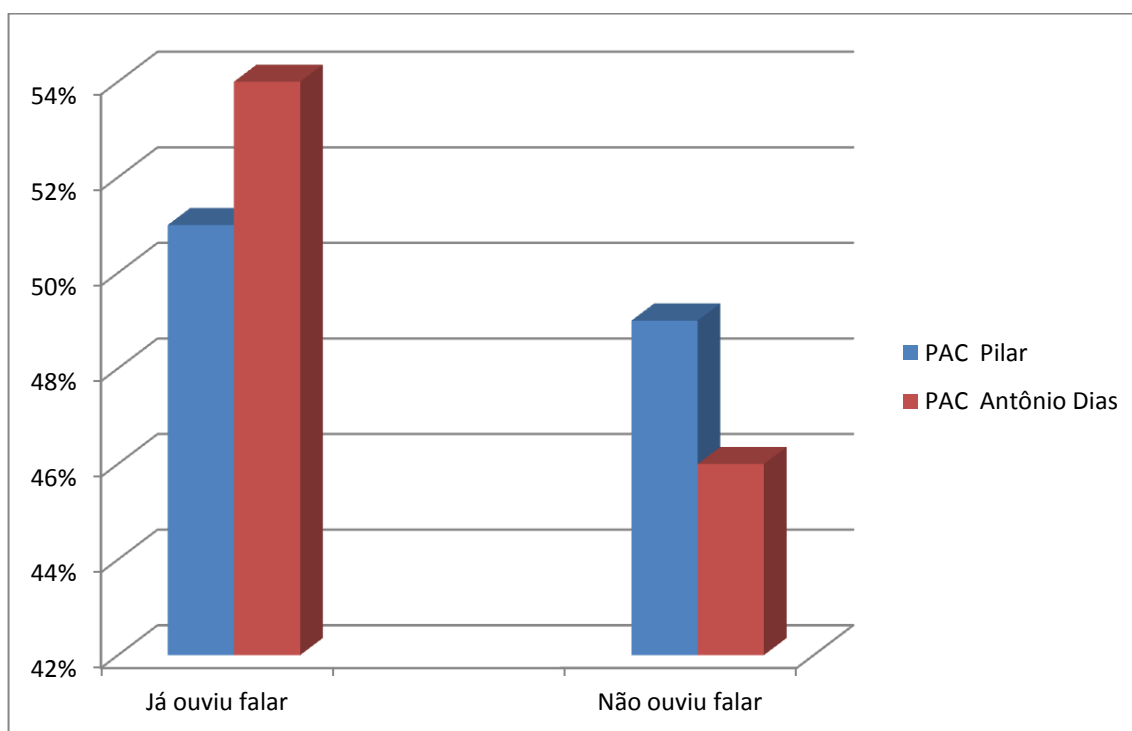
Figura 23 - Gráfico – Pessoas que sabem algo sobre o que foi o programa Monumenta



Fonte: Gomes, 2016.

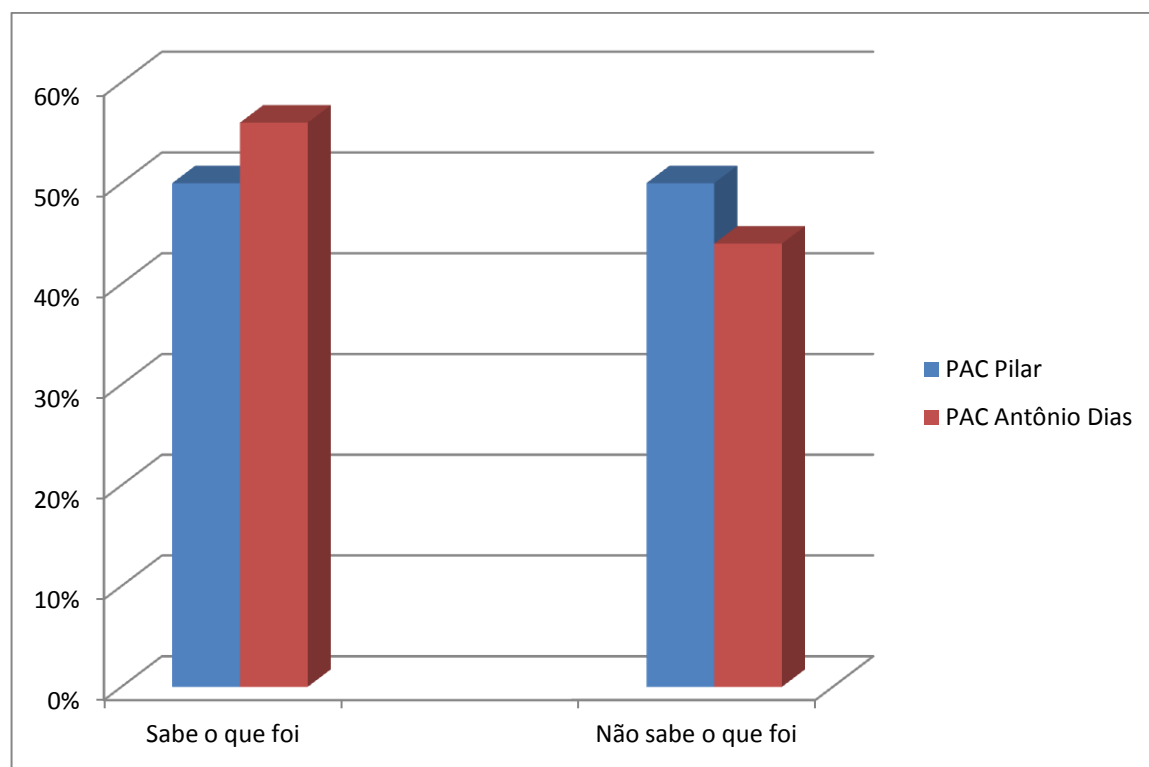
Sobre o PAC, mais da metade das pessoas também afirma já ter ouvido falar sobre o programa. Porém, nesse caso, a maioria das pessoas não consegue citar alguma obra feita por meio dele. Abaixo, os gráficos demonstrativos do conhecimento da população acerca do PAC Cidades Históricas:

Figura 24 - Gráfico – Pessoas que já ouviram falar sobre o PAC Cidades Históricas



Fonte: Gomes, 2016.

Figura 25 - Gráfico – Pessoas que sabem algo sobre o PAC Cidades Históricas

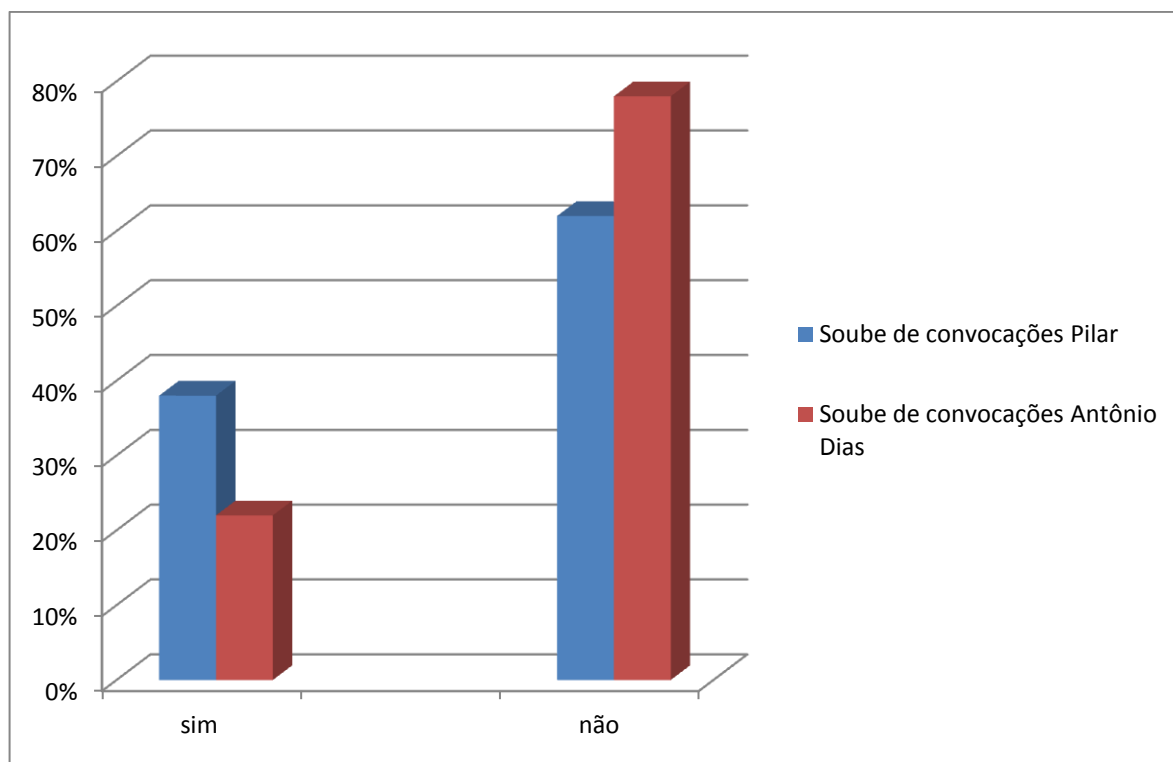


Fonte: Gomes, 2016.

Respectivamente, (11%) e (7%) dos moradores do Antônio Dias e Pilar dizem já ter participado de reuniões e ações ligadas aos programas, mas não são capazes dizer quais, ou descrever o que foi discutido, o que não permite avaliar a participação.

Sobre convocações para a participação social no que diz respeito às políticas de patrimônio, apenas (22%) e (38%) dos moradores já souberam de alguma. Foram citadas as associações de bairros e de repúblicas, mas destaca-se o rádio como difusor dessas chamadas. O gráfico ilustrativo desses percentuais se apresenta a seguir:

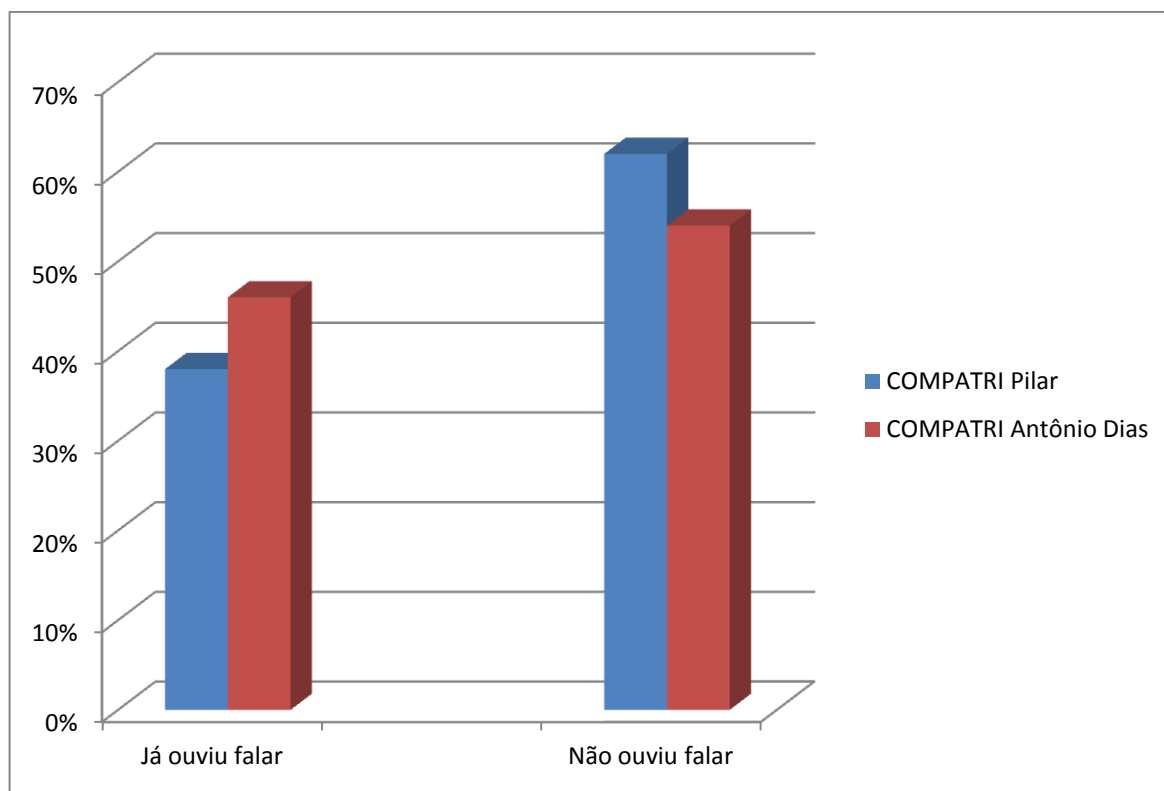
Figura 26 - Gráfico – Conhecimento das pessoas em relação a convocações para participação social



Fonte: Gomes, 2016.

Quando perguntados sobre o Conselho Municipal de Patrimônio, (46%) e (38%) dos moradores alegam já ter ouvido falar sobre. Mas, nenhum dos moradores foi a alguma reunião organizada pelo mesmo, o que invalidou a ultima questão do formulário sobre o conteúdo dessas reuniões. Os índices sobre o conhecimento das pessoas acerca do COMPATRI são demonstrados no gráfico a seguir:

Figura 27- Gráfico – Conhecimento das pessoas em relação ao COMPATRI

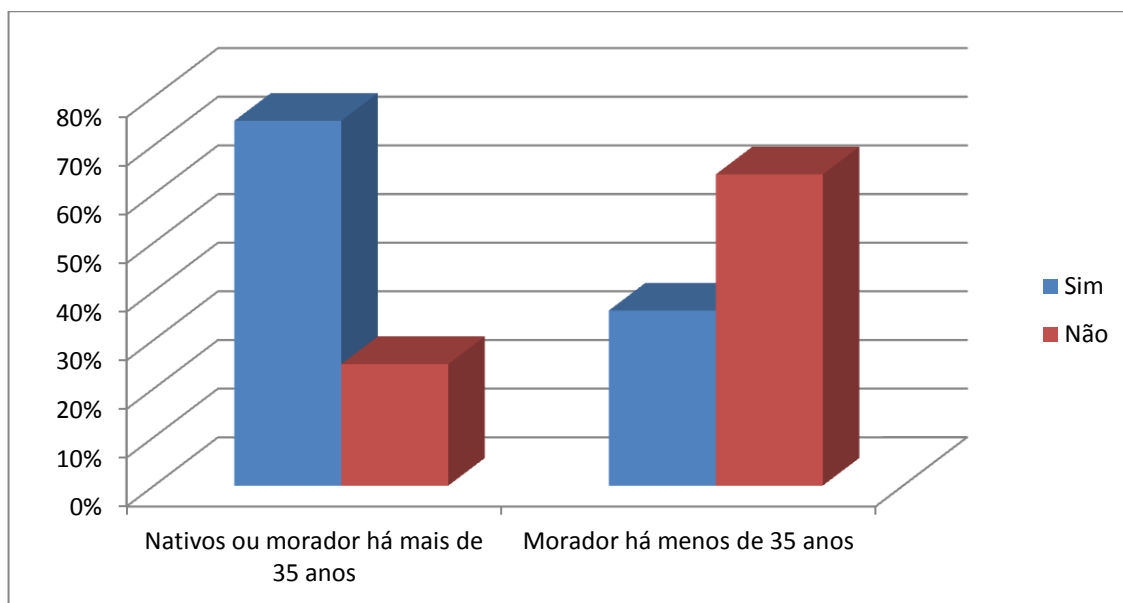


Fonte: Gomes, 2016.

O conhecimento dos entrevistados acerca dos programas variou quando confrontados com os dados pessoais, como a naturalidade e o tempo em que vivem na cidade. Nota-se alguma diferença na capacidade de relatar o que se sabe sobre os programas, ou, ao menos identificar alguma obra realizada durante os mesmos.

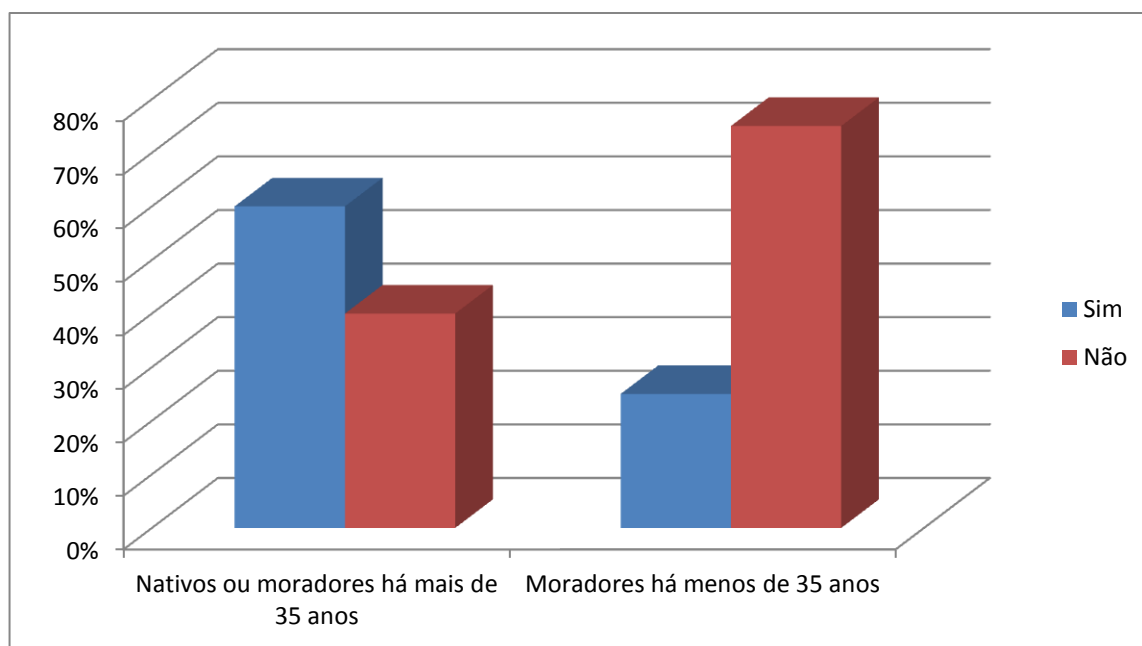
Nos dois bairros, o conhecimento dos programas é maior entre os nativos e/ou moradores da cidade por um período maior do que 35 anos. O cruzamento dos dados referentes a identidade das pessoas e o conhecimento acerca do Monumenta estão representados nos gráficos a seguir:

Figura 28 - Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro do Pilar sobre o Monumenta, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade



Fonte: Gomes, 2016.

Figura 29 – Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro Antônio Dias sobre o Monumenta, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade

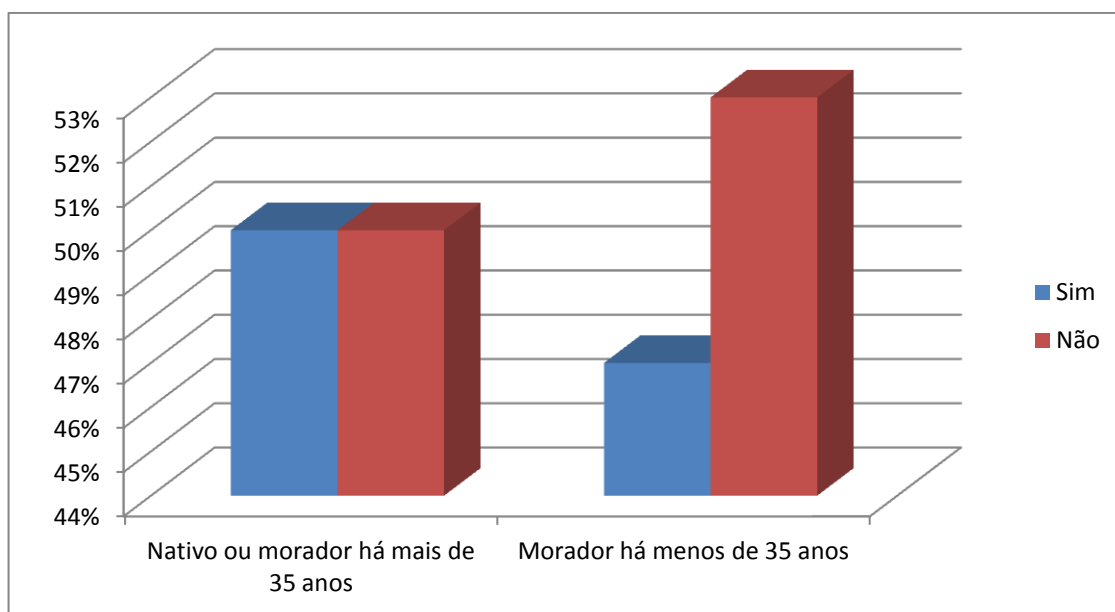


Fonte: Gomes, 2016.

O conhecimento acerca do PAC Cidades Históricas apresenta em sua maioria, índices mais elevados, no entanto, esses percentuais são discrepantes quando os entrevistados são os moradores que habitam a cidade por menos de 35 anos.

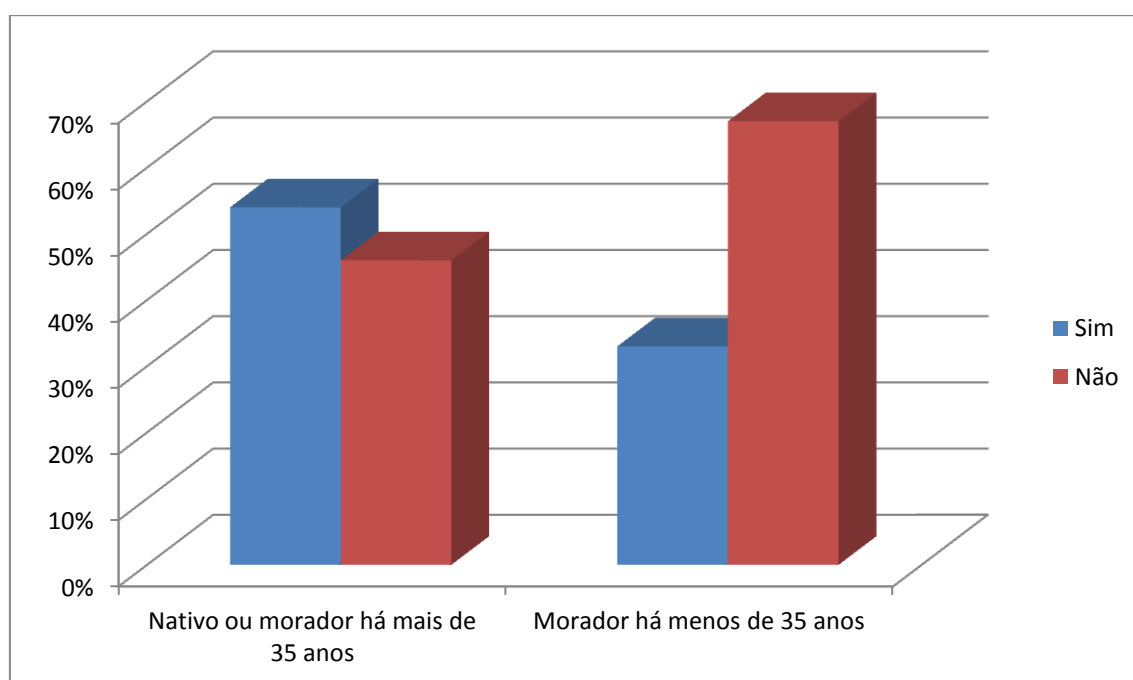
Abaixo, é demonstrado o grau de conhecimento das pessoas sobre o PAC, em relação a naturalidade ou tempo de residência na cidade:

Figura 30 - Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro do Pilar sobre o PAC Cidades Históricas, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade



Fonte: Gomes, 2016.

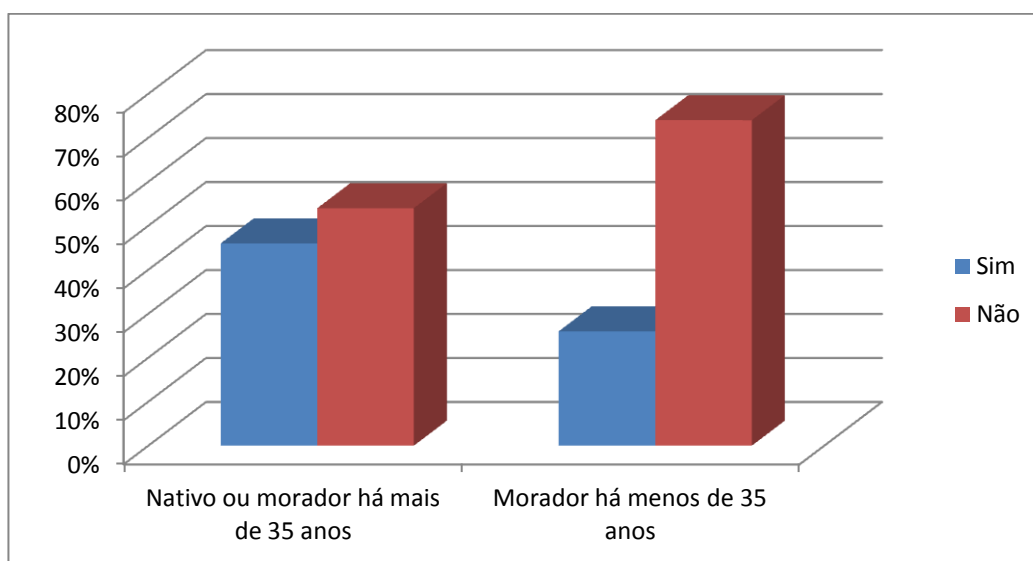
Figura 31 - Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro Antônio Dias sobre o PAC Cidades Históricas, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade



Fonte: Gomes, 2016.

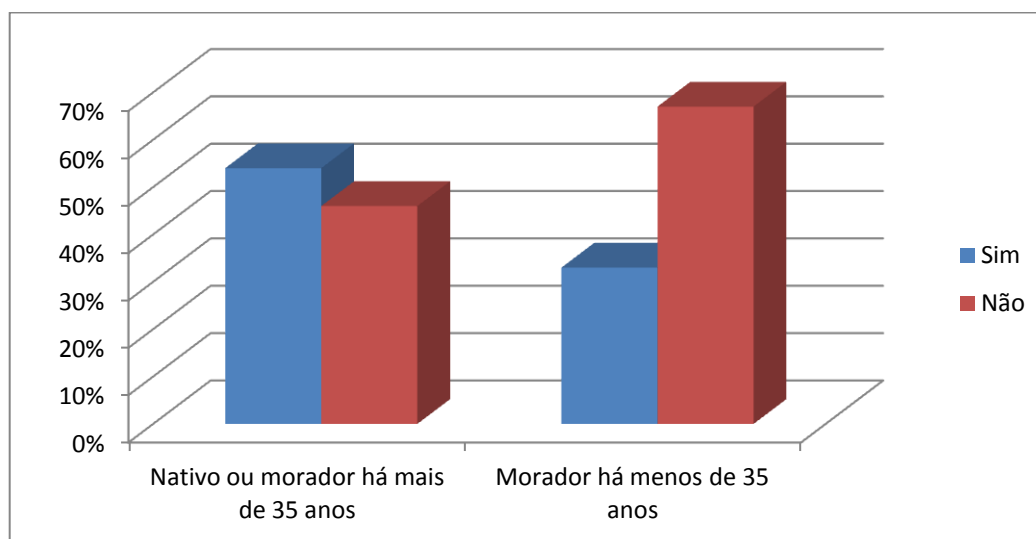
Outro aspecto que foi influenciado pela naturalidade/ tempo de residência na cidade, foi o fato de saber da existência do Conselho Municipal de Patrimônio. Nos dois bairros os nativos e moradores mais antigos da são os que relatam, em maior porcentagem, já ter ouvido falar sobre o órgão. Abaixo, se apresentam os gráficos que representam o conhecimento dos moradores, dos dois bairros, sobre o COMPATRI, em relação ao fator naturalidade e tempo de residência na cidade:

Figura 32 – Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro do Pilar sobre COMPATRI, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade



Fonte: Gomes, 2016.

Figura 33 -Gráfico – Conhecimento dos moradores do bairro Antônio Dias sobre o COMPATRI, em relação a naturalidade/ tempo de residência na cidade



Fonte: Gomes, 2016.

5.3.8 Considerações obtidas através dos formulários

A tabulação dos dados permite concluir que a compreensão das pessoas sobre a cidade, bem como o envolvimento em políticas de patrimônio, não se diferencia, entre os dois bairros estudados. Contudo, fatores como a escolaridade e a naturalidade/ tempo em que vive na cidade influenciaram em alguns dos aspectos analisados.

Como demonstrado anteriormente, no que diz respeito à imagem da cidade, percebe-se a dificuldade em estabelecer limites geográficos para os bairros e para o centro histórico – muitas vezes compreendido como centro da cidade.

Essa dificuldade e as diferentes respostas em relação aos limites vão de encontro às colocações de Lynch (1960), que afirma que, cada pessoa terá uma imagem própria dos espaços. Segundo o autor, o reconhecimento desses depende do despertar de memórias de experiências passadas, que são usadas para interpretar as informações e guiar as ações. O autor destaca ainda, que a necessidade de padronizar e reconhecer o lugar tem raízes no passado e que essa imagem do lugar que as pessoas estabelecem tem importância prática e emocional, como pode ser visto abaixo:

In the process of way-finding, the strategic link is the environmental image, the generalized mental picture of the exterior physical world that is held by an individual. This image is the product both of immediate sensation and of the memory of past experience, and it is used to interpret information and to guide action. The need to recognize and pattern our surroundings is so crucial, and has such long roots in the past, that this image has wide practical and emotional importance to the individual. (LYNCH, p.4, 1960).

A admiração pela cidade, pelas igrejas e a identificação pelos bairros é marcante na população, sem distinção de sexo, idade, naturalidade, ou tempo em que habita a mesma, o mesmo acontece com o reconhecimento da importância de preservação do patrimônio

.

Todavia, os lugares apontados como os mais importantes da cidade, nem sempre coincidem com os mais frequentados pela população, o que instiga a investigar o simbolismo destes locais e como se deu tal atribuição. Ou seja, a imagem do lugar,

percebida pelos moradores de Ouro Preto, desperta atenção para novos símbolos e provoca a reflexão de como esses, já reconhecidos como passíveis de preservação, mantêm o prestígio mesmo sem estarem conectado ao cotidiano dessa população.

Outro aspecto preocupante são dados obtidos, como o grande número de pessoas que não consideram seus bens tombados, e que, podem assim, colocar em risco o patrimônio, por não sentirem a necessidade de consultar os órgãos responsáveis pela preservação ao fazer intervenções no imóveis, mas não deixam de fazê-las.

Neste aspecto, como já demonstrado, se destacaram as pessoas que estudaram até o segundo grau, que em maior porcentagem desconsideravam o fato de o imóvel residencial ser tombado. A parte da população que tem essa escolaridade e foi entrevistada é de (30%) e (34%) nos bairros do Pilar e Antônio Dias, respectivamente.

Apesar da maior conscientização por parte da maioria dos entrevistados ser daqueles que estudaram até o ensino superior, nos dois bairros, não se pode concluir que a escolaridade seja um fator determinante para o reconhecimento do tombamento. Esse índice foi baixo entre os entrevistados que estudaram até o ensino médio, mas foi melhor entre os que estudaram até o ensino fundamental.

No entanto, embora o índice de pessoas que já foram multadas e/ou advertidas por danos ou alterações ao patrimônio seja baixo, ainda há descontentamento por parte dos moradores quanto às políticas de patrimônio e descrença de que a busca por ajuda pode auxiliar na sua preservação.

Sobre a participação da sociedade civil nas políticas de patrimônio na cidade, pode-se afirmar que é escassa limitada a participação de instituições. Nenhum dos moradores que respondeu aos formulários frequentou reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio, que deve ser o elo entre o poder público, privado e a sociedade civil. Algumas ações pontuais foram citadas, porém organizadas por órgãos não-governamentais, associações de bairro, por um exemplo.

As convocações para ações participativas não são de conhecimento da maioria da população, embora haja relatos de que esporadicamente elas acontecem. Ao tratar desse assunto percebe-se, mais uma vez, o desinteresse, pois as pessoas sabem que já houve alguma convocação, mas não sabem quem fez ou para que era de fato.

No que diz respeito aos programas Monumenta e PAC, nota-se que, apesar de mais da metade da população já ter ouvido falar sobre os mesmos, ainda é alto o índice de pessoas que não sabe definir o que foi ou é um dos programas.

O fator relevante ao analisar este aspecto foi: a naturalidade/ tempo em que vive na cidade. A análise deste público revelou que os nativos e moradores da cidade por um período superior a 35 anos relatam, em maior porcentagem, conhecer os dois programas e saber da existência do COMPATRI. Ou seja, a inscrição da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade, embora confira *status*, atraia turistas e amplie os debates sobre a preservação do patrimônio no local, não ampliou o engajamento dos moradores mais recentes sobre o tema.

Não foi possível analisar se, as ações relacionadas ao acréscimo de conhecimento e/ou de envolvimento da população na gestão do patrimônio, previstas pelos programas, de fato aconteceram e fomentaram a discussão e a participação social. Mesmo havendo moradores que afirmam ter participado de ações como essas, quando se questiona que tipo de ação participaram ou quem convocou, não se sabe responder. Sendo assim, a avaliação da qualidade dessas intervenções não pôde ser avaliada com base nos formulários aplicados.

5.4 Impressões da pesquisadora

Algumas impressões sobre o formulário e o trabalho de campo merecem destaque na pesquisa, já que, o contato com os moradores permite adquirir informações que transcendem as questões presentes no formulário.

Algumas dificuldades foram percebidas em relação à interpretação de questões dos formulários. A palavra “limite”, usada para identificar os limites geográficos do bairro

e do centro histórico precisou ser explicada algumas vezes. A questão sobre convocações que envolvessem a comunidade tinha a intenção de referir aos programas em estudo, entretanto, foi compreendida como convocações para qualquer ação relacionada à preservação do patrimônio. Por fim, a última questão, que foi invalidada por ser relacionada às discussões no Conselho Municipal de Patrimônio, uma vez que, nenhuma das pessoas que respondeu aos formulários esteve em alguma reunião organizada por ele.

Entre os dois bairros, algumas diferenças podem ser pontuadas. A população do bairro Antônio Dias relata residir há mais tempo no bairro, geralmente a vida toda, o que remete a relação de fidelidade com o local e reflete nas atribuições feitas a ele. Geralmente envolve a memória das pessoas – a infância, a família, as festas e amigos.

No bairro do Pilar, nota-se menos apego emocional, talvez pelo fato de ter mais moradores que não residirem no local desde o nascimento. Entre as atribuições ao bairro também são citados fatores ligados à memória, no entanto, a importância e o *status* conferido ao local, são o destaque.

Foi perceptível também, a facilidade e receptividade para aplicação dos questionários no bairro Antônio Dias, talvez pela maior intimidade e ligação da população com o lugar. Mesmo desconfiados, os entrevistados pareciam ter interesse em falar sobre a cidade e sua relação com a mesma.

Já no bairro do Pilar foi preciso de ajuda de moradores da cidade para sensibilizar essa população a responder e possibilitar que o número de formulários respondidos fosse suficiente. O sentimento de desconfiança predominou de tal forma que, dificultou o desenvolvimento da pesquisa.

No que tange aos bairros e a cidade, fica evidente a admiração por parte da grande maioria dos moradores. Eles reconhecem a importância da cidade no cenário nacional, regional e apreciam a sua preservação. No entanto, percebe-se que para os moradores há confusão no que diz respeito ao que é patrimônio e como deve ser preservado.

Muitos moradores questionavam os limites geográficos do perímetro preservado, destacando que sua casa não é localizada ao redor de igrejas, ou outro monumento, e que por isso, deveria poder ser reformada, sem ter que respeitar as a legislação prevista para a preservação do patrimônio. Percebe-se então que, para os moradores a importância dessas normas ainda diz respeito aos monumentos, museus e construções que, muitas vezes, são valorizadas e utilizadas como atrativo turístico e, não diretamente pela população autóctone.

Apesar de que, em geral, relaciona-se a palavra “patrimônio” a algo positivo, foram relatadas muitas reclamações e foi perceptível a insatisfação com a fiscalização dos imóveis e monumentos. Muitos mencionaram o fato de haver diferenças entre as exigências feitas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio, de acordo com os interesses e poder aquisitivo das pessoas, além de afirmarem também, que são lesadas por serem impedidas de fazer as reformas que desejam ou necessitam.

Apesar de reconhecerem a beleza e a importância do patrimônio da cidade, críticas à sua gestão foram frequentes. Há relatos de que a cidade está mal cuidada em vários aspectos, e também, de que não há orientação e auxílio suficiente aos moradores em relação à preservação do patrimônio.

Essa ausência de instrução e auxílio é um dos principais motivos pelos quais alguns moradores não apreciam o fato de ter sua casa tombada, desconfiem dos órgãos de preservação do patrimônio e, inclusive, faz com que parte da população não se interesse em participar de ações relacionadas ao patrimônio.

A impressão que se tem, no entanto, é que a participação da população na gestão do patrimônio, na cidade, se limita às reuniões em que os órgãos comunicam as ações que serão realizadas e, a obrigação de cooperar com as mesmas e com a manutenção de cada imóvel da cidade, sob pena de multa ou advertência.

Portanto, diante desse contexto de ausência de um histórico de participação popular e da imposição por parte dos órgãos públicos de gestão do patrimônio, há resistência por parte da população para uma possível participação. Sendo assim, qualquer política de preservação, que tenha como interesse a participação social,

deverá desenvolver um trabalho de sensibilização dessa população e de preferência consolidar alguma ação proposta em conjunto, em um curto espaço de tempo, para que assim volte a ter credibilidade com a comunidade local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo avaliar como se dá a participação da sociedade civil, no que diz respeito a preservação do patrimônio, em Ouro Preto, principalmente nos programas Monumenta e PAC Cidades Históricas que preveem ações de inclusão desses atores. Buscou-se também identificar se há diferença na consciência e participação dos moradores dos bairros Antônio Dias e Pilar, quanto ao tema.

A hipótese de que poderia haver alguma distinção no grau de conhecimento e envolvimento das pessoas com as ações ligadas ao patrimônio foi refutada. Ou seja, apesar da distinção de classes sociais entre esses bairros no momento de formação da cidade e, ainda que se perceba particularidades no modo de vida desses moradores, não há influência nas questões ligadas ao patrimônio.

Fatores como a escolaridade e naturalidade/tempo em que reside na cidade foram os que mais se destacaram durante a pesquisa nos dois bairros. No entanto, no fator escolaridade, não houve uma linha sucessória que nos permita afirmar que quanto maior o grau de escolaridade, maior o conhecimento e envolvimento dessa população com seu patrimônio. O resultado foi melhor avaliado entre as pessoas que atenderam ao ensino superior e os que estudaram somente até o ensino fundamental.

No que tange aos programas, apesar de mais da metade dos moradores, dos dois bairros, relatarem já ter ouvido falar sobre os mesmos, nota-se que a maioria deles não consegue responder o que foi, ou indicar alguma obra realizada pelo Monumenta ou pelo PAC Cidade Históricas.

Cabe destacar que foram feitas, pelo programa Monumenta, 35 intervenções em imóveis públicos, além das intervenções em imóveis e espaços públicos em bairros

distintos da cidade. Por meio do PAC Cidades Históricas, até o início de 2016, estavam em andamento: às obras de restauração de 22 chafarizes espalhados pela cidade e a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Todas as obras, dos dois programas, são sinalizadas com placas que informam sobre os mesmos, o valor investido, a empresa responsável pela sua execução, etc. O desconhecimento dessas ações pela população revela o desinteresse da mesma com o seu patrimônio, embora, no discurso, as pessoas demonstrem reconhecer a importância de que intervenções como essas sejam realizadas. A foto 5 demonstra como ocorre essa informação:

Figura 34 – Foto da placa de sinalização colocada na cidade durante o programa Monumenta



Fonte: Gomes, 2010

Aliada à falta de interesse em se informar sobre as intervenções realizadas na cidade, destaca-se a descrença nos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio. Foi relatada, por alguns moradores, a ausência de diálogo e atendimento as demandas de instrução, por parte desses órgãos, além de desigualdade nas punições, que podem variar dependendo do poder aquisitivo das pessoas ou de sua influência política na cidade.

A ausência de diálogo com a população é confirmada por meio de constatações como a informação prestada pelo representante da Secretaria de Patrimônio e

Cultura, de que geralmente só comunica a população sobre o que será feito, após as decisões.

A participação social acontece de forma representativa no COMPATRI, como foi visto anteriormente. No entanto, questiona-se a eficácia dessa representatividade já não há efetiva participação dos moradores nessas reuniões e a maioria deles relata nunca ter ouvido falar do conselho. Que representatividade é essa? Como acontece a comunicação entre eles?

O perímetro urbano tombado, que se difere de acordo com o tombamento Municipal ou Federal, pode ser uma ameaça à gestão na medida em que em determinadas situações pode-se considerar Decreto-Lei 25/37, ou o Decreto 2.239 de 2010, dependendo dos interesses das partes envolvidas. A ausência da clareza no perímetro urbano tombado a nível federal e, quala conduta para a preservação desse como um todo, é notória na população que, ao definir os limites do centro histórico, às vezes, excluiu bairros menos nobres. Outro posicionamento que atenta para essa compreensão por parte dos moradores, é a afirmação de que suas moradias deveriam poder ser alteradas, já que não estão em ruas que são visíveis a partir de algum monumento.

Alguns monumentos e imóveis são considerados importantes pela população. Embora não sejam frequentados pela mesma, esse fato instiga a pensar que há imposição do que é importante, já que no dia a dia dos moradores da cidade esses locais não tem grande representatividade.

No caso de Ouro Preto, ainda conectada às escolhas feitas em busca de valorização do Estado enquanto uma nação, percebe-se a exaltação de ícones e prédios vinculados a essa memória. No entanto, nesse caso destacam-se as Igrejas que, além de serem sempre reconhecidas como importantes ainda são pontos de encontro da população e as ações promovidas por essas fazem parte do cotidiano da população.

Questiona-se então, os valores atribuídos por essa população.

- Eles são considerados nas tomadas de decisão sobre o patrimônio?

- A participação social, como tem acontecido, é capaz de auxiliar na compreensão desses valores atribuídos?
- As políticas mais recentes de patrimônio, entre elas o programa Monumenta e o PAC Cidades Históricas, conseguem minimizar a diferença entre essa valorização imposta e representativa da nação e os valores atribuídos pela população da cidade?

A forma impositiva como se deu o tombamento da cidade e o início das medidas em prol da preservação do patrimônio, podem ainda ter impacto na qualidade de vida das pessoas que, em geral, esboçam reação negativa em relação ao tema. A reduzida participação social quando são convocados, a ausência de interesse de se inteirar sobre as intervenções que acontecem, a capacidade de se atribuir importância a bens que não fazem parte de seu cotidiano, as expressões negativas usadas quando se fala em patrimônio – muitas vezes essa palavra é compreendida como os órgão de preservação - entre outras colocações, levam a refletir sobre a necessidade de repensar a relação dessa população com o seu patrimônio.

Faz-se oportuno lembrar as quatro condições estabelecidas pelo estudo realizado em Quebec, que devem ser analisadas ao se visar o engajamento da população na gestão do patrimônio. São elas: a vontade política, a representatividade, a credibilidade e os recursos.

No caso de Ouro Preto e dos programas estudados, pode-se dizer que os recursos foram suficientes para o que se propôs. No entanto, os outros três aspectos são questionáveis.

No caso de Quebec, o autor ressaltou que já havia órgãos de preservação consolidados no município e que a participação social já se encontrava presente nas políticas municipais mesmo antes da criação do órgão por ele estudado. O mesmo não acontece em Ouro Preto. Nessa cidade a estrutura municipal de gestão do patrimônio é recente e iniciativas que busquem o acréscimo da participação e do diálogo com a população por parte desses órgãos, não são percebidas.

A gestão compartilhada, além do incentivo à participação social, também visa a conexão com a iniciativa privada e com as três esferas do poder público. Apontada como a problemática por alguns anos, a gestão municipal tem, de fato, se envolvido mais com as esferas públicas, Federal e Estadual.

No caso dos programas em estudo, na cidade de Ouro Preto, percebe-se que, no que diz respeito à execução das obras, houve colaboração por parte Município, com o governo Federal. Entretanto, as atividades de educação patrimonial e o desenvolvimento de ações que aproximassem a população de seu patrimônio não foram priorizadas pelo governo da cidade, que era o responsável por promovê-las. A representatividade questionada no caso de Quebec é também questionada no caso de Ouro Preto. Para que essa funcione, é necessária uma comunicação efetiva entre esses representantes e a comunidade com um todo.

Outro aspecto apontado no caso de Quebec foi a ausência de representantes da Igreja e de órgãos do Turismo, o mesmo acontece em Ouro Preto. Considera-se esse aspecto determinante a ser discutido visto que as igrejas são bens que, no caso da cidade, tem sua importância reconhecida pelos moradores, que participam de suas ações no seu cotidiano, o que as difere de outros bens.

Quanto aos órgãos de turismo, há que se avaliar a falta de interação entre esses e os órgãos de patrimônio, já que, tanto Quebec, quanto Ouro Preto estão inscritos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, o que confere status às cidades e atrai turistas.

A atividade turística como atividade econômica, é apontada ao longo de anos, como alternativa para a gestão sustentável do patrimônio, por estudos e políticas realizadas pelo governo federal. Sendo assim, questiona-se a ausência de profissionais dos órgãos ligados a essa atividade junto aos órgãos de preservação do patrimônio em Ouro Preto.

Por fim, a credibilidade, que a partir dos resultados alcançados, com a aplicação formulários, nos moradores dos bairros Antônio Dias e Pilar, conclui-se pela sua inexistência. Esse aspecto dificulta qualquer ação futura que busque a participação

da população, pois, as pessoas não acreditam nas intenções das instituições ligadas a preservação, em ajudá-las. A Secretaria de Patrimônio e Cultura e o IPHAN são considerados punitivos e impositivos pela população e, de fato, o que se percebe em relação aos mesmos, é que suas ações principais são voltadas apenas para a notificação sobre o que será feito e punir os moradores por irregularidades em suas obras.

Contudo, conclui-se que a administração municipal, além de tentar romper essa barreira com as outras esferas do poder público, como tem feito, deve também romper as barreiras com a população. Mesmo em políticas de nível federal, a aproximação e o diálogo com a população são de responsabilidade do município, pelo motivo óbvio de serem os mais próximos e, sendo assim, tem maior facilidade de compreender as necessidades reais.

Questiona-se sobre a representatividade da sociedade civil em um conselho de patrimônio, mesmo que a maioria da população nunca tenha ouvido falar do mesmo. No que diz respeito aos programas estudados, não se apreende ações que instigasse essa participação. Cabe pensar em como estimular os municípios a concretizá-las e como sensibilizar a população para que os órgãos municipais possam tentar ter mais credibilidade. Outra questão a se debater é se as pessoas têm interesse e capacidade para contribuir com a gestão do patrimônio, e se não, como proporcionar a essa população o entendimento necessário para que essa participação seja eficaz.

Essa pesquisa amplia a discussão sobre a participação da sociedade civil nas políticas de patrimônio, instigando a reflexão sobre o qual o tipo de participação é almejada e tem-se o dever de promover, para que a partir de então, possa se desenvolver estratégias voltadas a proporcionar esse acréscimo.

Além disso, a abordagem interdisciplinar desse trabalho atenta para a necessidade de compreender as cidades e seu patrimônio cultural como algo que vai além de um produto turístico. Entender que o turismo é importante e pode ser utilizado como gerador de renda, até mesmo para a manutenção desse patrimônio, como os órgãos

relacionados ao patrimônio citam ao longo dos anos, mas ignorar os atores principais desse processo que é a população local.

Sendo assim, sob essa ótica, é possível se pensar em um turismo mais bem planejado, reconhecer a necessidade de profissionais da área de turismo, que já é interdisciplinar, nas discussões sobre a gestão do patrimônio como possibilidade de elencar os dois temas, que são quase inseparáveis.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 22. 928**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Diário oficial da União, 1933.
- _____. **Decreto-Lei 25/1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário oficial da União, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 26 jun. 2014.
- _____. **Constituição Federal**. República Federativa do Brasil, 1988.
- _____. **Regulamento Operativo**. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Ministério da Cultura, 2006
- CARSALADE, Flávio de Lemos. A ética das intervenções. In: ARAÚJO, Guilherme G. M.; ASKAR, Jorge A.; MIRANDA, Marcos Paulo de S. (Orgs.). **Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 76 – 88.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo B; PEREIRA COSTA, Stael de A; SALGADO, Marina. **The World Heritage Site of Ouro Preto**. Emerald Group Publishing Limited. Facilities, v.29, n.7/8, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: **O Direito a Memória- Patrimônio Histórico e Cidadania** / DPH. São Paulo: DPH, 1992.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DORMAELS. Mathieu. **Participatory Management of na Urban World Heritage Site: the table de Concertation du Vieux-Québec**. Emerald: Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, v. 6, n. 1, May, 2016.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de desenvolvimento Urbano. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.** Belo Horizonte, 1975.

GOMES, Carla neves Almeida. **Cidade, território e memória: O caso do Programa Monumenta em Ouro Preto (MG).** Monografia – Departamento de Turismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro preto, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil** – Rio de janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HAYDEN, Dolores. **The power of place: urban landscapes as public history.** Cambridge: The MIT Press, 1995.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 2014.

_____. **Portaria nº312/2010**, de 20 de outubro de 2010. Brasília: IPHAN, 2010.

LE GOFF, Jaques. Memória. In: _____. **História e memória.** 5. Ed. Campinas, SP:Editora UNICAMP, 2003.

LYNCH, Kevin. **The image of the city.** Cambridge [Mass.] Technology Press, 1960.

_____. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, 2007.

MACHADO, Reinaldo G. O plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.). **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.** Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014 . Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/plano-conservacao-valorizacao-e-desenvolvimento-ouro-preto-e-mariana>> Acesso em: 20 jan. 2016.

MAGALDI, Cássia. O Público e o Privado: Propriedade e Interesse Cultural. In: **O Direito à Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania / DPH.** São Paulo: DPH, 1992.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Patrimônio Cultural Entre o Público e o Privado. In: **O Direito a Memória- Patrimônio Histórico e Cidadania / DPH.** São Paulo: DPH, 1992.

OURO PRETO. **Decreto nº 13/1931.** O Prefeito Municipal de Ouro Preto atende à necessidade de manter o facies colonial característico da cidade de Ouro Preto. Diário Oficial do Município, Ouro Preto, 1931.

_____. **Decreto nº 25/1932.** Estabelece o tipo artístico dos prédios situados no perímetro da cidade. Diário Oficial do Município, Ouro Preto, 1932

_____. **Decreto nº. 2.239.** Homologa ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto de Tombamento do Núcleo Histórico do Distrito Sede de Ouro Preto, ratificando o Decreto 13/193, e delimitando o seu perímetro. Diário Oficial do Município, Ouro Preto, 2010

_____. **Lei Orgânica do Município.** Diário Oficial do Município, Ouro Preto, 1990.

_____. Relatório de cumprimento de Objeto. Ouro Preto, Acervo da Prefeitura Municipal, 2012.

_____. **Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Ouro Preto.** Ouro Preto. Acervo da Prefeitura Municipal, 2009.

PAOLI, Maria Célia. Memória História e Cidadania O direito ao Passado. In: **O Direito a Memória- Patrimônio Histórico e Cidadania** / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

REIS, Luiz Fernando. **O feito e o efeito. As memórias e as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro – MG.** Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Espaço e Memória: Conceitos e Critério de Intervenção. In: **O Direito a Memória- Patrimônio Histórico e Cidadania** / DPH. São Paulo: DPH,

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: Paisagem em Transformação.** 1. Ed. Curitiba: CRV, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização. In: ABREU, R. CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SIMÃO. Maria Cristina R. Preservação: a ética das intervenções. In: **ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL.** Belo Horizonte, 1996. Diretrizes para intervenções urbano-arquitetônicas em Ouro Preto, Belo Horizonte, 1996. P.111 – 137.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NOS MORADORES DOS BAIRROS DO PILAR E ANTÔNIO DIAS

Moradores dos bairros Antônio Dias e Pilar	
1. Identificação	2. O Bairro
Nome:	Quando alguém fala com você sobre o bairro " _____ ", o que vem à cabeça?
Endereço:	Quais são os limites do bairro?
Telefone:	Quais são os limites do centro histórico?
Idade:	Quais lugares vocês acha mais importantes no bairro? E na cidade ?
Profissão:	Quais locais você mais frequenta no bairro? E na cidade?
Escolaridade:	Em caso de risco às edificações, há uma pessoa que é geralmente procurada?
() Ensino Fundamental	
() Ensino Médio	
() Superior completo	
() Superior incompleto	
Nasceu na cidade? S () N ()	
Há quanto tempo vive na cidade?	
Há quanto tempo vive no bairro?	
3. Tombamento/imóvel	4. Programas
Sua casa é tombada? S () N ()	Você conhece ou já ouviu falar sobre o programa Monumenta? S () N ()
O fato de ser tombada é BOM () RUIM () NÃO IMPORTA ()	O que foi o programa Monumenta?
Por que?	Você conhece ou já ouviu falar sobre o programa PAC Cidades históricas? S () N ()
Quando há reforma na sua casa, você consulta alguém? Ou algum órgão?	O que você sabe sobre?
() Sim () Não	Em relação a esses Programas, participou de alguma ação/reunião? S () N () Qual?
() IPHAN () Prefeitura () Outro órgão _____	Soube de convocação para participação ou ações que envolvessem a comunidade?
Advertência/multa/informações adicionais sobre o imóvel	S () N () Qual?
	Já ouviu falar sobre o Conselho Municipal de Patrimônio (COMPATRI)? S () N ()
Primeira palavra que vem à mente ao mencionar "Ouro Preto"	Já foi a alguma reunião?
	Sim, sou membro () Sim, como ouvinte ()
	Sim, já fui membro () Não, nunca fui ()
Primeira palavra que vem à mente ao mencionar "Patrimônio"	Nessas reuniões, houve alguma pauta ou debate sobre os Programas PAC e Monumenta?

APÊNDICE B – QUESTÕES ABORDADAS NA ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. WANDERSON JOSÉ ROLLA GOMES – SUPERINTENDENTE DE PATRIMÔNIO E CULTURA E COORDENADOR DE CONTRATOS E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DURANTE O PROGRAMA MONUMENTA – EM 25 DE JANEIRO DE 2016

1. Todas as obras previstas pelo programa Monumenta em Ouro Preto foram executadas?
2. O que foi a ação prevista pelo programa que envolvia alteração do tráfego?
3. O que se inclui quando se fala em mobiliário urbano, no caso do programa?
4. Porque o Horto Vale dos Contos se encontra fechado por alguns períodos?
5. Como a verba dos programas Monumenta e PAC Cidades Históricas chega ao município?
6. O fundo de patrimônio tem contato com a secretaria?
7. Quem executa as obras previstas pelos programas Monumenta e PAC cidades Históricas?
8. Quando foi criada a Secretaria de Patrimônio e quando ela se junta a Secretaria de Cultura?
9. Como é a relação da Secretaria de Cultura e Patrimônio com o IPHAN?
10. Durante o Monumenta e agora com o PAC Cidades Históricas, o que era atribuição do IPHAN e o que era feito pela Secretaria de Cultura e Patrimônio?
11. Como se dá a fiscalização dos imóveis?
12. Qual a relação da secretaria de Cultura e Patrimônio com o COMPATRI e com o FUNPATRI?
13. Quando a comunidade é chamada para as reuniões?

APÊNDICE C – QUESTÕES ABORDADAS NA ENTREVISTA CONCEDIDA POR ANA PAULA PAIXÃO - FUNCIONÁRIA DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO E CONSELHEIRA TITULAR DO COMPATRI REPRESENTANDO A SECRETARIA – EM 25 DE JANEIRO DE 2016

1. Como é a participação da sociedade civil sem ser por meio dos conselheiros que a representa no Conselho?
2. Quando as pessoas vão as reuniões elas vão como ouvintes ou opinam?
3. Qual a frequência das reuniões?
4. As reuniões são divulgadas? O publico que comparece demonstra saber do que se trata cada reunião?
5. O programa Monumenta e PAC Cidades Históricas são discutidos no conselho?
6. Quando foi criado o conselho?
7. Quais os casos geralmente tratados no COMPATRI?

APÊNDICE D – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS EDIFICAÇÕES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA MONUMENTA EM OURO PRETO – FOTOS RETIRADAS PELA PESQUISADORA EM 2010.

Nome do Beneficiário/ endereço	Foto do imóvel em 2010
José Luiz Trópia Sayão Lobato Rua São José, 171 - Centro	
Maria da Conceição F. dos Santos - Rua Felipe dos Santos, 98 – Antônio Dias	

Eunice de Jesus G. Amaro -

Rua do Pilar, 85 – Pilar



Anísio Nicolau Fernandes -

Rua do Aleijadinho, 88/90 – Antônio Dias



José da Silva Reis - **Rua Getúlio Vargas, 145/167 – Rosário**

Não há registro fotográfico

Liria Tofollo Suzana - **Rua Costa Sena, 151 – Centro**



Soraya Mansur Barbosa Barros - **Rua Alvarenga, 460 – Cabeças**



Maria José Alves dos Santos - **Rua Xavier da Veiga, 179 – Centro**



Paulo Efigênio da Silva - Rua Xavier da Veiga, 47 – Centro



José Carlos Lopes - Rua dos Paulistas, 136 – A. Dias



Geraldo Vitor Cotta - Rua Alvarenga, 58 – cabeças



Eunice Ferreira - Rua Dr. João Veloso, 93 – Alto da Cruz



Maria das Mercês Pompéia - Rua Rodrigo Silva, 36 – Vila Aparecida	Não há registro fotográfico
Anna Maria de Grammont M. de Araújo - Rua Cláudio Manoel, 96 – Centro	
Ione Martins Villela Penna - Rua Cláudio Manoel, 22/26 – Centro	
Ivete Martins Villela - Rua Henrique Adeodato, 139 – Centro.	
Maria do Pilar Faria Penna - Praça Monsenhor Castilho Barbosa, 31 – Pilar	Não há registro fotográfico

Nelson Orsini Garcia do Carmo - Rua Alvarenga, 733 – Cabeças	
Lúcia Maria da Costa Simões Gobbi - Rua Getulio Vargas, 94 – Rosário	
Maria de Lourdes Marques Lana - Rua Bernardo Vasconcelos, 113 – A. Dias	Não há registro fotográfico
Suely Maria Perucci Esteves - Rua Alvarenga, 370 – Cabeças.	
Maria do Carmo Cardoso Rodrigues - Rua do Pilar, 130 – Pilar	

Ilza Maria de Oliveira Perdigão - Rua Pandiá Calogeras, 49/59 – Barra	Não há registro fotográfico
Vânia Maria Joana de Carvalho - Rua Conselheiro Quintiliano, 360 – Centro	
Edinéia Araújo Barbosa - Ladeira de Santa Efigênia, 49 – A. Dias	
Rosa de Lima Barbosa leite - Rua Xavier da Veiga, 65 – Centro	

Daniel Hemer Drummond - Rua Getúlio Vargas, 136 – Rosário	
Rasmire Valarini - Rua Costa Sena, 285 – Centro	
Gabriel Márcio Nahim Trópia - Rua Conde de Bobadela, 42 – centro	
Paulo Antônio de Souza - Rua Senador Rocha Lagoa, 117 – Centro	Não há registro fotográfico
Maria José Silveira Aragão Gesteira - Rua Paraná, 142 – Centro	Não há registro fotográfico

Anaíde Soares Guimarães - **Rua Senador Rocha Lagoa, 117 – Centro**



Maria Nazareth Gonçalves de Lima - **Rua Conde de Bobadela, 159 – Centro**



Mariléia Abdo Freitas Marteleto **Rua Senador Rocha Lagoa, 159/167 – centro**



Intervenção em espaços/Edificações públicas	Foto das edificações públicas em 2010
Telhado Capela das Dores 1ª Etapa	Não há registro fotográfico
Restauração da Capela das Dores	
Ponte do Antônio Dias (Ponte de Marília)	
Restauração da Casa do Folclore	

Paisagismo do Adro e Largo da Igreja de N. Sra da Conceição do Antônio Dias	
Restauração da Ponte Seca	
Restauração da Ponte do Rosário	
Mobiliário Urbano de Ouro Preto	Não há registro fotográfico
Sinalização Interpretativa	Não há registro fotográfico
Paisagismo da Casa da Baronesa	Não há registro fotográfico

Aquisição de imóveis (anexo Teatro)	
Anexo ao Teatro Municipal	
Forro Gamela da Cs. Baronesa	Não há registro fotográfico
Sinalização indicativa - vale dos contos	Não há registro fotográfico
Restauração Anexo do Teatro (2ª Etapa)	Não há registro fotográfico
Baeta Neves	Não há registro fotográfico

Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos



Restauração da Casa da Baronesa



Restauração da Casa de Gonzaga



Restauração do Teatro Municipal (Casa da Ópera)



Terminal de Integração Barão de Camargos	 A photograph of a small, single-story building with a tiled roof, identified as the Terminal de Integração Barão de Camargos. A white van is parked on the street in front of it, and a hillside with houses is visible in the background.
Restauração Casarão Rocha Lagoa	 A photograph of a two-story building with white walls and red trim around the windows and doors, identified as the Casarão Rocha Lagoa. The building is situated on a hillside with other houses visible in the background.
Restauração da Casa dos Inconfidentes	 A photograph of a white, two-story building with a blue balcony railing, identified as the Casa dos Inconfidentes. The building is situated on a hillside with a paved area in the foreground.
Restauração da Ponte do Palácio Velho	 A photograph of a stone bridge or wall, identified as the Ponte do Palácio Velho. The structure is made of rough-hewn stones and is situated on a hillside with houses visible in the background.

Paisagismo da área Montante à Ponte Seca	
Paisagismo da Casa do Folclore	Não há registro fotográfico

**APÊNDICE E – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS
PELO PAC CIDADES HISTÓRICAS EM OURO PRETO ATÉ JANEIRO DE 2016**

Intervenção	Situação em janeiro de 2016
Restauração de 22 chafarizes	
Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	